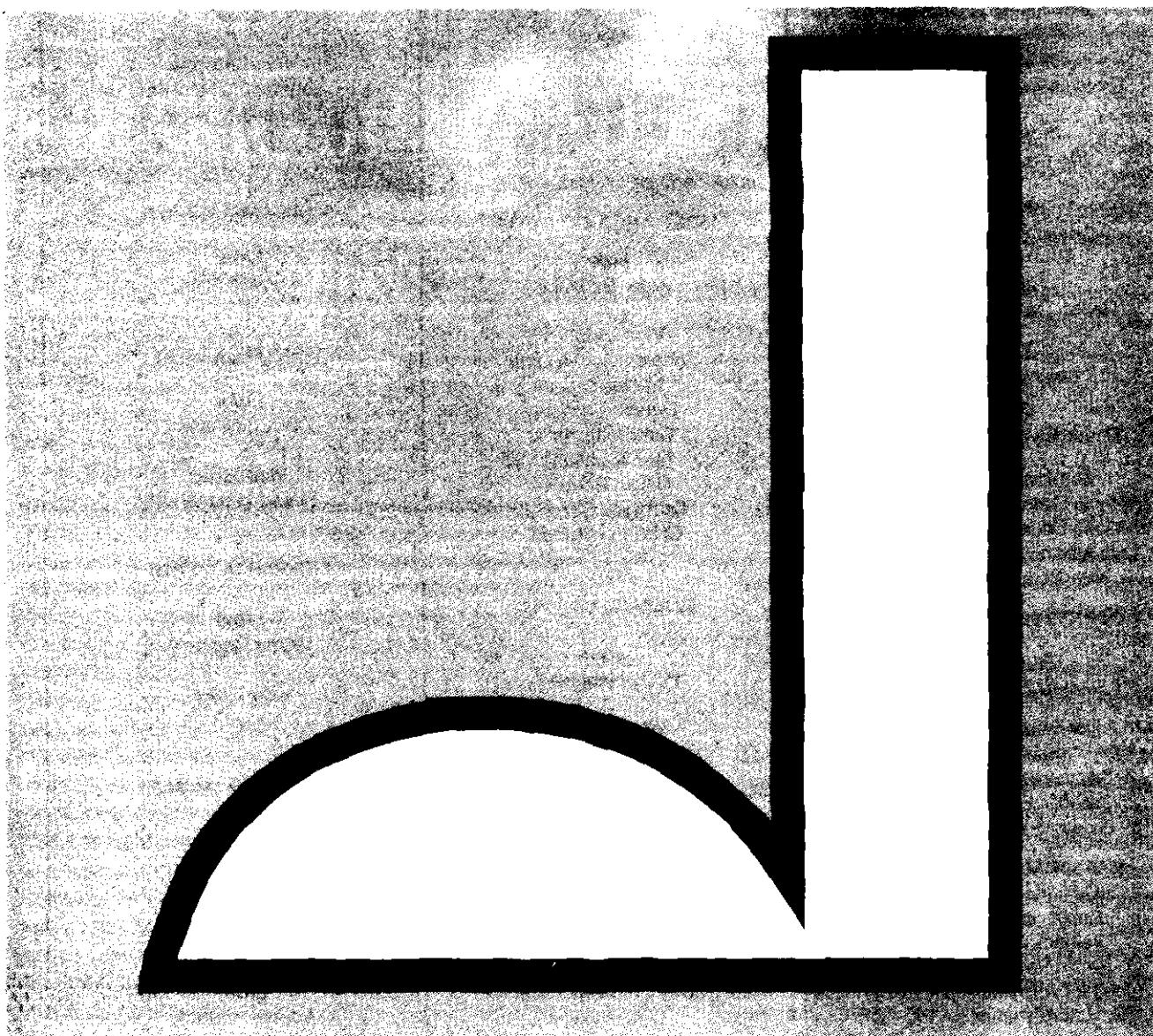




República Federativa do Brasil



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

NO LI - N° 002    QUINTA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 1996    BRASÍLIA - DF

---

**MESA**  
**Presidente**  
José Samey - PMDB - AP

**1º Vice-Presidente**  
Teotonio Vilela Filho - PSDB - AL

**2º Vice-Presidente**  
Júlio Campos - PFL - MT

**1º Secretário**  
Odacir Soares - PFL - RO

**2º Secretário**  
Renan Calheiros - PMDB - AL

**3º Secretário**  
Levy Dias - PPB - MS

**4º Secretário**  
Emanoel Amorim - - RO

**Suplentes de Secretário**  
Antonio Carlos Valadares - PSB - SE  
José Eduardo Dutra - PT - SE  
Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR  
Ney Suassuna - PMDB - PB

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**Corregedor**  
(Eleito em 16-3-95)  
Romeu Tuma - - SP

**Corregedores Substitutos**  
(Eleitos em 16-3-95)  
1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS  
2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE  
3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Designação: 16 e 23-11-95)  
Nabor Júnior - PMDB - AC  
Waldeck Ornelas - PFL - BA  
Emilia Fernandes - PTB - RS  
José Ignácio Ferreira - PSDB - ES  
Lauro Campos - PT - DF

#### LIDERANÇA DO GOVERNO

**Líder**  
Elcio Alvares - PFL - ES

**Vice-Líderes**  
José Roberto Arruda - PSDB-DF  
Wilson Kleinübing - PFL-SC  
Ramez Tebet - PMDB-MS  
Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

#### LIDERANÇA DO PMDB

**Líder**  
Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**  
Ronaldo Cunha Lima  
Nabor Júnior  
Gerson Camata  
Carlos Bezerra  
Ney Suassuna  
Gilvan Borges  
Fernando Bezerra  
Gilberto Miranda

#### LIDERANÇA DO PFL

**Líder**  
Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**  
Edison Lobão  
Francelino Pereira

#### LIDERANÇA DO PSDB

**Líder**  
Sérgio Machado

**Vice-Líderes**  
Geraldo Melo  
José Ignácio Ferreira  
Lúcio Coelho

#### LIDERANÇA DO PPB

**Líder**  
Epitácio Cafeteira  
**Vice-Líderes**  
Leomar Quintanilha  
Esperidião Amin

#### LIDERANÇA DO PDT

**Líder**  
Júnia Marise

#### LIDERANÇA DO PT

**Líder**  
Eduardo Suplicy

**Vice-Líder**  
Benedita da Silva

#### LIDERANÇA DO PTB

**Líder**  
Valmir Campelo

**Vice-Líder**  
Arlindo Porto

#### LIDERANÇA DO PPS

**Líder**  
Roberto Freire

#### LIDERANÇA DO PSB

**Líder**  
Ademir Andrade

### EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral do Senado Federal

RAIMUNDO CARREIRO SILVA  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

#### DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da  
Presidência do Senado Federal  
(Art. 48, nº 31 RISF)

CLAUDIONOR MOURA NUNES  
Diretor Executivo do Cegraf

MANOEL MENDES ROCHA  
Diretor da Subsecretaria de Ata

JÚLIO WERNER PEDROSA  
Diretor Industrial do Cegraf

DENISE ORTEGA DE BAERE  
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 2ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA, EM 10 DE JANEIRO DE 1996</b>	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Comunicações da Presidência	
Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.250, de 1996, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. ....	00074
Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.251, de 1996, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. ....	00074
Recebimento do Ofício nº 557/95, de 29 de dezembro último, do Banco da Amazônia S/A (BASA), encaminhando o balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao primeiro semestre de 1995. (Diversos nº 3, de 1996) ....	00075
1.2.2 – Discursos do Expediente	
SENADOR NEY SUASSUNA – Elogios à silenciosa revolução dentro do Ministério da Educação, executada pelo Ministro Paulo Renato de Souza. Distribuição antecipada de material escolar na rede pública. ....	00075
SENADORA JÚNIA MARISE, como Líder – Homenagem póstuma ao ex-Presidente François Mitterrand. ....	00079
SENADOR MAURO MIRANDA – Satisfação pela inclusão do novo Código Nacional do Trânsito na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional. ....	00082
SENADORA BENEDITA DA SILVA – Preocupação com a defesa da biodiversidade do solo brasileiro. Posição de S. Exª quanto ao Projeto SIVAM....	00085
SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional. ....	00086
SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Rebatendo críticas à sua pessoa no que se refere a faltas às sessões do Senado, no período em que esteve doente. Homenagem póstuma ao ex-Presidente François Mitterrand. ....	00089
SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – O papel do Senado na República. Pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional. ....	
SENADOR ADEMIR ANDRADE, como Líder – Observações sobre a posição do governo federal, não reconhecendo a data base dos funcionários pú-	
blicos. Homenagem póstuma ao ex-Presidente François Mitterrand. ....	00093
SENADOR JOSAPHAT MARINHO – Críticas à pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional. ....	00096
SENADORA MARINA SILVA – Revisão no Decreto nº 22, de 1991, sobre a demarcação de áreas indígenas. ....	00099
SENADOR CASILDO MALDANER – Transcrição do artigo do jornalista Ruy Fabiano, publicado no <i>Correio Braziliense</i> , de 31 de dezembro de 1995, sob título "Tragédia carioca em dois tempos," sobre o uso de drogas no País. ....	00100
SENADORA MARLUCE PINTO – Revogação, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Decreto nº 22, de 1991, permitindo a revisão das demarcações de terras indígenas. ....	00107
1.2.3 – Ofícios	
Nºs 746 a 777, de 1995, da Liderança do PFL no Senado Federal, referentes à substituição de membros em Comissões Mistas. ....	00108
Nºs 642 a 673, de 1995, da Vice-Liderança do PMDB no Senado Federal, referentes à substituição de membros em Comissões Mistas. ....	00112
Nºs 1.223, 1.225, 1.227, 1.229, 1.231, 1.233, 1.235, 1.237, 1.239, 1.241, 1.243, 1.245, 1.247, 1.249, 1.251, 1.253, 1.255, 1.257, 1.259, 1.261, 1.263, 1.265, 1.267, 1.269, 1.271, 1.273, 1.275, 1.277, 1.279, 1.281, 1.283, 1.285, 1.286 e 1.288, de 1995, da Liderança do Bloco Parlamentar na Câmara dos Deputados, referentes à substituição de membros em Comissões Mistas. ....	00118
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSSÃO ANTERIOR	
Do Sr. Eduardo Suplicy, proferido na sessão de 9-1-96. ....	00125
3 – RETIFICAÇÃO	
Ata da 1ª Sessão Não-Deliberativa, realizada em 9 de janeiro de 1996 (publicada no DSF, de 10 de janeiro de 1996). ....	00129
4 – ATO DO DIRETOR-GERAL	
Nº 12, de 1996. ....	00129
5 – MESA DIRETORA	
6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

## Ata da 2<sup>a</sup> Sessão não Deliberativa em 10 de Janeiro de 1996

### 1<sup>a</sup> Sessão Legislativa Extraordinária, da 50<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência dos Srs. Teotônio Vilela Filho, Júlio Campos, Ney Suassuna,  
Antônio Carlos Valadares e José Eduardo Dutra*

(Inicia-se a sessão às 14h 30 min.)

**O SR. PRESIDENTE** (Teotonio Vilela Filho) -

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotonio Vilela Filho) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.250, de 4 de janeiro de 1996, que "dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### Senadores

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PMDB

Jader Barbalho	Ramez Tebet
Ney Suassuna	Nabor Júnior

PFL

Bello Parga	Freitas Neto
Francelino Pereira	Romero Jucá

PSDB

Pedro Piva	Jefferson Péres
	PT
	Lauro Campos

PTB

Eduardo Suplicy	Emilia Fernandes
Arlindo Porto	

#### DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco (PFL-PTB)

Benito Gama	Raimundo Santos
Luciano Pizzatto	Ciro Nogueira

PMDB

Michel Temer	Geddel Vieira Lima
	PSDB

PSDB

Ayrton Xerez	Antônio Kandir
	PPB
	Delfim Netto

PPS

Francisco Domílles	Augusto Carvalho
Sérgio Arouca	

PV

Fernando Gabeira

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 10-1-96- designação da Comissão Mista;

Dia 11-1-96- instalação da Comissão Mista.

Até 10-1-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 19-1-96- prazo final da Comissão Mista.

Até 3-2-96- prazo no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotonio Vilela Filho) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.251, de 4 de janeiro de 1996, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PMDB

Fernando Bezerra	Onofre Quinan
Gilberto Miranda	Gerson Camata

PFL

João Rocha	Edison Lobão
Júlio Campos	Jonas Pinheiro

PSDB

Pedro Piva	Coutinho Jorge
	PSB

Ademir Andrade

PPS

Roberto Freire	
----------------	--

#### DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco (PFL-PTB)

Júlio César	1. Murilo Pinheiro
-------------	--------------------

Luiz Braga	2.Osório Adriano
Michel Temer	PMDB
	Geddel Vieira Lima
Welson Gasparini	PSDB
	Antônio Balhmann
Odelmo Leão	PPB
	Gerson Peres
Robson Tuma	PSL
	PT
Jaques Wagner	Arlindo Chinaglia

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 10-1-96- designação da Comissão Mista.

Dia 11-1-96 - instalação da Comissão Mista.

Até 10-1-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 19-1-96- prazo final da Comissão Mista.

Até 3-2-96- prazo no Congresso Nacional.

A Presidência designa as Comissões Mistas e fixa o calendário de tramitação das Medidas Provisórias nºs 1.250 e 1.251, de 1996.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotonio Vilela Filho) - A Presidência recebeu do Banco da Amazônia S/A, o Ofício nº 557/95, de 29 de dezembro último, encaminhando, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO - referente ao primeiro semestre de 1995. (Diversos nº 3, de 1996)

A matéria vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotonio Vilela Filho) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. S. Exª dispõe de 20 minutos.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ontem, em discurso nesta tribuna, fiz várias críticas à programação desta convocação extraordinária, alertando, inclusive, para a necessidade de maior preocupação do Executivo com a área social.

Creio, Sr. Presidente, que devemos ter sempre a humildade de elogiar quando for justo e criticar quando for necessário.

Hoje, ocupo esta tribuna para registrar com esperança que o Governo sai da inércia no tocante à agenda social, principalmente a partir da atuação do Ministério da Educação, especialmente graças ao caráter marcante e à força das idéias do Ministro Paulo Renato.

Vejam, Srs. Senadores, que não houve uma injecção grandiosa, nem sequer uma alteração substancial no Orçamento do Ministério; no entanto, o Ministro fez uma silenciosa revolução daquele Ministério. Pela primeira vez na história do MEC, distribuíram-se antecipadamente os livros didáticos que, muitas vezes, chegavam às mãos dos alunos já no final do ano letivo. Desta feita, repito, pela primeira vez na história do Ministério da Educação e Cultura, chegaram antes do início do ano letivo.

Implantou-se a TV Escola, que vai treinar 1,3 milhões de professores, por meio da compra e utilização de 41 mil televisores, videocassetes e antenas parabólicas; é a educação a distância, adaptada ao modelo canadense e em consonância com as diretrizes propostas no parecer do Senador Darcy Ribeiro sobre a LDO, em tramitação no Senado Federal.

Houve antecipação à LDO, que ainda será votada por nós, Sr. Presidente.

A principal inovação daquele Ministério foi a reformulação completa de seu orçamento; o grosso do recurso de R\$10 bilhões foi reorientado para o ensino fundamental, contrariando prática histórica de favorecer o nível superior. Até o ano passado, no Brasil, gastava-se a maior parte do orçamento do Ministério com ensino universitário e praticamente não se gastava dinheiro com ensino fundamental.

**O Sr. Romeu Tuma** - Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR.NEY SUASSUNA** - Pois não, Senador Romeu Tuma, com muito orgulho recebo o aparte de V. Exª.

**O Sr. Romeu Tuma** - Agradeço a V. Exª, Senador Ney Suassuna, a oportunidade de apartá-lo em assunto relevante como é o da Educação. V. Exª, ao se referir à distribuição dos livros didáticos com antecipação, levou-me um pouco ao passado, há uns cinco ou seis anos, quando eu ainda estava na direção da Polícia Federal: coisas terríveis aconteceram com a distribuição do livro didático. Sr. Senador, apenas para ilustrar seu discurso e enaltecer a figura do Ministro Paulo Renato: À época, descobrimos em São Paulo, já em meados do ano, depósito de uma transportadora com livros didáticos que estavam sendo destruídos para serem vendidos como sucata de papel. Impressões de primeira quali-

dade, de alto valor financeiro e sem distribuição estavam sendo sucateados, cortados em tiras, e, até hoje, infelizmente, não sei de qualquer resultado jurídico, embora tenha havido prisão em flagrante e sido aberto inquérito. Parece-me, inclusive, que a transportadora ainda presta serviços ao Governo. Espero que esse trabalho, além da distribuição, abranja também fiscalização rigorosa, comprovando o recebimento desses livros pelas escolas, principalmente na zona rural. É um fato que - perdoe-me V. Ex<sup>a</sup> - eu não poderia deixar de transmitir nesse momento. Conheço o Ministro Paulo Renato de Souza e sei da seriedade de seu trabalho; seja como Reitor da Universidade de Campinas, como participante em alguns governos, S. Ex<sup>a</sup> demonstra sempre seu elã pelo trabalho, sua dedicação e, é claro, sua seriedade, com resultados positivos. Nesse primeiro ano de Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministro conseguiu se destacar, mostrando que pessoas que se dedicam, que têm devoção e vontade de política podem, com pouca ou muita verba, trazer resultados positivos. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NEY SUASSUNA** - Nobre Senador, recordo com tristeza o evento que V. Ex<sup>a</sup> cita; um acontecimento verdadeiro, vergonhoso, cuja lembrança ainda dói na consciência de todos nós, brasileiros: livros que não chegaram às mãos dos alunos, que não chegaram a ser folheados foram vendidos como sucata para dar um pouco de dinheiro a alguns poucos corruptos. É pena que essas figuras não estejam na cadeia.

O Ministro, Sr. Presidente e Senador Romeu Tuma, está concluindo um outro inquérito muito importante, o do salário-educação para alunos-fantasmas, principalmente no Estado do Rio de Janeiro. Esta é uma outra vergonha que macula a educação nacional.

E eu continuaria dizendo que houve também naquele Ministério, sob a iniciativa do Ministro Paulo Renato, uma modificação de cunho estrutural: com o escopo de redesenhar o perfil da mão-de-obra brasileira a partir da revolução educacional, o Governo enviou ao Congresso projeto de lei que prevê a destinação de 15% do orçamento da educação dos Estados e Municípios para o ensino fundamental.

O total dos recursos identificados, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, chegará à cifra de R\$12 bilhões. Esse número permitirá um investimento anual de R\$300,00/aluno, montante 25% superior ao dispêndio atual, e um salário mínimo de R\$300,00 para os professores. Há Estados em que os professores não chegam a receber R\$20,00.

Agora, todos os professores do País receberão um salário mínimo de R\$300,00. Será uma outra época.

Milito na área do ensino há muitos anos. Filho de professor e não só proprietário de escolas, como também professor da rede oficial, professor concursado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, endosso, de cátedra, o impacto dessa revolução educacional na competitividade da economia.

Japão, China, Estados Unidos e - mais recentemente - os "tigres asiáticos" preparam o seu boom, a sua explosão no mercado mundial vinte anos antes de se lançarem na economia, através de inversões maciças em educação, principalmente com vistas a transformar um exército de brancaleone de mão-de-obra reserva em potenciais profissionais altamente qualificados para executar, com eficiência e segurança, as tarefas complexas exigidas pelo avanço tecnológico.

Quero aqui, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, registrar o fato de que a mudança do padrão educacional do trabalhador brasileiro, além de exigência genérica da reordenação da divisão internacional do trabalho, é uma demanda efetiva e de curto prazo no âmbito do MERCOSUL, onde o perfil do trabalhador brasileiro persiste ainda como o mais inadequado, resultado do número menor de anos na escola e do grande contingente de analfabetos funcionais. Essa revolução do Ministro e economista Paulo Renato terá o mérito de reequilibrar a balança de modo mais favorável ao Brasil em termos de competitividade.

**O Sr. Jefferson Péres** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** - Com prazer.

**O Sr. Jefferson Péres** - Sinto-me feliz em ouvir o depoimento de V. Ex<sup>a</sup>, que é do ramo, que milita na área educacional como proprietário de estabelecimento de ensino e como professor. V. Ex<sup>a</sup> reconhece o trabalho do Ministro Paulo Renato de Souza, que, com tão pouco tempo no Ministério, já disse a que veio e dá uma pequena amostra do que poderá fazer - e certamente fará - nos próximos três anos. Isto não me surpreende, Senador Ney Suassuna, o Ministro Paulo Renato de Souza é um economista brilhante. Só lamento que ele não tenha ido para o Ministério do Planejamento, como inicialmente quis o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele é um dos melhores quadros do meu Partido. Fico feliz por V. Ex<sup>a</sup>, não pertencendo ao PSDB, reconhecer os méritos de um homem da envergadura do Ministro Paulo Renato de Souza, que, além de competente, é um ministro atencioso e que sabe tra-

tar com respeito todos os que o procuram, principalmente os Parlamentares.

**O SR. NEY SUASSUNA** - Muito obrigado, Ex<sup>a</sup>. Fico muito satisfeito por ouvir as palavras de V. Ex<sup>a</sup> e digo-lhe que, para mim, acima dos Partidos estão os interesses da República. E este é um Ministro que está acertando, por isso temos que elogiá-lo e incentivar os demais a seguir o mesmo caminho.

**O Sr. Gerson Camata** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** - Com muito prazer.

**O Sr. Gerson Camata** - Nobre Senador Ney Suassuna, obriga-me V. Ex<sup>a</sup> a este aparte, porque fala sobre um tema que conhece. V. Ex<sup>a</sup> nasceu nele, milita nele e tem feito muito pela educação no Brasil. E, não sendo tão radical quanto o Senador João Calmon em matéria de educação, a cada dia me convengo que o Brasil só sai dos seus problemas, só sai dessa divisão de renda cruel que tem, só sai desses bolsões de pobreza, só sai desse processo inflacionário - que está por enquanto contido - no dia em que resolver ir pelo caminho da educação. E V. Ex<sup>a</sup> faz uma coisa que é rara no Congresso brasileiro, aliás, rara no Brasil. Há pouco tempo, o Papa, na sua ida a Viena, proclamou que aqueles que praticam o bem e perseveram no bem também, um dia, deveriam merecer as manchetes dos jornais. Falo isto porque o que está errado ou o que se supõe que esteja errado, o escândalo, o mal, a maledicência, a prática de desfigurar o ser humano, de desonrar a figura do próximo, apenas isso é muito comum no Parlamento e na imprensa brasileira - parece ser um vício nacional. E V. Ex<sup>a</sup> vem aqui falar - o que é raro - de um ministro que está dando certo. Talvez seja um dos primeiros discursos que ouço aqui - não só neste ano, mas incluindo-se o ano passado também - em que se exalta um ministro que faz o que faz discretamente, com simplicidade. E começamos a ver o resultado dessa sua prática aparecer quando percorremos os rincões brasileiros. Eu, por exemplo, neste curto período de recesso, andando pelo interior do Espírito Santo, tive dois encontros com professores de grotões que nunca tinham recebido material escolar e que o estavam recebendo, antes de começarem as aulas. Falaram-me do programa de televisão que prepara o professor, que depois vai preparar o aluno. E agora inicia o Ministro esse processo, que vai ser uma revolução, com o qual vai acabar com a humilhação dos professores que ainda ganham meio salário mínimo, até menos de meio salário mínimo, estabelecendo um piso salarial, no Brasil inteiro, de, no mínimo, R\$300,00

para os professores. Aí vai-se começar a acertar a situação mais ainda. S. Ex<sup>a</sup> está no cargo há apenas um ano. V. Ex<sup>a</sup> sabe que, em educação, um ano não significa nada - pode significar individualmente, para uma pessoa, mas para uma coletividade não significa nada. V. Ex<sup>a</sup> vem, então, como educador, da tribuna do Senado, dizer que esse homem, que faz as coisas com discrição, está fazendo as coisas certas. V. Ex<sup>a</sup> faz, na prática, o que pregou o Papa no seu discurso de Viena, na Áustria: que as pessoas que perseveram no bem, que praticam o bem, que passam a vida toda tentando fazer as coisas certas merecem, um dia, ser exaltadas. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NEY SUASSUNA** - Muito obrigado. Acolho os dizeres de V. Ex<sup>a</sup> como parte do meu discurso, com muita honra. E digo mais, o Ministro fez isso sem nenhuma injeção maciça de recursos, fez com os recursos de que dispunha, o que é muito importante, porque vemos muitos ministros lamentando, dizendo que não fazem porque não têm recursos. E percebemos que quando se põe engenho e arte as coisas andam. É preciso que haja vontade política, é preciso que haja esse engenho e essa arte, e é preciso que haja, principalmente, a vontade de fazer. Esta é a principal alavanca que está movendo o nosso Ministro da Educação. Muito obrigado.

**A Sr<sup>a</sup> Júnia Marise** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** - Pois não, nobre Senadora.

**A Sr<sup>a</sup> Júnia Marise** - Senador Ney Suassuna, estou acompanhando o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, em que V. Ex<sup>a</sup> enaltece os pontos positivos da atuação do Ministério da Educação, evidentemente pelo seu titular, enaltece as realizações na área de educação no nosso País. Não me incluo entre aqueles que não vêem boas qualidades, bons atos e, principalmente, alguns pontos positivos no que fazem aqueles que estão hoje na administração pública do nosso País, ao contrário, sempre procurei ressaltar, dentro de uma análise mais profunda e mais ampla sobre as questões gerais do nosso País, aqueles que procuram com ética, com lisura, com trabalho e com dedicação desenvolver uma atuação em benefício dos diversos setores e segmentos da nossa sociedade. Entre a lista dos grandes feitos realizados pelo Ministério da Educação, V. Ex<sup>a</sup> destacou, sem dúvida alguma, a questão das universidades, a questão dos livros didáticos, a questão da merenda escolar e, certamente, algumas outras iniciativas do Ministério da Educação no sentido de estimular e preservar cada vez mais o respeito e a dignidade ao

professorado brasileiro. Mas eu gostaria, no momento em que se faz uma reflexão sobre toda essa ação administrativa e política do Ministério da Educação e, certamente, do próprio Governo Fernando Henrique Cardoso, de destacar, lamentando profundamente, que existe hoje, na raiz do problema da Educação brasileira, uma ferida aberta que ainda não foi tocada. O Presidente da República e o Ministério da Educação, que estão decididos a voltar as suas atenções para o combate ao analfabetismo no nosso País, precisam, com toda urgência, colocar o dedo nessa ferida. Não temos conhecimento e não há uma estatística ou um relatório por parte do Governo e por parte do Ministério da Educação que proponha a construção de nem sequer uma sala de aula nas escolas para atender as nossas crianças. Outras prioridades ocorreram para a conclusão dos chamados CAICs, iniciados principalmente nos Governos do Srs. Fernando Collor e Itamar Franco, e permaneceram como obras inacabadas. Inclusive, no meu Estado, havia vários CAICs inacabados, e o Ministério da Educação decidiu dar andamento para concluir essas obras e equipar os centros educacionais, que não poderiam continuar como um retrato vivo de obras inacabadas. Portanto, neste momento, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Certamente V. Ex<sup>a</sup>, como Senador da República, como educador e conhecedor profundo da realidade da Educação em nosso País, sabe que temos hoje cerca de 13 milhões de crianças sem escola, pelo fato de as salas de aula não disporrem de um banco para instalar seus alunos. Há também 40 milhões de analfabetos adultos. Sem dúvida alguma, esses problemas são uma herança de muitos anos, de algumas décadas, mas é preciso que o Governo assuma a responsabilidade de voltar a sua atenção para essas questões. Neste momento em que me congratulo com V. Ex<sup>a</sup>, aproveito a oportunidade para fazer uma condenação ao Ministro da Educação e, principalmente, ao Presidente da República: existe hoje uma realidade que não está escondida; existe hoje uma ferida aberta na área da Educação, e o Governo não pode permitir que o número de crianças fora da escola se multiplique na gestão Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. NEY SUASSUNA** - Muito obrigado, Senadora Júnia Marise.

Corn toda certeza, V. Ex<sup>a</sup> tem razão e bem o disse quando lembrou que esses problemas são uma herança antiga e que, portanto, levarão algum tempo para serem solucionados.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, como ganho marginal - porém, não residual -

está a possibilidade de se atrair a boa vontade das agências internacionais de desenvolvimento, enquanto fontes de financiamentos, hoje, com atuação discreta no Brasil e presença fortíssima em outras economias emergentes como China, Coréia e Índia, exatamente pela falta de vontade política - demonstrada pelo nosso Governo - e de seriedade, fator em franca reversão.

Lembraria, finalmente, que seria oportuno o Senado acelerar a tramitação do Projeto de Lei de Renda Mínima Escolar, de minha autoria, derivado da Renda Mínima do Senador Eduardo Suplicy, e testado, com sucesso, em vários Municípios brasileiros, entre eles o Distrito Federal.

Quero parabenizar o Ministro Paulo Renato, que S. Ex<sup>a</sup> continue sendo um exemplo aos demais Ministros. Parabenizo também o Presidente da República, por ter eleito a área da Educação, este ano, como prioridade.

**O Sr. Eduardo Suplicy** - V. Ex<sup>a</sup> me permite um breve aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** - Pois não, Senador. O meu tempo está esgotado, mas não poderia deixar de dar a V. Ex<sup>a</sup> um aparte.

**O Sr. Eduardo Suplicy** - Considero importante a iniciativa do Ministro da Educação de fazer com que qualquer professor do ensino fundamental neste País tenha uma remuneração mínima. Ela não está propriamente estabelecida em termos de R\$300 o mínimo; é como se fosse uma meta de dispêndio. Como consequência do que se gastará com cada aluno é que se estabelecerá um mínimo a ser pago a cada professor. Mas, pelo que pude entender, certamente qualquer professor, em tempo parcial, em qualquer Estado do País, estará ganhando uma remuneração que acredo vá superar os R\$200 ou algo em torno disso. Se aos professores, se a quem está na cátedra se está garantindo um mínimo de renda, seria razoável, de bom-senso, para se assegurar que cada criança neste País pudesse efetivamente estar estudando, que os seus pais tivessem também a garantia de um mínimo de renda. E é isso o que o próprio Ministro da Educação, o Presidente da República, o Ministro José Serra, o Ministro Pedro Malan e a Sr<sup>a</sup> Ruth Cardoso ainda não perceberam, ainda não quiseram dar prioridade a essa questão. Este Governo, Senador Ney Suassuna, está dando prioridade à tarefa de salvar as instituições financeiras; renúncia fiscal e subsídios creditícios para as mais diversas finalidades, entre as quais a de salvar bancos, proporcionar concentração de renda e de riqueza. Mas, para garantir que cada criança

neste País possa freqüentar a escola, é importante o apelo que V. Ex<sup>a</sup> faz agora, no sentido de sensibilizar o Executivo. Devo ainda hoje falar sobre esse tema, Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** - Obrigado, Excelência. Com certeza, com insistência, vamos convencê-lo.

O elogio que faço é dirigido ao Ministro, porque, até agora, é o primeiro a mostrar uma grande realização na área social. Espero que essa vontade seja mais abrangente e, como disse no último parágrafo do meu discurso, espero que cheguem à renda mínima escolar, derivado do Projeto de Renda Mínima, que, com toda certeza, se aplicado, trará mais justiça a este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> JÚNIA MARISE** - Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotonio Vilela Filho) - Concedo a palavra, como Líder, à Senadora Júnia Marise, por cinco minutos.

**A SR<sup>a</sup> JÚNIA MARISE** (PDT-MG. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, na sessão de ontem, alguns Senadores - Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Humberto Lucena, Benedita da Silva e outros - prestaram aqui a sua homenagem ao ex-Presidente François Mitterrand. E hoje quero, mais uma vez, em nome do meu Partido, o PDT, registrar também, nos Anais do Senado Federal, a grande marca que foi no socialismo internacional e um símbolo, certamente, para a França, Europa e todo o mundo, inclusive o Brasil, a trajetória política expressiva do grande estadista, o ex-Presidente da França.

Sr. Presidente, registro uma expressão publicada nos jornais de hoje na França, a respeito do falecimento de François Mitterrand: "um farol se apagou". Uma prova de que a atuação do estadista foi página memorável da História da França é o fato de os franceses estarem há três dias prestando suas homenagens ao ex-Presidente e preparando as solenidades dos funerais, o que ocorrerá amanhã.

Emocionou-me a fotografia, publicada pela imprensa, de uma criança levando uma rosa vermelha para ser colocada no caixão do Presidente François Mitterrand. Os franceses, a exemplo do que acontece nos funerais de todos os líderes mundiais, dirigem-se ao local e prestam as últimas homenagens àquele que promoveu a união européia, àquele que representou, sem dúvida alguma, a transformação da França na área dos serviços públicos, bem como em relação a valores individuais como o respeito, a dignidade e a cidadania.

François Mitterrand, na sua juventude, por algum tempo morou no Brasil, em São Paulo. Daqui certamente levou grandes inspirações para o desempenho de sua carreira política. O ex-Presidente passa não só pela História da França, mas pela História do mundo como um grande estadista. Durante 14 anos governou a França, mas teve os olhos voltados para toda a Europa e para todo o mundo. Por essa razão, Sr. Presidente, não poderíamos deixar de registrar nos Anais do Senado Federal a manifestação do Partido Democrático Trabalhista, o PDT. A nossa maior liderança, o Ex-Governador Leonel Brizola, teve uma convivência próxima com François Mitterrand e pôde mostrar-lhe, durante visita ao Brasil, uma das grandes obras da Educação em nosso País: os CIEPs. O ex-Presidente ficou encantado com o projeto e com a construção dos CIEPs. O nosso Partido, a exemplo do que acontece com todos os brasileiros e com o próprio Presidente da República, lamenta a morte do grande estadista, razão pela qual divulgou nota à imprensa brasileira. Estamos hoje vivendo momento de grande consternação devido ao falecimento do Presidente François Mitterrand.

Por isso, em nome da nossa Bancada, em nome do nosso Partido, ressaltamos a importância do Presidente da França em relação ao seu País, em relação à Europa e ao mundo. Esperamos que a sua história de vida, seus exemplos e suas realizações não apenas marquem página na História da França, mas que sirvam de exemplo para políticos e governantes, no que se refere à gestão da coisa pública e ao espírito de unidade nacional.

François Mitterrand teve a oportunidade tão importante de fazer a grande integração da União Européia, sobretudo com a Alemanha, a quem deu as mãos, colocando-se diante do mundo como um grande presidente e estadista.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Júnia Marise, o Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

**O SR. MAURO MIRANDA** (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, por uma decisão feliz e oportuna

das lideranças partidárias nesta Casa, o novo Código Nacional do Trânsito foi incluído como matéria prioritária no período de convocação extraordinária do Congresso.

Estou particularmente satisfeito com a decisão, porque fui ouvido nas ponderações que levei aos líderes sobre a necessidade de encarar essa longa novela que dura quase três anos, desde que o projeto original foi enviado pelo Executivo.

A sociedade que pressionou o Governo naquele ocasião, exaurida que estava pelo sofrimento da violência e da impunidade, é a mesma que já não suporta tanta demora inexplicável. Todos os limites de espera e de paciência já foram consumidos, enquanto as dores das perdas de um amigo ou de um parente próximo se espalham por toda a família brasileira.

Neste 1996, o obsoleto Código de Trânsito em vigor está completando 30 longos anos. Em 1966, quando foi aprovado, apenas 2 milhões de veículos rodavam por estradas e cidades brasileiras. Hoje, a frota nacional é oito vezes maior. As megalópoles cresceram, o nervosismo urbano multiplicou os índices de tensão social, a produção agrícola e industrial passou por crescimento vertiginoso, o acesso ao automóvel se democratizou e o cidadão apressado de uma sociedade cada vez mais competitiva é das marcas mais fortes deste final de século. A vida, o homem, a cidade e o campo sofreram transformações radicais, mas a legislação para orientar as rodas que carregam essas mudanças ficou parada no tempo. O resultado é o caos, a morte, a mutilação, a impunidade e o desespero, abrindo caminhos para prejuízos econômicos e sociais irrecuperáveis.

O Senado tem nas mãos a chave para interromper essa anticultura e dar uma satisfação à sociedade. Alterar ou não alterar o projeto aprovado pela Câmara já não é a questão mais importante. O que importa é oferecer à Nação, já, esse novo guia de País civilizado. Tudo o que havia de se debater já foi debatido. Há 10 meses reclamei desta tribuna que o Código estava parado na Comissão de Infra-Estrutura fazia quase um ano. Fui atendido pelo Presidente José Sarney, que reconstituiu a Comissão Especial, colocando na Presidência o Senador Francelino Pereira, na Vice-Presidência o Senador Geraldo Melo e na Relatoria o Senador Gilberto Miranda. De lá para cá, muitas emendas foram apresentadas, alguns simpósios foram realizados, os órgãos técnicos foram consultados e toda a sociedade brasileira se manifestou. Esperar mais do que isso é não querer resolver.

Acho até cansativo reafirmar as evidências favoráveis a um novo Código de Trânsito. A televisão e os jornais mostram diariamente a tragédia coletiva que enluta e revolta as nossas famílias. A impunidade estimula o crime. Hoje mesmo os jornais estão anuncianto a decisão do Ministro da Justiça de preparar uma lei proibindo o consumo de bebida nas estradas. Isso mostra que o Congresso está sendo atropelado porque não decide. O novo Código tipifica os crimes e oferece todos os instrumentos para uma ação mais ágil e mais eficaz da Justiça. Antes de beber, de atropelar, de matar, de avançar os sinais e de superar os limites legais de velocidade, o criminoso potencial vai pensar duas vezes para ceder à compulsão do delito.

Quero apenas insistir na importância de uma decisão rápida pelo Senado. Pelo elevado grau de interferência na vida diária do cidadão, no trabalho, no lazer e na circulação de bens essenciais e pela dramaticidade de sua violência, o problema do trânsito é uma das grandes questões de impacto social do nosso tempo.

**O Sr. Gerson Camata** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAURO MIRANDA** - Pois não. Ouço, com todo prazer, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador.

**O Sr. Gerson Camata** - Nobre Senador Mauro Miranda, V. Ex<sup>a</sup> nos traz um assunto momentoso e importante, pois trata-se de uma chaga aberta na família brasileira, que é o problema da violência no trânsito. Pouco antes de V. Ex<sup>a</sup> chegar ao Plenário, o Senador Geraldo Melo, que é, no momento, o Presidente em exercício da Comissão Especial, dado o impedimento momentâneo do Senador Francelino Pereira, estava nos convocando para uma reunião amanhã, às 10h, da Comissão Especial, que analisa o novo Código de Trânsito, exatamente dentro daquilo que V. Ex<sup>a</sup> está expondo. S. Ex<sup>a</sup> enfatizava a cada um dos membros e suplentes que estava convocando essa reunião devido a urgência e à necessidade de se acelerar a discussão desse novo Código para que possamos colocá-lo em pauta até o final do mês, e votarmos ainda nesse período da convocação extraordinária, num apelo ao patriotismo e aos brios de todos nós Senadores. E V. Ex<sup>a</sup> enfatiza esses aspectos. O Poder Legislativo demora a se pronunciar; mas reclamamos das medidas provisórias que chegam a este Plenário. Recordo-me que quando Deputado Federal, em 1974, a Câmara dos Deputados instalou uma CPI sobre a violência no trânsito, analisando também a segurança dos automóveis e das rodovias. E, ao final, aconteceu algo

muito interessante: a Comissão sugeriu em torno de 12 leis e decretos para melhorar a segurança dos automóveis, das rodovias e dos equipamentos dos automóveis brasileiros. Desses 12 ou 13 medidas, 10 podiam ser feitas por decreto - e o foram -; as outras três, que deviam ser feitas por lei, uma ainda está tramitando na Câmara dos Deputados e já deve ter ido para o Arquivo - isso passados 20 anos. Aí o Executivo entra com o decreto-lei e com a medida provisória e nós reclamamos. Penso que o processo legislativo, hoje, tem que ser visto à luz da pressa, não da correria nem do atropelo, mas uma pressa normal das coisas que devem ser feitas e que não podem ser deixadas para o dia de amanhã, têm que ser feitas rapidamente. V. Ex<sup>a</sup> enfatiza muito bem a responsabilidade que temos diante dos apelos da sociedade brasileira nessa nossa ferida devido à falta de educação que nós brasileiros temos no trânsito, que fazemos com que o automóvel se transforme nessa arma que causa tanta dor e tantas perdas de vida. O Senador, pelo Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, tem, em tramitação, um projeto sobre um código de trânsito muito radical, mas muito interessante. O primeiro artigo desse projeto de lei do Senador Darcy Ribeiro diz o seguinte: "São de exclusivo uso dos pedestres as ruas, as praças, as avenidas e as rodovias do Brasil, permitindo-se excepcionalmente o trânsito de veículos, obedecidas as seguintes condições:". Esta é a mostra da revoita de quem sente este problema e que o colocou de maneira tão radical no seu projeto, e que certamente está apensado nesse novo Código de Trânsito. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa da advertência que nos faz.

**O SR. MAURO MIRANDA** - Agradeço profundamente o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e vejo que ele vem ao encontro do que todos estamos pensando.

**O Sr. Romeu Tuma** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAURO MIRANDA** - Ouço com prazer V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Romeu Tuma** - Senador Mauro Miranda, quero também aproveitar a oportunidade deste tema tão importante e que se arrasta por alguns anos, como V. Ex<sup>a</sup> registrou em seu discurso. Ultimamente tenho conversado muito com o Senador Francelino Pereira sobre a necessidade de se dar urgência à votação do projeto do Código Nacional de Trânsito, uma vez que, como policial, tenho sido muito instado pelas autoridades policiais e de trânsito em virtude da impotência que têm em tomar providências para coibir os abusos praticados pelos motoristas. Ainda ontem discutia uma questão que talvez seja nova,

Senador, que é o abuso do uso do *jet ski*. Acredito que há um abuso, principalmente nos períodos de férias, oportunidade em que se tem de punir aqueles que não estão preparados ou autorizados para dirigir qualquer veículo a motor, pondo em risco a vida do cidadão. Só com esse Código na mão é que as autoridades vão poder baixar instruções, portarias e todos os requisitos legais para, preventivamente, evitar o número de acidentes e mortes que têm ocorrido ultimamente com um crescimento assustador. Não há nada que nos indique uma diminuição dos acidentes com veículos a motor de qualquer espécie: transporte rodoviário, motos, aquáticos. Por quê? Porque não havendo uma legislação punitiva exemplar o abuso é natural por parte daqueles que não têm pelo menos o preparo psicológico para dirigir um veículo. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e vamos rezar para que, nesse período de convocação extraordinária, não só o Presidente desta Casa, mas que Jesus o ouça também e que consigamos chegar à votação final. Muito obrigado, Senador.

**O SR. MAURO MIRANDA** - Agradeço-lhe o aparte, Senador Romeu Tuma.

As estatísticas mais recentes mostram que estamos perdendo 23 mil vidas por ano em acidentes de trânsito. A proporção anual é de 9,9 sinistros com morte para cada grupo de 10 mil veículos, enquanto no Japão esse mesmo índice proporcional cai para 1,9. É uma comparação vergonhosa para uma sociedade que quer atingir patamares de nação do Primeiro Mundo no começo do próximo milênio. Só as doenças cardiovasculares estão matando mais que o trânsito neste País.

Não quero me alongar neste rápido pronunciamento, para não incidir no risco do óbvio. Incluindo o Código Nacional de Trânsito na pauta de suas prioridades, o Senado já demonstrou que está afinado com as aspirações da sociedade. O que importa, agora, é aprovar o projeto no Plenário, sem postergações desnecessárias. É imperioso cumprir essa honrosa e histórica responsabilidade neste período de convocação extraordinária. É o apelo que quero fazer aos nobres colegas, com a convicção de que já não temos desculpas para justificar novos adiamentos. É positiva a informação que acabo de receber do Senador Geraldo Melo, vice-Presidente da Comissão Especial, de que já teremos amanhã uma nova reunião. É sinal de que estamos caminhando, enquanto o Presidente Francelino Pereira recupera-se de um tratamento de saúde. O novo Código não vai acabar com os acidentes, nem vai evitar todas as mortes. Mas vai punir e educar os atuais infratores,

além de desestimular as loucuras do trânsito. No curto e no longo prazos, teremos uma sociedade mais tranquila e menos amedrontada. E se este é um objetivo em que estamos todos de acordo, por que esperar mais?

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr Mauro Miranda, o Sr. Ney Suassuna, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Eduardo Dutra, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Eduardo Dutra) - Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva.

**A SR<sup>a</sup> BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, estamos iniciando o ano de 1996, faltando para a virada do milênio apenas 4 anos. É importante para nós, neste momento, refletirmos a respeito do que o mundo está nos propondo com suas mudanças. A humanidade pisará o ano 2.000 disposta de alta tecnologia, num mundo onde as ondas de rádio, a energia nuclear, as comunicações via satélite são uma realidade cotidiana. Os avanços da medicina, da genética, da astronomia, de toda a ciência, enfim, atingiram limites inimagináveis de alguns anos para cá.

É verdadeiramente um bem o aprofundamento desses conhecimentos, que têm levado também à evolução e derrubada de dogmas e preconceitos, buscando a verdade do mundo. Essa é a ciência que estamos encarando.

O ano que passou, embora mergulhado em conflitos de toda a ordem, permitiu-nos testemunhar as negociações de paz. É importante dizer aqui que as negociações de paz no Oriente Médio, o cessar fogo na Bósnia, a pacificação de Ruanda, o avanço nas negociações do Mercosul, a queda da inflação no nosso País constituem, sem dúvida nenhuma, um certo avanço, uma perspectiva positiva.

Penso que devemos receber o ano de 1996 com esperança, e temos que estar com nossas forças preparadas para um trabalho, com as nossas mentes voltadas para o entendimento, para a busca da cooperação entre todos os homens e mulheres, lutando sempre para antecipar o dia em que as riquezas conquistadas pela humanidade deixem de ser privilégios de poucos para representar um bem para todos.

Ao darmos início aos trabalhos legislativos extraordinários, a partir da convocação do Congresso

Nacional pela Presidência da República, desejo pronunciar-me com relação a algumas matérias importantíssimas que estarão sendo analisadas e votadas por esta Casa Legislativa.

Primeiramente, com o intuito de adequar à prática política os anseios que manifestei com relação ao futuro que se avizinha, gostaria de tecer algumas considerações com relação ao PLC nº 115/93, que dispõe sobre propriedade industrial, atualmente em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos. Tenho batalhado tanto na Comissão como desta tribuna a respeito do assunto. Este é um tema de tamanha envergadura - envolvendo interesses que extrapolam as nossas fronteiras - tão decisivo para o nosso desenvolvimento e a nossa soberania que, a partir da posição adotada pelo Governo Federal, eu não poderia deixar de manifestar a minha profunda preocupação.

As portas do terceiro milênio, quando o mundo definitivamente acorda para a questão do meio ambiente e das riquezas naturais, devemos olhar para aquilo que se torna, cada vez com maior evidência, o nosso maior patrimônio: a biodiversidade existente em nosso solo nacional. O desenvolvimento sustentável dos Estados amazônicos depende da nossa capacidade de bem aproveitarmos essa riqueza, prevendo a transferência de tecnologia e o pagamento de royalties para quem queira fazer uso dos recursos ali disponíveis.

O acordo do GATT demonstra a complexidade da questão dos microorganismos tanto que se absolveu de tomar uma posição definitiva com relação a este assunto, incluindo uma cláusula que prevê a revisão da matéria daqui a 4 anos. Já disse também dessa tribuna a respeito. Concedeu, ainda, 5 anos de prazo para que os países adequassem suas leis nacionais ao patenteamento de microorganismos.

Nesse sentido, o parlamento indiano aprovou sua lei de patentes determinando que o patenteamento de microorganismos somente entrará em vigor quando os Estados Unidos ratificarem a convenção sobre biodiversidade. O Congresso argentino, por sua vez, previu um prazo de transição de 8 anos para o reconhecimento de patentes, produtos e processos não abrangidos pela lei até então em vigor, entre eles os microorganismos.

O Governo brasileiro, numa posição diametralmente oposta, na minha avaliação, tem empenhado todos os esforços para reduzir o prazo de transição para apenas um ano, a partir da aprovação da lei.

Da mesma forma, o GATT não impõe a adoção do pipe line, que nada mais é do que o reconheci-

mento de patentes que já cairam em domínio público, ou seja, a negação do princípio da não retroatividade das leis. Contudo, o Governo sustenta que devemos aprová-lo. Estamos vendo que é ponto de pauta e de preocupação inclusive da Sessão Legislativa Extraordinária, que estamos iniciando.

É de causar estranheza que o Governo brasileiro, com o argumento de não querer sofrer retaliações, não se utilize das salvaguardas introduzidas pelo GATT, negociadas durante anos entre mais de cento e sessenta países.

Talvez eu esteja chovendo no molhado, mas quero enfatizar cada vez que me for dada uma oportunidade.

Estaríamos honrando todas as exigências do acordo internacional e, ao mesmo tempo, preservando a nossa biodiversidade para, no futuro, com mais segurança, com mais tranquilidade, retornarmos às questões.

Se está tudo acordado internacionalmente, as ameaças de retaliações, argumentadas pelo Governo Federal, são preocupantes no sentido de que deixam transparecer, no mínimo, a falta de uma posição mais firme, que resista às pressões internacionais - naturais em projetos dessa envergadura - as quais nos impingem regras que não estão previstas no GATT e que não vão beneficiar a este País de forma alguma.

Entendo que o Governo deveria lutar muito, denunciar as pressões internacionais que violam a legalidade do acordo, ao invés de simplesmente ceder para evitar represálias. Faço um apelo veemente aos nobres Parlamentares: que votemos essa matéria com independência e autonomia, aprovando o que consideramos mais adequado aos verdadeiros interesses da Nação brasileira e não aquilo que desejam as potências estrangeiras, distantes e descomprometidas com os destinos do nosso País e do nosso povo.

Sr. Presidente, há outra questão que estamos abordando e que gostaria aqui de ressaltar. Trata-se do Projeto SIVAM, que ironicamente também possui como pivô da questão a região da Amazônia. Desejo ratificar a posição do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, no sentido de que enquanto todas as inúmeras e graves irregularidades apontadas no relatório do TCU, respondidas de maneira sofrível até agora pelo contrário do Ministro Lélio Lobo, não forem satisfatoriamente resolvidas, não poderemos avançar nesse tema.

Decisões que ferem frontalmente a Constituição - quanto à imparcialidade e moralidade da Ad-

ministração Pública -, majoração de preços, aquisição de bens e contratação de serviços sem a realização de processo licitatório, contas bancárias sem amparo legal, inobservância das disposições da lei de licitações, resarcimentos indevidos, desrespeitos a cláusulas contratuais; enfim, colocam definitivamente em xeque a lisura de todo o processo. Enquanto essas e outras questões, inclusive técnicas, apontadas por militares da reserva e pela SBPC, não forem esclarecidas, não poderemos aprovar o projeto na forma em que se apresenta. Precisamos aguardar nova manifestação do TCU, com relação ao documento apresentado pelo Ministro da Aeronaútica, para fazermos avançar esta matéria.

Dois outros assuntos de crucial importância são o Plano Plurianual e o Orçamento para 1996. A votação destas matérias no período de convocação extraordinária deve servir como ponto de reflexão para todos os parlamentares, não só pelo fato de termos sido incapazes de discuti-las e votá-las dentro do cronograma preestabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que tem se repetido ano após ano. O parecer do Relator do PPA, que está pronto, mas sem data definida para votação, deixa transparecer o quanto temos ainda que aprender para produzirmos um documento que ofereça as diretrizes do desenvolvimento nacional num horizonte de tempo mais amplo. Foram necessários meses de discussão para acordarmos o nível de detalhamento que deveria constar do PPA, um instrumento orientador dos gastos públicos e do desenvolvimento nacional, que, como tal, não pode se prestar a definir o quanto será alocado nos próximos 4 anos em cada subprojeto que formarão os próximos orçamentos. As prioridades ainda não estão muito claras, e a junção de investimentos públicos e privados num mesmo documento, sem que as fronteiras entre os mesmos estejam melhor definidas, pode provocar certa desorientação à sociedade.

Entretanto, as maiores preocupações devem ser voltadas à discussão do Orçamento. Até a tarde de ontem, apenas um relatório parcial, o do Deputado Paulo Bernardo, do meu Partido, havia sido entregue, apesar do calendário definido pelo Presidente da Comissão Mista prever duas votações diárias a partir de hoje. Havendo um interstício mínimo de 48 horas a partir da entrega dos relatórios, o cronograma será, inevitavelmente, novamente postergado. Na melhor das hipóteses, teremos a votação dos relatórios parciais finalizada até o final da próxima semana, o que leva a votação do Orçamento no plenário para o final do mês ou início de fevereiro. Tere-

mos, então, um mês, ao menos, de execução sem orçamento, utilizando mecanismos estabelecidos na LDO para alocação de recursos, enquanto o Orçamento não é votado e sancionado. Perto do ocorrido em 1994, quando o Orçamento foi aprovado em setembro daquele ano, um mês de atraso não parece ser grave. Mas, se observarmos o que se passa hoje nos Estados Unidos, podemos perceber a flacidez de nossas instituições. Ali, a ausência do Orçamento impede, efetivamente, qualquer gasto por parte do Executivo. O resultado é a explicitação dos problemas e das contradições para toda a sociedade e a inevitabilidade de uma definição pelas forças políticas, sem subterfúgios. A independência dos Poderes torna-se um princípio maior, enquanto, aqui, a sensação que se passa é que independência de Poderes significa, na prática, que o Executivo independe do Legislativo para realizar o que pretende.

Se o processo de discussão do Orçamento causa preocupações desta ordem, a análise de seu conteúdo revela questões de repercussões também graves. No ano de 1995, a execução orçamentária produziu importante déficit e a dívida mobiliária saltou de R\$60 bilhões, no início do ano, para mais de R\$100 bilhões. O desequilíbrio orçamentário traduziu-se em elevação brutal das taxas de juros, repassando para toda a sociedade os custos de seu financiamento. Não sou uma **expert** nessa área, mas, com o parco conhecimento e sensibilidade que tenho, percebo que seria aceitável a absorção destes custos pela sociedade, se direcionados para gastos que viessem a reduzir o grau de desigualdade da sociedade, se viesssem atender aos anseios de cidadania e de eliminação da miséria de grande parte da população. Mas o que vimos foi o gasto de aproximadamente R\$20 bilhões em juros e encargos das dívidas interna e externa, e mais alguns bilhões, que não se sabe ao certo quanto, para o socorro de bancos em suposta dificuldade. O Parlamento não pode - ou não se dispôs - interferir nestas questões que geram efeitos bem mais significativos que qualquer emenda, cuja aprovação gera uma verdadeira luta livre entre os parlamentares e cuja dimensão, no seu todo, não chega a 10% do Orçamento. Se utilizássemos este atraso na votação do Orçamento para corrigir estes problemas, seria do maior proveito para o País, mas temo que não será isto o que se dará, lamentavelmente.

Sabemos que outros assuntos serão tratados dentro da questão da reforma, como as reformas administrativa e previdenciária, ainda alvo de discussão na Câmara dos Deputados.

Ao concluir a minha intervenção, queria ressaltar que me parece que há uma pressa exacerbada do Governo do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do seu ilustre Governador, Marcello Alencar, em atropelar o processo ou a diretriz que será dada em relação à reforma administrativa. Isso porque S. Ex<sup>a</sup> já se antecipou na questão das privatizações, principalmente no que diz respeito ao BANERJ, em relação ao qual tenho feito considerações desta tribuna; com muito pesar tenho visto esse equívoco, senão um grave erro, em privatizar o BANERJ, que poderia servir como banco de fomento para pequenos e médios empresários. O Governo do Estado do Rio de Janeiro conseguiu maioria na Assembléa Legislativa e massacrou, sem dúvida nenhuma, o princípio democrático da participação e do debate político que pudessem garantir e envolver os servidores do BANERJ.

S. Ex<sup>a</sup> também se antecipa com relação à reforma administrativa, que começa pelo Rio de Janeiro sem que tenhamos aqui amadurecido essa questão, que nem sequer chegou ao Senado, pois ainda está em discussão na Câmara dos Deputados, requerendo um tempo para que possamos aprofundá-la.

O Governador Marcello Alencar, a quem hoje estão subordinados 340 mil servidores do Executivo, assumiu um compromisso - o qual não entendi até agora, mas vou procurar entender - e fez uma articulação política com o Governo Federal.

O Governo colocou uma condição **sine qua non** para um empréstimo de 180 milhões para o Governo do Estado: o mesmo somente seria concedido se o Estado do Rio de Janeiro demísse a maioria dos seus servidores. Quero entender essa questão.

Concluindo, Sr. Presidente, até faço um elogio; entendo o Governo do Estado no que diz respeito às dificuldades financeiras que possa ter encontrado; não estou cobrando que em um ano de governo ele possa solucionar todos os problemas. Mas não garantir o 13º salário, não é possível! E o Governador recorre a empréstimo para solucionar a situação. No entanto, esse empréstimo só poderá ser feito a partir do momento em que demissões ocorram. E o Governador, dentro da sua ótica, tem perspectiva de mandar, de imediato, 68 mil servidores para as ruas, cujos salários não passam de dois a dois e meio salários-mínimos.

Então, quem irá para as ruas? E S. Ex<sup>a</sup> diz que será uma demissão obrigatória, alegando que ninguém irá se sentir demissionário. O Governador quer apenas uma dispensa estimulada em que esses 68 mil servidores serão transformados em pe-

quenos e médios empresários que irão prestar serviços ao próprio Governo.

Como posso entender isso?

Lamentavelmente, o meu tempo se esgotou, e não tenho mais condição de continuar o meu pronunciamento de hoje, mas darei continuidade sobre a matéria em outros pronunciamentos. Procurarei, logo que possível, saber como o Governo vai enxugar a folha de pagamento quando esse mesmo Governo tem cargos com altos salários nas diretorias.

Buscarei compreender o Governo do Estado do Rio de Janeiro nessa vontade política de representar o interesse do Estado, o interesse dos servidores, dos trabalhadores. Procurarei sensibilizá-lo para a possibilidade de se discutir a reforma administrativa e de lhe dar diretrizes, e a partir daí tomar a iniciativa no exato momento.

Eram estas as considerações que eu gostaria de tecer, hoje, na oportunidade em que estamos dando início aos trabalhos nesta Casa Legislativa. Bom trabalho a todos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Eduardo Dutra) - Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 5 minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES**  
(PSB-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, aproveito o início desta convocação extraordinária de iniciativa do Governo Federal, ou seja, do Poder Executivo, para manifestar, como Senador da República, como Parlamentar, integrante, portanto, do Congresso Nacional, a minha preocupação diante da premência do tempo com que fomos convocados para apreciação de uma pauta tão extensa quanto esta que nos foi entregue. Quero crer, Sr. Presidente, que, ao término da convocação que se dará no dia 14 de fevereiro e com o reinício dos trabalhos normais, diante do que foi encaminhado pelo Presidente da República, não tenho a menor dúvida de que nem 10% do que nos foi enviado poderá ser apreciado, discutido, votado e estudado em profundidade. Para que V. Ex<sup>as</sup> se atenham à responsabilidade que o Presidente da República colocou em nossas mãos, basta que eu faça um resumo das Mensagens que aqui serão apreciadas ou deliberadas pelo Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Trata-se de dez propostas de emenda constitucional, entre elas Sistema de Previdência Social, Reforma Administrativa, Organização dos Poderes, Reforma Tributária, Reforma da Educação, etc.

As matérias de que trata o art. 162 da Constituição são as relacionadas com as medidas provisórias; as matérias sob o regime do §1º do art. 64 da Constituição Federal são as em caráter de urgência. Há matérias relacionadas ao art. 52 da Constituição Federal.

Sr. Presidente, é realmente preocupante o peso, o fardo que o Presidente da República colocou em nossos ombros.

O art. 52 trata de matérias privativas do Senado Federal. Todas as matérias que estavam sendo discutidas anteriormente, de iniciativa dos Srs. Senadores, também constam desta convocação bem como projetos de códigos. Sabemos que o Código Civil também está tramitando nesta Casa, e o relator é o nobre Senador Josaphat Marinho. S. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que seria impossível deliberar sobre matéria tão relevante em tão pouco tempo. E ainda as proposições a seguir relacionadas:

- Código Nacional de Trânsito;
- Diretrizes e Bases da Educação;
- Propriedade Industrial;
- Remuneração dos membros de conselhos;
- Contribuição social de autônomos;
- COFINS;
- Remuneração da Polícia Civil do Distrito Federal;
- Software;
- Repressão ao crime organizado;
- Alteração do prazo de recolhimento de obrigações sociais;
- Transferência de competência da Justiça Militar para a Justiça Comum;
- Contribuição social dos inativos;
- Transporte aquaviário (cabotagem);
- Escuta telefônica;
- Sistema Nacional de Viação;
- Administração de rodovias;
- Destrução de aeronave hostil;
- Telefonia celular;
- Remuneração das Polícias dos ex-Territórios;
- Remuneração da Polícia Federal;
- Compensação financeira entre os sistemas de Previdência Social;
- Rito sumário para reforma agrária;
- Regulamentação do FSE.

Sr. Presidente, se não estivéssemos no Brasil, não acreditariam que pauta tão impossível de ser apreciada estivesse sendo encaminhada ao Congresso Nacional. Parece até um deboche, parece até que existe um desejo incontido de desmoralizar cada vez mais o Congresso Nacional, porque a opi-

nião pública vai ostensivamente nos cobrar e a imprensa não vai perdoar os deputados federais e senadores, uma vez que a extensa pauta impossível de ser deliberada foi enviada pelo Presidente da República e sequer 5% dela teremos condições de apreciar.

**O Sr. Roberto Requião** - Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** - Ouço com prazer V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Eduardo Dutra) - Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex<sup>a</sup> está utilizando a tribuna para uma comunicação inadiável por cinco minutos. Portanto, não cabe aparte neste caso.

**O Sr. Pedro Simon** - Já vi que o Presidente José Eduardo Dutra aprendeu o Regimento com o Presidente José Sarney. Está bom.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** - Em nome do meu Partido, Partido Socialista Brasileiro, que trabalha e tem responsabilidade - não que eu queira me eximir da responsabilidade de trabalhar nesta Casa, pelo contrário - desejamos demonstrar ao País, à Nação que pretendemos trabalhar em cima de matéria que possamos dar conta e não um verdadeiro "faz-de-conta". Isso é o que vai acontecer até o dia 14 de fevereiro, Sr. Presidente, ou será que o Presidente da República, com esta convocação extraordinária, com a ajuda de custo que receberemos e que a imprensa está colocando lá em cima, - houve até repórter que disse que era uma ajuda de custo de mais de R\$ 60.000,00, quando, na realidade, não é isso - ou será que o Presidente da República ao convocar, no período de recesso, o Congresso Nacional, quis - com a ajuda de custo - tapar a boca dos parlamentares diante do verdadeiro arrocho salarial que está sendo perpetrado contra os funcionários públicos e trabalhadores de todo o Brasil?

Sr. Presidente, em nome do PSB, apresento o meu protesto mais veemente contra esta convocação que não passa de um verdadeiro deboche, um acinte contra a tradição e a história do Poder Legislativo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Eduardo Dutra) - Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** (PDT-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste primeiro discurso do ano, não poderia deixar de manifestar, a todos do Senado Federal, meu sentimento

de fé e de esperança de que no ano de 1996 possamos desenvolver um trabalho mais profícuo; esperança de que o Brasil possa superar suas principais dificuldades e ofereça ao povo brasileiro melhores condições de vida; que meu Estado, o Amapá, possa vencer a difícil fase em que se encontra e garanta justiça social para o povo da nossa terra.

Quero desejar, portanto, a todas as autoridades do nosso País e, sobretudo, ao povo brasileiro, ao povo amapaense, um ano de muito trabalho e êxito naquilo que poderemos fazer juntos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, reconheço que o ano de 1995 foi de extrema dificuldade para o Brasil, para o Estado do Amapá, como já disse, e para este Senador particularmente. Vivi, possivelmente - diria, certamente -, a fase mais delicada da minha vida. No desabrochar do mandato de Senador que me foi garantido pelo povo do Estado do Amapá e ao ser premiado com o nascimento do meu segundo filho, fui surpreendido por uma doença grave no começo do último mês de maio, doença adquirida no pleno exercício da atividade parlamentar no interior do meu Estado e que provocou minha ausência do plenário desta Casa por, aproximadamente, 45 dias, numa luta, dia a dia, contra a morte, caminhando no limiar entre a vida e a morte.

Fui brindado, no final do primeiro semestre, por alguns órgãos de imprensa, com a inclusão do meu nome no ranking dos mais faltosos do Senado Federal. Novas listas deverão estar surgindo nos próximos dias, haja vista que se encerrou a primeira sessão legislativa desta Legislatura, e é provável que meu nome novamente apareça, sem qualquer justificativa que pelo menos considere que estive licenciado para tratamento de saúde devidamente comprovado e que estou vivo, graças ao trabalho competente e dedicado dos médicos que me atenderam, da ajuda que tive, inclusive desta Casa, representada pelo Presidente José Sarney, e das orações que certamente foram enviadas aos céus pelo povo do Estado do Amapá.

**A Sr<sup>a</sup> Marina Silva** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** - É com prazer que ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Marina Silva.

**A Sr<sup>a</sup> Marina Silva** - Quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>, que é do Estado do Amapá e teve uma malária muito grave. Sou do Estado do Acre, região onde há algumas variedades de malária que são problemáticas, e V. Ex<sup>a</sup>, como médico, talvez possa tipificá-las melhor do que eu. Eu mesma, da minha adolescência até a fase adulta, fui acometida de cinco

malárias e três hepatites das quais tenho seqüelas que até hoje me deixam em situação de muita precariedade, em termos de saúde. Muitas vezes, uma simples malária pode ser entendida por muitas pessoas, como uma doença boba, sem significância, apenas uma malária. Mas apenas uma malária pode ceifar vidas, como tem ocorrido nos projetos de assentamento do Acre, abatendo milhares de seres humanos, ou acarretando problemas mentais, dada a incidência repetitiva de malária, e incapacitando completamente algumas pessoas para o trabalho. No nosso caso, temos a sorte de contar com atendimento dos melhores médicos e, claro, também com a ajuda de Deus, como V. Ex<sup>a</sup> acabou de colocar. Quero apenas solidarizar-me com V. Ex<sup>a</sup>, porque sei da seriedade de seu trabalho e do momento difícil que V. Ex<sup>a</sup> passou, inclusive, tendo sido, parece-me, internado em UTI. Quero dizer que todos nós ficamos felizes em recebê-lo de volta a esta Casa e que compreendemos que a ausência de V. Ex<sup>a</sup> nos trabalhos legislativos foi por impedimento de saúde, coisa que acontece conosco, os mortais. Muito obrigado.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** - Incluo com satisfação o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao meu pronunciamento e tenho a dizer, ainda a respeito desse assunto, que nas sessões deliberativas e nos momentos em que contava com a plenitude da minha saúde, como conto hoje, qualquer estatística que seja feita certamente me colocará no ranking dos mais presentes.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero também prestar minha homenagem ao povo francês, que sofre neste instante profunda dor pela perda de um dos maiores estadistas que a França deu ao mundo, François Mitterrand. Como representante do Amapá, Estado vizinho de um território de ultramar da França, a Guiana Francesa - que visitei em novembro, manifestando exatamente esse sentimento de amizade e de crença em trabalho de cooperação mútua entre Brasil e França, entre Amapá e Guiana Francesa - não poderia deixar de referir minhas condolências e afirmar que a dor que hoje corta o coração do povo francês atinge também, certamente, todos nós brasileiros que temos a França como um país irmão e reconhecemos em François Mitterrand uma liderança que, apesar de deixar esse mundo, será eternamente lembrada por todos os povos, haja vista seu grande trabalho, voltado para a justiça social, que marcou seguramente sua vida e sua administração à frente daquele país.

Manifesto, portanto, sinceros votos de pesar e condolências em meu nome, em nome do povo do Amapá, em nome do PDT, reforçando as palavras

da nossa Líder, Senadora Júnia Marise, à família do Sr. François Mitterrand, ao Presidente Jacques Chirac e a todo o povo da França por essa perda irrecuperável.

Volto a tratar de assuntos ligados ao meu Estado, ao Estado do Amapá, Sr. Presidente.

Refiro-me, neste momento, a matérias publicadas na Folha de São Paulo pelo jornalista Josias de Sousa que atingiram, de certa forma, o Amapá e seu povo. Aproveito esse momento em que o Sr. Josias de Sousa se despede desse jornal, por meio de artigos, dizendo que deixará seus eleitores em paz, porque tem recebido muitas cartas que se contrapõem a suas posições. Fui autor de uma dessas cartas, porque, em 21 de julho de 1995, o jornalista Josias de Sousa, no artigo "Abaixo São Paulo", mencionou que os amapaenses têm inveja da metrópole paulista e que cresce no País inteiro um sentimento anti-paulista pelo qual os povos do Nordeste e da Amazônia seriam os responsáveis.

Respondi a esse artigo em carta que foi publicada no dia 22 de julho de 1995, em que demonstro nosso respeito e admiração por São Paulo e faço votos de que o Governador Mário Covas possa desenvolver um trabalho digno e melhorar a vida do povo paulista. E que o Amapá, na verdade, não tem inveja, tem orgulho do Estado de São Paulo que, para nós, é mola mestra da economia nacional.

Fomos surpreendidos novamente, no dia 20 de dezembro último, com artigo do mesmo jornalista intitulado "Dupla Ameaça" ou algo parecido, em que Josias de Sousa contava uma estorinha, falava sobre a Dr<sup>a</sup> Maria Cláudia Costin, Secretária-Executiva da Secretaria de Administração Federal, dizendo que S. S<sup>a</sup> estaria sofrendo ameaças anôнимas de morte, que teria proteção de policiais federais a sua pessoa e a seus filhos e deixava nas entrelinhas a interpretação de que essas ameaças vinham do Amapá, de seus políticos ou de seu povo, haja vista que o Ministério da Administração Federal excluiu, da folha de pagamento da União, 1.050 servidores que recebiam por ela os seus vencimentos e que trabalhavam para o Governo do Estado do Amapá. Esse assunto vem-se desenrolando desde abril de 1995, quando houve a primeira exclusão, depois o retorno para a folha e agora a segunda exclusão, e, em função disso, a Secretária Maria Cláudia Costin estaria recebendo ameaças de morte. Estive várias vezes com a Dr<sup>a</sup> Cláudia Costin, a quem reputo uma administradora competente, que vem desenvolvendo o seu trabalho de acordo com os seus princípios e com a orientação de seus superiores; mas não creio

que haja nenhum sentimento de revolta ou de perseguição ou de ameaça do povo do Amapá ou de políticos do Amapá contra a Drª Cláudia Costin.

Esse artigo cita, inclusive, a figura do Senador José Sarney, Presidente desta Casa, e insinua que S. Exª seria o provável articulador das ameaças. Não tenho procuração para defender o Senador José Sarney, mas estou defendendo os Representantes do Estado do Amapá e, sobretudo, o povo, os trabalhadores, que estão sofrendo - aí, sim - perseguição, porque muitos desses servidores têm direitos adquiridos e o Ministério não quer reconhecer isso. Não vou dizer que 100% deles devam ser reintegrados - já conversamos com os Líderes do Governo nesta Casa, e o Presidente da República também tem conhecimento do assunto -, mas quero aqui refutar, de forma cabal, que algum cidadão do Amapá tenha ameaçado de morte a Drª Cláudia Costin. Se há outros problemas - o que desconheço - poderemos acreditar.

Eu gostaria, na fase de conclusão da missão que o Josias de Souza recebeu, de substituir o Gilberto Dimentstein na *Folha de S. Paulo*, que ele fizesse uma reflexão: não sei que sentimento ele possa ter contra o nosso Amapá; talvez não conheça essa terra bonita, agradável, de um povo extremamente generoso, que é a Amazônia, e, particularmente, o Amapá, que está de portas abertas para receber o Josias e qualquer outra pessoa que deseje de fato conhecer as virtudes do nosso povo e as vantagens comparativas que existem no nosso Estado.

**O Sr. Romero Jucá** - V. Exª me permite um aparte?

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** - Concedo o aparte, com prazer, Senador Romero Jucá.

**O Sr. Romero Jucá** - Senador Sebastião Rocha, V. Exª tratou de uma questão que não diz respeito somente ao Estado do Amapá, mas também, de perto, ao Estado que represento, Roraima: o enquadramento dos servidores federais no Parecer FC 3, e, mais do que isso, as dúvidas que estão surgiendo ultimamente quanto a esse enquadramento, levando os funcionários públicos dos dois novos Estados à insegurança e, eu diria, a um clima de quase pânico. Esse assunto é extremamente pertinente na atual conjuntura, porque ontem o Governo do Estado de Roraima recebeu um relatório da CISET, do Ministério da Administração, que recomendava a demissão de mais de quatro mil servidores, de praticamente todos os servidores da Companhia de Águas e Esgotos, da Companhia de Eletricidade e da Companhia de Desenvolvimento do Estado. Se isso ocor-

resse, seria o caos no Estado de Roraima, ficaríamos sem aporte técnico nessas três áreas, da maior importância para estruturar o novo Estado. Hoje de manhã, falei com a Secretária-Executiva do Ministério, Drª Cláudia Costin, e quero aqui dar o testemunho, apesar de todas as dificuldades, do tratamento fidalgo e da boa intenção em buscar uma solução. Entendo que o Ministério e a equipe técnica do Ministro estão empenhados em buscar uma solução. Quando falo, refiro-me não só ao problema de Roraima mas também ao do Amapá, porque somos Estados-irmãos, não só no nascimento, mas também nas dificuldades que enfrentam os nossos funcionários públicos federais. Quero dizer que esse é um assunto muito sério e muito grave, que tem que ser tratado pelo Ministério da Administração de forma cautelosa e responsável, porque, além do pânico que se cria toda vez que se aventa a possibilidade de demissão de servidores, há um caso a mais, que são os pedidos de redistribuição e a perda de funcionários e de técnicos que os dois Estados sofrem com a redistribuição. Então, eu queria somar as minhas palavras às de V. Exª e dizer que, efetivamente, não acredito que parte de nenhum dos dois Estados qualquer tipo de ameaça ou clima de violência contra o Ministério, mas sinto um clima de extrema preocupação e gravidade. É por isso que faço também, no discurso de V. Exª, um apelo ao Ministro Bresser Pereira e à Secretária-Executiva Cláudia Costin para que continuem tratando com sensibilidade e com cuidado a política de pessoal dos dois ex-Territórios, porque ela é de fundamental importância para a consolidação de Roraima e do Amapá. Sem ela, sem dúvida nenhuma, os dois Estados estariam fadados ao subdesenvolvimento e a não terem condição de se tornarem os Estados modelos que queremos. Meus parabéns pelo tema que V. Exª aborda!

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** - Agradeço o aparte de V. Exª e o incluo no meu pronunciamento.

Quero dizer que, no que diz respeito ao Amapá, essa é a primeira relação, porque as informações que temos é que em torno de seis mil servidores estão ameaçados de exclusão da folha de pagamento. Esses servidores foram amparados pelo Parecer FC-3 na época em que era Presidente da República o hoje Presidente desta Casa, Senador José Sarney.

A boa notícia que tivemos nestes últimos dias foi que o Ministério decidiu respeitar o Parecer FC-3, e, portanto, com base nele, vai resguardar o direito daqueles que conseguirem comprovar, através de documentos autênticos, que estavam vinculados aos ex-Territórios até 4 de outubro de 1988, de forma di-

reta ou de forma indireta - na verdade, o caso da maioria dos servidores.

Ao concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu gostaria de abordar um outro assunto, que foi tratado pelo jornal **O Globo** em matérias publicadas nos dias 2 e 3 de janeiro, nas quais se fala que um quartel militar do Exército, em Clevelândia do Norte, no Município de Oiapoque, no Estado do Amapá, serviu de campo de extermínio, de campo de concentração entre 1920 e 1960.

Dispomos apenas de informações preliminares a respeito desse assunto, mas, com base na matéria feita pelo jornal **O Globo** e em depoimentos de pessoas que foram ouvidas nesse curto espaço de tempo, inclusive do staff militar, cremos que é possível que esse fato tenha na verdade acontecido.

A partir de 1920, a região foi utilizada como uma colônia agrícola, para onde presos políticos eram levados, e não sabemos se eram extermínados ou não. O fato concreto é que aquela região serviu realmente como colônia agrícola para a prisão de políticos, iniciando-se no Governo Artur Bernardes, com evidência de que os primeiros 250 prisioneiros chegaram em Clevelândia do Norte por volta de 1924. Depois, com a implantação do Estado Novo, vários prisioneiros foram também para ali levados.

Durante a Segunda Guerra Mundial - afirmam sobretudo aqueles que estão pesquisando essa matéria - , japoneses, alemães e italianos também teriam sido para lá levados, e, segundo depoimentos, ali teriam sido extermínados.

Quero dizer que há uma enorme disposição do Governo do Estado do Amapá - inclusive conversei com o Governador do Estado a respeito desse assunto e também com o Comandante do Batalhão local - de esclarecer essa questão, e trabalhar no sentido de que, se for comprovado o extermínio de pessoas em Clevelândia, se for comprovado o funcionamento de um campo de concentração, de um campo de extermínio naquela região, as famílias dessas pessoas sejam devidamente informadas.

Se for o caso, que se faça uma investigação profunda e que os militares contribuam para ela, para que a História do Brasil, a História Mundial possa registrar, de fato, a verdade, se é que alguma coisa aconteceu. Se isso não passa de especulação, que as pesquisas e as investigações sejam feitas para que se chegue a essa conclusão.

O certo é que há indícios fortíssimos de que, na verdade, essa região do extremo Norte do Brasil, que fica no Estado do Amapá, em Clevelândia do

Norte, tenha servido de prisão política e de campo de extermínio entre os anos de 1920 e 1960.

Concluo, Sr. Presidente, desejando, mais uma vez, um trabalho profícuo e de bastantes resultados positivos para todos nós, para o Governo Federal, para os Governos Estaduais e, sobretudo, muita felicidade para todo o povo brasileiro e para o povo do meu Estado do Amapá.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, , o Sr. José Eduardo Dutra, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antônio Carlos Valadares, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ia abrir mão da minha inscrição, mas, como pretendia voltar ao tema da convocação extraordinária e como o Senador Pedro Simon reclamou que eu, na Presidência da Mesa, não permiti que aparteasse o Senador Antonio Carlos Valadares quando se pronunciava sobre esse tema, vou voltar ao assunto até para permitir que S. Ex<sup>a</sup> dê o seu posicionamento.

Não farei um pronunciamento tão radical quanto o do meu Colega, até porque, em Sergipe, o radical é o nobre Senador Antonio Carlos Valadares. Minha tendência é a ala moderada da esquerda sergipana.

Tenho uma preocupação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e até uma angústia nesta semana de convocação extraordinária, que está relacionada com algumas discussões que tivemos no ano passado sobre o papel do Senado da República. Em diversas ocasiões, o Senado funcionou apenas como mera Casa homologatória, como mero cartório. Chegamos até ao absurdo de, no final da Legislatura, aprovar uma resolução que fazia referência a um órgão subalterno do Poder Executivo, como bem frisou o nobre Senador Josaphat Marinho.

Neste período de convocação extraordinária, pela pauta que foi elaborada pelo Poder Executivo, naturalmente os temas mais candentes, mais apaixonantes, mais polêmicos – quais sejam, reforma administrativa, reforma previdenciária, reforma tributária – estão sendo ainda debatidos na Câmara dos Deputados. Temo, portanto, que, durante esta convocação, pelo fato de os temas mais polêmicos não estarem nesta Casa, acabemos passando a impressão de que a convocação do Senado Federal não

tem razão de ser. Parece-me que, pela Constituição, não é possível que a convocação seja apenas da Câmara dos Deputados. Concretamente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, passamos toda a primeira semana sem votar nada nesta Casa.

Ontem, através de um acordo das Lideranças, fomos informados de que hoje e amanhã funcionariam as comissões. No entanto, as comissões permanentes não foram convocadas. Por exemplo: o Projeto de Lei de Patentes, que está inserido na pauta da convocação extraordinária e que já teve aprovado o parecer sobre as emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, está na Comissão de Assuntos Econômicos. Esteve inclusive para ser votado, mas não houve **quorum** no final da Sessão Legislativa. Já existe parecer sobre as emendas, e a Comissão de Assuntos Econômicos poderia ter-se reunido hoje ou amanhã para votar o parecer das emendas da Lei de Patentes. No entanto, isso não foi feito.

Hoje, felizmente, vamos ter a reunião da super Comissão do SIVAM. Mas, concretamente, nesta primeira semana, sinto-me como um inútil nesta Casa.

Fui hoje para a Câmara dos Deputados, onde estava havendo um debate com o Governador do Espírito Santo, Sr. Victor Buaiz, e com o Governador do Rio Grande do Norte, Sr. Garibaldi Alves Filho, na Comissão Especial da Reforma Administrativa, porque me vi completamente sem ter o que fazer no Senado, na medida em que nós, pelo menos nesta semana, não vamos dizer a que viemos.

A justificativa dada para uma pauta tão ampliada de convocação extraordinária é que o objetivo do Executivo era simplesmente, na prática, antecipar o início dos trabalhos legislativos, já que 1996 será um ano eleitoral e, com toda certeza, no segundo semestre, os trabalhos, tanto na Câmara quanto no Senado Federal, não serão tão produtivos.

Ora, se temos na pauta do Senado da República a agenda até o dia 31 de janeiro de 1996 – agenda em aberto – e se a intenção era simplesmente antecipar o início dos trabalhos legislativos, o que seria mais lógico, já que temos uma pauta tão ampliada? Deveriam ter sido incluídos aqueles projetos que já estavam em condições de ser votados pelo Plenário do Senado da República.

Quero lembrar inclusive que, na última sessão legislativa do dia 15 de dezembro, tínhamos aproximadamente 30 itens na pauta e cerca de 15 não foram votados, porque a sessão acabou por falta de **quorum**. Portanto, se o objetivo era simplesmente antecipar o início dos trabalhos legislativos, o mais

lógico seria que todos aqueles projetos fossem incluídos na pauta da convocação extraordinária.

Inclusive conversei com o Presidente da Casa, Senador José Sarney, e S. Ex<sup>a</sup> disse que faria um apelo ao Presidente da República nesse sentido. Tenho certeza de que o apelo foi feito, mas, infelizmente, não houve a inclusão.

Em se tratando de mera antecipação dos trabalhos da Sessão Legislativa, não poderiam ser incluídos apenas projetos de interesse do Executivo, já que o Congresso Nacional é composto por diversos partidos e não apenas por partidos que compõem a base de sustentação do Governo.

Foi feito, inclusive, um apelo pelo Senador Eduardo Suplicy e pelo Líder do PT na Câmara dos Deputados no sentido de que inserissem na pauta da convocação extraordinária alguns projetos que são de interesse da Oposição, explicitamente, por exemplo, o caso do Projeto de Renda Mínima do Senador Eduardo Suplicy, que já foi aprovado nesta Casa e que está em tramitação na Câmara dos Deputados. Esse projeto vai ao encontro pelo menos dos discursos que têm sido feitos pelo Poder Executivo, pelo Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso.

Já vemos, na prática, o que vai acontecer na convocação extraordinária, pelo menos o que se está vislumbrando; na medida em que as matérias mais polêmicas e que merecem os holofotes, a atenção da mídia – particularmente as reformas constitucionais –, estiverem na Câmara dos Deputados, a imagem que se terá é a de que a convocação extraordinária, para os Senadores, foi um mero diletantismo ou uma mera forma de os Senadores receberem o dinheiro referente à convocação extraordinária.

**O Sr. Roberto Requião** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Ouço, com prazer, V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Requião** – Senador, tivemos quinze dias de paralisação, talvez um pouco mais, quando o Governo-Federal promoveu a visita à ONU no seu aniversário, em Nova Iorque. Agora, temos a contrapartida, o paradoxo estabelecido: a convocação extraordinária do Congresso Nacional. A mim me parece, Senador, que essa convocação se presta muito mais para tirar do vermelho a conta dos parlamentares e diminuir o ímpeto na votação de um aumento salarial para o funcionalismo, que se vincula ao nosso, do que qualquer outra coisa mais séria. A própria pauta, como V. Ex<sup>a</sup> está abordando e como já foi abordado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, não é séria, porque não é factível, não é

possível. E as coisas vão acontecendo dessa forma. Além desse teatro de absurdos, temos hoje a nossa famosa Raytheon anunciando que uma das suas linhas de produção está sendo vendida agora nas lojas Arapuã. Daqui a pouco, o SIVAM estará sendo comercializado no varejo e no atacado através de nossas grandes redes de lojas! E assim vai por água abaixo, de uma vez por todas, a seriedade e o sigilo militar. De forma franca e absoluta, Senador, está demonstrada a absoluta desnecessidade desta convocação. Não vamos conseguir avançar nada, mas o Governo Federal terá bloqueado a discussão do aumento do funcionalismo, porque o Congresso Nacional terá recebido indevidamente, para não trabalhar, uma convocação e uma desconvocação extraordinária.

**O Sr. Pedro Simon** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Concedo o aparte ao nobre Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** - A meu ver, é importante o pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz sobre essa matéria. Realmente, fiz afirmativa no sentido de que, na verdade, o Governo tinha, mediante a convocação extraordinária do Congresso Nacional, antecipado o início da Sessão Legislativa, de 15 de fevereiro para o dia 8 de janeiro. O Executivo preparou uma pauta extensa para ser analisada nesse período. O Presidente do Congresso, Senador José Sarney, afirmou que, para o Governo, nenhum item era prioritário e que o Congresso Nacional estava liberado para definir as prioridades. E, em reunião com Lideranças, considerou prioritária a votação do Orçamento, sobretudo o que se refere a 1996, que ainda não foi apreciado. Argumenta V. Ex<sup>a</sup> – e argumenta bem – que o Congresso poderia ter solicitado que o Governo enviasse matéria do interesse desta Casa. Diz V. Ex<sup>a</sup> que provavelmente o Presidente Sarney o fez, mas que não foi atendido. Não sou convededor do Regimento – V. Ex<sup>a</sup> deve ser estudioso do assunto, uma vez que é integrante da Mesa -, mas lembro-me de que podíamos votar a inclusão de matéria na convocação extraordinária. Não sei se hoje isso é permitido. Seria ridículo se não fosse. A meu ver, não deve existir dispositivo regimental que proíba o Senado, uma vez convocado, de incluir matérias. Lembro-me de que, em outras Legislaturas, isso acontecia. Cabe-nos pedir a inclusão de matérias para apreciação e votação. Por outro lado, V. Ex<sup>a</sup> há de entender que, por acordo de Lideranças, decide-se tudo. Por que a Câmara dos Deputados realizou votação ontem, enquanto o Senado não o fez? Por

que a Câmara dos Deputados encontrou projeto para ser votado e votou em regime de urgência urgentíssima? O Senado Federal votou um projeto de lei que dispõe sobre a escuta telefônica e o mandou para a Câmara dos Deputados. Esta, que tinha um projeto do Senado, aprovado pelo Senado, para discutir, o que fez? Deixou na gaveta o projeto aprovado pelo Senado – que, de acordo com o Regimento Interno, teria prioridade – e votou um projeto de autoria do Executivo, enviando-o para esta Casa. Os Deputados votaram ontem. Então, poderíamos ter deliberado ontem, discutido e votado matérias, se as Lideranças assim tivessem determinado. O Presidente José Sarney informou-nos ontem que, segundo determina o Regimento Interno, seria necessário esperar três dias antes de votarmos alguma matéria, o que acontecerá somente na sexta-feira. A grande verdade – repito – é que um acordo de Lideranças, com a aprovação do Plenário, poderia ter viabilizado votações ontem e hoje. Portanto, perdoe-me a sinceridade, mas depende de nós. Não aceito que se diga que é o Presidente da República o responsável. É verdade que o Senhor Presidente da República quer votar matéria do seu interesse? É. É verdade que Sua Excelência colocou uma pauta de cem projetos, que é um exagero? É. Mas nada impede que escolhemos a nossa pauta. O que está faltando, por parte do Congresso Nacional e por parte do Senado Federal, é nos autodirigirmos. Não temos que aquiescer em relação ao que o Presidente da República diz e determina. Temos autoridade, podemos decidir. Cem projetos é um absurdo? É um absurdo. É um escândalo? É um escândalo. Então vamos nos reunir e dizer que vamos votar dez projetos, mas que achamos que há projetos da Casa, como o de V. Ex<sup>a</sup>, da Vale do Rio Doce, que devem ser votados. Submetemos ao Plenário a decisão de incluí-lo. Até aceito o pessimismo de V. Ex<sup>a</sup> e do ilustre Senador do Paraná, mas na verdade temos a responsabilidade de escolher o nosso caminho.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Não sou especialista em Regimento, nem sequer sou advogado, mas a informação que tenho é de que o Congresso só se pode pronunciar sobre as matérias constantes da convocação extraordinária. Mas deixo o debate para os especialistas, não ouso intrometer-me nessa matéria.

O que observamos é que o Executivo, ao apresentar pauta tão grande para a convocação extraordinária, na prática antecipou a Sessão Legislativa para as matérias que lhe interessavam, para que os prazos, que seriam interrompidos em função do re-

cesso, pudessem ser contados. Isso – repito – para as matérias que lhe interessavam. As outras, ou seja, as matérias que não interessavam ao Governo, contavam com o recesso como uma forma de proteger-lhes a tramitação. Registro inclusive que o recesso começou no dia 15 de dezembro – dizia-se que iniciaria no dia 22 – para que se esfriasse os ânimos, porque as coisas estavam muito em ebulição, havia um grande burburinho – caso SIVAM, pasta rosa. O recesso começou efetivamente no dia 15 em função de as Lideranças do Governo terem deliberado que o mais correto seria botar um pouco de água na fervura, permitir que o espírito natalino tomasse conta de todos nós.

**O Sr. José Roberto Arruda** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Concedo um aparte ao Senador José Roberto Arruda e depois ao Senador Humberto Lucena, com muito prazer.

**O Sr. José Roberto Arruda** – Senador José Eduardo Dutra, faço algumas considerações, porque parece-me que em alguns momentos começamos a cometer equívocos coletivos de linha de pensamento. Faço essas considerações até para concordar com as observações feitas pelo Senador Pedro Simon. O primeiro fato, concreto e objetivo, é o seguinte: o Congresso Nacional, por razões que não se devem analisar agora – devemos fazê-lo depois –, não aprovou no ano passado, como era do seu dever, o Orçamento Geral da União para vigorar no ano de 1996. Por mais que tivéssemos tentado, o ano de 1996 começou no dia primeiro de janeiro, independente da nossa vontade. Talvez sejamos um dos poucos países do mundo em que o ano começou sem que tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional o Orçamento Geral da União. Esse fato, isoladamente, já seria suficiente para fazer com que o Congresso Nacional estivesse trabalhando. Um segundo ponto: alio-me entre os que julgam fundamental defender, antes de mais nada, neste momento da vida brasileira, o Plano Real, o Plano de Estabilização Econômica. Todos sabemos que esse Plano de Estabilização Econômica, que vem dando bons resultados, está ancorado em bases absolutamente provisórias, algumas das quais cruéis, como é o caso dos juros altos. Ora, a substituição dessas bases provisórias de sustentação do Plano de Estabilização Econômica por bases permanentes depende de reformas fundamentais, principalmente de ordem econômica, como a reforma tributária e outras que tramitam no Congresso Nacional. E aí está acontecendo um grande equívoco. Hoje, em um de-

bate na rádio CBN, 12 ou 13 Parlamentares se pronunciaram e nenhum deles fez esta colocação, que me parece vital: a convocação extraordinária do Congresso Nacional não serve e não deve servir apenas para as matérias que serão discutidas e votadas nesse período. A convocação extraordinária se faz necessária também para que se apressem determinadas discussões, tramitações congressuais, ainda que a votação definitiva não se dê neste prazo. Não o fazer seria dizer à Nação brasileira que a estabilização econômica depende da reforma tributária, mas que, para que os parlamentares tenham férias, ela só voltará a ser discutida a partir do dia 15 de fevereiro. Penso até – e essa seria uma discussão polêmica demais para este momento, mas dela não vamos fugir – que o próprio processo de recesso parlamentar terá que ser discutido no Congresso Nacional. Houve projetos anteriores à nossa legislatura aqui no Congresso que previam outras fórmulas, mais apropriadas no meu ponto de vista, de fazer-se o recesso parlamentar. Entretanto, no momento em que a regra é esta, ou seja, há recesso parlamentar, não vejo como, no momento anterior a este, avisarmos o Brasil de que é preciso fazer a reforma constitucional para se buscar os mecanismos permanentes de continuidade da estabilidade econômica e, no momento seguinte, dizermos à sociedade que agora espere dois meses de férias pelo fim do recesso parlamentar, quando voltaremos a discutir o assunto. Ainda que não haja condições regimentais para que algumas dessas matérias tenham a sua votação final no próprio recesso, que se ganhe tempo e que se dê celeridade a esse processo, até para que a sociedade brasileira saiba qual será a posição final do Congresso, que poderá até ser negativa. Mas deverá haver alguma discussão definitiva sobre essas matérias, que, na minha opinião, são fundamentais para a continuidade do processo de desenvolvimento nacional.

Por fim, enquanto não votamos as questões que são fundamentais para o ancoramento definitivo do plano de estabilização econômica, para que depois possa ser iniciado um plano de desenvolvimento com justiça social, como cabe à socialdemocracia brasileira, podemos apreciar alguns mecanismos provisórios de sustentação do plano real que estão findos. Falo especificamente do Fundo de Estabilização Econômica, o antigo Fundo Social de Emergência. Não discuti-lo agora seria, na minha opinião pessoal, retirar instrumentos fundamentais para que o Governo faça com que diminua o déficit público e, portanto, não realmente o processo inflacionário.

Mas só a questão orçamentária, individualmente, de uma maneira ou de outra – e como V. Ex<sup>a</sup> também não sou regimentalista, não sei qual a maneira adequada – impõe, em termos éticos, que o Congresso Nacional esteja trabalhando até que haja Orçamento para o ano de 1996, que, independentemente da nossa vontade, já começou.

**O Sr. Humberto Lucena** – Senador José Eduardo Dutra, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Pois não.

**O Sr. Humberto Lucena** – Ouvi o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e, pelo menos em um ponto, gostaria de colaborar. Em ocasiões anteriores, quando houve convocação extraordinária de iniciativa do Senhor Presidente da República, a pauta, por sugestão da Presidência do Senado, ouvidas as lideranças, pôde ser adiada posteriormente. Então, o Senhor Presidente da República, desde que o Presidente do Senado, ouvidas as lideranças, lhe sugira, poderá amanhã enviar uma mensagem, fazendo uma adição à pauta que já foi encaminhada por ocasião da convocação extraordinária. Isso seria importante, sobretudo no caso do Senado, onde vários projetos, alguns de iniciativa de senadores, estão a ponto de serem incluídos na Ordem do Dia. Seria esta a palavra que eu colocaria para a reflexão do Plenário e até para que o Sr. Presidente do Senado, Senador José Sarney, pudesse refletir sobre a matéria.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Muito obrigado, Senador Humberto Lucena. Se realmente for possível, será ótimo. Faria até um apelo para que isso fosse viabilizado.

Volto a dizer que temos uma agenda em aberto. Todos os temas que fazem parte da pauta da convocação extraordinária estão na Câmara ou estão dependendo de parecer de comissões do Senado. Já foi dito que há um acordo estabelecendo que, se chegarmos ao final da convocação extraordinária e as comissões não tiverem se pronunciado sobre esses temas, eles serão apreciados pelo Plenário. Corremos o risco de ficar todo o mês de janeiro com a agenda em aberto, debatendo e, possivelmente, na última semana – do dia 7 ao dia 14 – termos de votar o Código de Trânsito, o Código Civil, a Lei de Patentes, a Lei de Diretrizes e Bases etc etc etc. Se tivermos de votar em uma semana matérias de tal importância, possivelmente, os resultados não serão muito bons.

Se isso fosse possível, Senador Humberto Lucena, deveríamos fazer um apelo no sentido de incluirmos na convocação extraordinária todos os projetos que estavam em condições de serem votados

no plenário por ocasião do encerramento da Sessão Legislativa.

Para concluir, Sr. Presidente, aproveitando a presença do Senador José Roberto Arruda, quero dizer que sinceramente, Senador, não estou mais aceitando o argumento de que temos pressa em votar algumas matérias para garantir o Plano Real. Este foi o argumento brandido nesta Casa no primeiro semestre: de que não se podia modificar as emendas relativas à Ordem Econômica, não se podia modificar a emenda do petróleo, a emenda das telecomunicações; não se podia modificar a emenda sobre cabotagem etc, porque elas já tinham sido discutidas na Câmara e não havia mais tempo, porque o Plano Real dependia disso.

Votamos quase tudo no primeiro semestre. De lá para cá, o que mudou? Começou a chegar investimento na área de petróleo e telecomunicação. Já está tudo regulamentado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares) – Nobre Senador, informo que o tempo destinado a V. Ex<sup>a</sup> pelo Regimento já está esgotado há mais de seis minutos.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Concluirei, Sr. Presidente.

Então, esse argumento realmente não me sensibiliza. Concordo com a reforma tributária. Aliás, dissemos desde o início que deveríamos ter começado por ela, por ser a mais importante, uma vez que teria condições de apresentar retorno imediato.

No entanto, parece que o Governo se satisfaz com a legislação do Imposto de Renda de Pessoa Física e Jurídica, com o Fundo de Emergência e preferiu deixar a reforma tributária "debaixo do tapete" até porque este é um tema sobre o qual, em primeiro lugar, não há muito acordo na base governista e é uma questão que permite verificar quem são os modernos e os atrasados neste País.

Agradeço ao Sr. Presidente pela complacência para comigo no sentido de prorrogar o meu tempo.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Sr. Presidente, peço a palavra como líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao nobre Senador, como líder, por cinco minutos.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, toda essa discussão e a afirmação do Sr. Roberto Requião trazem-nos uma imensa preocupação.

Gostaríamos de ouvir as lideranças do Governo, porque ontem nos assustamos ao assistir o Jor-

nal Nacional e ouvir do Poder Executivo que o funcionalismo público brasileiro não tem data de dissídio. É uma norma, é uma tradição que vem de décadas que o aumento do funcionalismo se dá no mês de janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares) – Nobre Senador, gostaria de informar a V. Ex<sup>a</sup> que, como nesta sessão não há Ordem do Dia, todos os pronunciamentos de líder terão o prazo regimental de cinco minutos.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

Agora, chega até nós a posição do Senhor Presidente, dizendo que não tem a obrigação de conceder esse aumento. E o Senador Roberto Requião expõe que fomos convocados, recebendo ajuda de custo pela participação nestas sessões, e para, diante do fato, nos calarmos diante da necessidade do funcionalismo público deste nosso País.

Sinceramente, penso que o Senado Federal não poderá calar-se diante deste fato. Gostaria que as lideranças do Governo se posicionassem a respeito da questão. Naturalmente, esta convocação, na verdade, nada mais é do que uma antecipação dos nossos trabalhos. E considero-a necessária porque, diante de tantos fatos e assuntos que precisam ser definidos, não podemos ficar em recesso até 15 de fevereiro, principalmente se levarmos em consideração a votação do Orçamento.

Já se tornou um fato comum neste País – a única Nação do mundo onde acontece isso – descumprirmos a Constituição que criamos, porque a Carta Constitucional obriga-nos a aprovar o Orçamento antes que o seu exercício financeiro se inicie. Já está-se tornando norma, tradição, aprovar-se o Orçamento do País alguns meses depois de iniciado o seu exercício, o que se traduz num verdadeiro absurdo. Mas a culpa é nossa, é das lideranças desta Casa, da direção destas duas Casas do Congresso Nacional, pois não soubemos trabalhar, não soubemos estabelecer normas e procedimentos para cumprir com a nossa obrigação. E estamos aqui, agora, para realizarmos essa tarefa.

Ontem, durante a reunião das lideranças com o Presidente José Sarney – que se mostrou preocupado com a necessidade de desenvolvermos aqui algum trabalho – ficou acertado que a Comissão de Economia se reuniria hoje para dar a palavra final sobre a Lei de Patentes e sobre dois ou três projetos que foram discutidos. Lamentavelmente isso não ocorreu.

Fundamentalmente, penso que todos nós, Senadores da República, devemos manifestar o nosso posicionamento com relação à questão do aumento

do funcionalismo público. Afinal de contas, já estamos no dia 10 de janeiro e essa questão já deveria estar definida, esse percentual já deveria estar claro. Inclusive, cabe a nós aprová-lo.

São inadmissíveis as afirmações feitas ontem por representantes do Governo; são inaceitáveis do nosso ponto de vista. No Orçamento deste ano, o Governo tem destinado a todo o funcionalismo público brasileiro US\$35 bilhões e, em contrapartida, US\$22 bilhões ao serviço das dívidas interna e externa. Isso quer dizer que o serviço das nossas dívidas estão consumindo praticamente 75% do valor que será pago a todo funcionalismo público brasileiro.

O Governo alega não ter dinheiro para aumentar o salário do funcionalismo público, mas tem para pagar o serviço da dívida para enriquecer banqueiros, para comprar a parte podre do Banco Econômico e de outros bancos que vão à falência, vendendo-se o que há de positivo.

Ora, que se corte e se limite o salário dos marajás, que se estabeleça um teto, que se cortem os chamados direitos assegurados – pontos esses que nosso partido, PSB, apóia na reforma administrativa. Mas é um verdadeiro absurdo falar que o funcionário público não tem direito a dissídio e que janeiro não é data para isso. Esta Casa deve se manifestar sobre este assunto, principalmente as suas lideranças de Governo.

Para encerrar, Sr. Presidente, como líder do Partido Socialista Brasileiro, gostaria de lamentar profundamente a morte de um dos maiores estadistas deste século, o ex-Presidente francês, François Mitterrand. Um homem que tem uma história política brilhante, que atuou na Resistência contra o Nazismo e que, cinqüenta anos depois, morre, exatamente quando se comemora aquela libertação.

François Mitterrand foi parlamentar durante 35 anos. Por duas vezes, foi candidato a Presidente da França, não se elegendo. Persistiu nessa luta e elegeu-se por duas vezes consecutivas, governando a França por 14 anos. Teve imensas realizações e, acima de tudo, não quer ser lembrado apenas como um homem que fez alguns monumentos que tornaram a França famosa no mundo, como a Torre de Vidro, como o Arco do Desenvolvimento e tantos outros, mas, sim, como o homem que deu uma contribuição fundamental e que viu praticamente concretizado um de seus maiores desejos, uma das coisas mais importantes deste século: a união da Europa, o fortalecimento do seu Continente, já próximo, inclusive, de ter uma única moeda.

Essa luta que teve François Mitterrand como um dos seus ideólogos, como um dos seus mais fir-

mes batalhadores, trouxe uma vida muito melhor para o povo da Europa, trouxe desenvolvimento e, como consequência, melhores condições de vida para todo o povo daquele Continente.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, na condição de Líder do Partido Socialista Brasileiro – PSB – nesta Casa, não poderia deixar de registrar, com pesar, o desaparecimento do ex-Presidente François Mitterrand, que tendo governado a França por 14 anos consecutivos, entre 1981 e 1995, destacou-se como um dos maiores líderes do cenário político internacional.

A reverência que ora faço à memória do estadista François Mitterrand reveste-se de peculiar singularidade, uma vez que o ex-Presidente hoje pranteado, assim como nós, defendeu durante toda sua vida pública o ideal de uma sociedade socialista...

François Maurice Marie Mitterrand, nascido em 26 de outubro de 1916, na cidade francesa de Jarnao, formou-se em Letras e Direito pela Universidade de Paris, tendo exercido seu primeiro cargo público em 1946, quando foi eleito deputado pelo Departamento de Nièvre.

Coincidência da história, Sr. Presidente, é o fato de Mitterrand ter iniciado sua vida política na Resistência Francesa, durante os anos mais duros da 2ª Guerra Mundial, em que a França foi ocupada pelas forças nazistas; e tê-la encerrado exatamente presidindo as comemorações pelo cinqüentenário do fim daquele conflito, em maio do ano passado, poucos dias antes de passar o poder a seu sucessor, Jacques Chirac.

Mais de meio século de vida pública, Srs e Srs. Senadores. Parlamentar durante 35 anos; onze vezes Ministro de Estado; eleito duas vezes Presidente da República, François Mitterrand teve uma carreira política sem precedentes na história contemporânea.

Contava ainda com apenas 28 anos de idade quando, em agosto de 1944, integrou o primeiro governo organizado pelo General De Gaulle imediatamente após sua libertação. Aos 31 anos, em 1947, converteu-se no mais jovem Ministro de Estado da França.

Tendo posteriormente rompido com Charles De Gaulle, por discordar de suas orientações políticas, e de quem acabou por se tornar um opositor tenaz, Mitterrand assumiu o papel de artífice da renovação do socialismo francês e da união das esquerdas.

Elegendo-se, em 1971, Secretário-Geral do Partido Socialista Francês, por ele reorganizado no ano anterior, fez culminar sua peculiar habilidade de estrategista político com a formação de um pacto das esquerdas, firmado em 1972, que amadureceu até as eleições de 1981, quando finalmente Mitterrand chega

ao poder, contrapondo-se ao conservadorismo que se estabelecia nas relações internacionais daquele período, reforçada com a eleição, no mesmo ano, de Ronald Reagan para a Casa Branca.

No exercício da Presidência da França, François Mitterrand mostrou que a esquerda é capaz de fazer um governo responsável e competente, transformando o Partido Socialista em um ponto de referência de grande e duradoura influência na vida política francesa e européia.

A tal ponto que, apesar dos reveses e obstáculos de natureza política e econômica, o socialismo de Mitterrand conseguiu manter a França como uma potência econômica e política mundial, provando assim a viabilidade ideológica do socialismo contemporâneo, em que pese a recente fragilização dos regimes do leste europeu.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, fica pois registrada, neste pronunciamento, nossa homenagem a esse grande líder mundial que foi François Mitterrand, com o qual comungamos o ideário socialista que nos faz crer em um mundo livre das injustiças e desigualdades sociais.

Tão bem se ajusta à memória de Mitterrand o epitáfio do "sair da vida para entrar na história"... Todavia, em uma de suas últimas entrevistas, o estadista francês foi modesto, tomando emprestadas palavras do líder social-democrata alemão Willy Brandt, para resumir toda sua longa trajetória na vida pública com um simples: – "Fiz o que pude..."

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Antônio Carlos Valadares, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, trata-se de uma pequena comunicação inadiável, no sentido de dizer que a Comissão sobre o SIVAM vai reunir-se dentro de poucos minutos. Agradeceria aos que dela participam, que comparecessem, a fim de tomarmos deliberação, inclusive sobre o calendário e o término do tempo da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Registro feito, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao eminente Senador Josaphat Marinho.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a convocação extraordinária, que ora nos reúne, requer comentários, além dos que já foram profi- cientemente aqui desenvolvidos por vários senadores.

Em primeiro lugar, deve-se assinalar que toda convocação extraordinária pressupõe a apreciação de matérias sobre interesse público relevante, e a respeito das quais a decisão do Congresso não deve tardar. Por isso mesmo, a pauta de uma convocação extraordinária não pode desdobrar-se de forma genérica, em diversos e múltiplos assuntos como, no caso, acontece. O que está na pauta da convocação extraordinária não é matéria para ser decidida daqui até o dia 14 de fevereiro. Com muito boa vontade, seria matéria para ser apreciada durante toda a Sessão Legislativa de 1996.

Em segundo lugar, pela multiplicidade dos assuntos objeto da convocação, parece que o Senhor Presidente da República não buscou entendimento com os dirigentes do Congresso, para fixar as matérias que deveriam ser objeto de exame.

Não acredito que os nobres Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal conviessem na elaboração de uma pauta dessa extensão, sobretudo porque a convocação incide em matérias que não podem ser, de imediato, apreciadas.

As Emendas Constitucionais – acredito – estão todas na Câmara dos Deputados. Pendente, portanto, toda essa matéria, de decisão na outra Casa do Congresso Nacional.

Por outro lado, não há a determinação precisa da matéria, como deveria ocorrer. A convocação do Congresso não pode ser para que se trate de matérias relacionadas com os arts. 62 e 166 da Constituição Federal; matérias sobre o regime do § 1º do art. 64 da Constituição Federal; matérias de que trata o art. 52 e vários itens da Constituição Federal; projetos de códigos, ou sua alteração, de iniciativa do Poder Executivo. No bojo dessas matérias, cabe tudo sobre o que o Congresso pode deliberar. Vale dizer, não há a definição correta das matérias que deveriam constituir objeto de deliberação do Congresso na convocação extraordinária.

Mesmo quando se refere às emendas constitucionais, o Senhor Presidente da República deveria ter o elementar cuidado de verificar que, do dia 8 de janeiro ao dia 14 de fevereiro, o Congresso Nacional

não poderia apreciar, para deliberar sobre Sistema de Previdência Social, Reforma Administrativa, Organização dos Poderes, Reforma Tributária, Reforma da Educação, CPMF, Criação de Municípios, Resseguros, Contratação de Cientistas Estrangeiros, Fundo de Estabilização Fiscal. Muito mais correto seria que houvesse convencionado com os dois Presidentes das duas Casas do Congresso quais as matérias que poderiam entrar imediatamente em apreciação. Porque se note desde logo o seguinte: se amanhã o Congresso deliberar apenas, até 14 de fevereiro, sobre três ou quatro matérias, por importantes que sejam, a opinião pública ficará sempre na convicção de que o Legislativo não cumpriu o seu dever. Ou, dizendo mais claramente, o Congresso foi convocado, provocou despesas extraordinárias e não cumpriu regularmente sua função, pois que, apesar da extensão da pauta, deliberou apenas sobre três ou quatro matérias.

O Congresso não pode expor-se a essa situação. O Senhor Presidente da República não pode proceder arbitrariamente no ato de convocação. É do seu dever, tendo em conta o regime de harmonia dos Poderes, convencionar com o Poder Legislativo aquelas matérias que podem ser, dentro do prazo previsto, razoavelmente apreciadas. Mas nada disso resulta do que está nesta convocação.

Ainda hoje e tendo em vista o contraste da convocação para matéria tão ampla, um jornal sóbrio como o *Estado de S. Paulo*, num título de muita graça, referindo-se ao que ontem aqui anunciou o Presidente do Senado, reduzindo toda aquela matéria a manchete apreciável, observa: "De como reduzir cem a três ou quatro". É a apreciação correta. É a observação de que a convocação não foi efetivamente realizada para que se cumprisse a pauta estabelecida.

Aliás, ainda há pouco, um dos nobres líderes do Governo deixou entrevisto que a convocação não foi feita para que se apreciasse toda a matéria nela relacionada; objetivou também abrir oportunidade à contagem de prazo, ou seja, a redução de tempo para que, noutro momento, várias dessas matérias sejam, em verdade, objeto de decisão.

Ora, não se faz convocação do Congresso Nacional, com as despesas que a medida provoca, para ganhar tempo, para suprir prazos regimentais. A convocação extraordinária pressupõe um interesse público relevante, capaz de ser atendido dentro do prazo estabelecido.

O Congresso também precisa cuidar melhor da interpretação do seu Regimento ou de modificá-lo para que formalidades meramente internas não se-

jam obstáculo à imediata decisão de assuntos importantes.

O Congresso Nacional, convocado para o dia 08, reúne-se e somente vai haver sessão deliberativa na próxima semana. Ora, não se justifica, em absoluto, que tal possa ocorrer. Se, porventura, o Regimento prevê a necessidade do decurso de duas ou três sessões para que, então, matérias sejam discutidas, que se cuide de modificá-lo; se não se puder dar-lhe uma interpretação flexível, por se tratar de convocação extraordinária. Impunha-se, no dia mesmo em que a convocação começou, anunciar o exame de matérias. O Regimento não pode ser apenas um instrumento de formalidade, em condições de obstar o devido trato dos assuntos do interesse público.

**O Sr. Pedro Simon** – V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** - Ouço V.Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Pedro Simon** - Com a sua competência permanente, V.Ex<sup>a</sup> aborda este assunto. Faço-lhe, entretanto, uma ressalva quando diz "o Congresso". Não, é apenas o Senado, porque a Câmara votou no primeiro dia da convocação extraordinária, segunda-feira, matéria relacionada à escuta telefônica. Nós não votamos. Portanto, não é o Congresso. Em segundo lugar, sabemos que temos feito acordo de liderança e podemos votar determinação de que a matéria venha. V.Ex<sup>a</sup> tem toda razão na argumentação que está fazendo. Esta convocação extraordinária colocou mal o Congresso desde o início. Quando saiu nas manchetes que seríamos convocados no dia 16 de dezembro e que suspenderíamos nossos trabalhos no dia 22 de dezembro para reabri-los no dia 8 de janeiro, V. Ex<sup>a</sup> fez-me um aparte dizendo que isso era um absurdo. Colocar-nos-ia gratuitamente ao grotesco da imprensa, como aconteceu. Em boa hora, mas por outras razões, não porque nos colocou mal perante a imprensa, mas porque interessava ao Governo esfriar o ambiente, o Governo resolveu, em vez de convocar para o dia 16, convocar para o dia 8. Quanto à pauta, os Presidentes da Câmara e do Senado têm a obrigação de ouvir o Congresso, de conversar conosco. Sei e posso dizer que o Senhor Presidente da República ouve as Mesas da Câmara e do Senado na presunção de que os Presidentes das duas Casas tenham ouvido seus representantes. Parece-me que isso não aconteceu. Houve uma desleigância, porque o Presidente não faria. Duvido que, se o Presidente Sarney ou o Presidente da Câmara tivesse dito: "Olha, esses são os seus projetos, Senhor Presidente? Vamos incluí-los

na Ordem do Dia"... Agora, há esses aqui que receberam até da oposição. Ora, esse o PT, ou outro partido, pediu-me que incluísse também na Ordem do Dia, mas isso não ocorreu. Por isso, é aquilo que diz o nobre representante do PT, projetos que estavam prontos para serem votados, em vez de acontecer o que está acontecendo aqui, onde temos até o fim do mês sessões não deliberativas, porque não há matéria pronta para entrar na Ordem do Dia e as que estavam prontas não foram votadas porque aquela sessão durou pouco e não deu tempo, mas que podiam ser votadas, o Presidente não colocou na convocação extraordinária. Duvido que, se o Presidente José Sarney e o Presidente da Câmara tivessem pedido, Sua Excelência tivesse se negado a fazer isso. Portanto, houve uma série de equívocos que se repetiram, entre os quais volto a dizer: o meu pensamento é o de que o Presidente fez um puro adiantamento das Sessões Legislativas Ordinárias, que, ao invés de terem início no dia 15 de fevereiro, ocorreram no dia 08 de janeiro. Mas, ao menos, isso deveria ter sido dito à Nação, isso deveria ter sido esclarecido; o que o Jornal Nacional publicou, e o que vão cobrar de nós, é que esses 100 projetos enviados para o Congresso Nacional não serão votados. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> pelo lúcido pronunciamento que faz.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** – Agradeço-lhe o aparte, nobre Senador Pedro Simon, e saliento sua primeira observação, a de que este Senado, em diferentes oportunidades, tem votado a suspensão de interstícios para a votação de matéria e, às vezes até, o tem feito abusivamente. Quando não se justifica a urgência, ela é forçada e votada. Quando se trata, entretanto, de matérias da natureza das que constituem objeto da convocação extraordinária, os responsáveis pelo encaminhamento dos trabalhos não adotam as providências cabíveis. Fica a minha observação, até para que possa, quando em outras oportunidades vierem pedidos de suspensão de interstício, votar contrariamente.

Dizia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a convocação acabou irregularmente feita por impossibilidade absoluta de cumprimento das tarefas nela delineadas.

Note-se, e já foi aqui salientado, que ingressamos no exercício de 1996 sem a votação do Orçamento respectivo. O Governo vai, portanto, louvar-se em normas de caráter excepcional para fazer as despesas. Isso significa que o Congresso, por sua culpa, por atraso inadmissível na votação do Orçamento, abre mão das condições normais de exercer a devida fiscalização sobre as despesas operadas pelo Gover-

no. É um mal que se está repetindo e que precisa acabar, sobretudo porque o homem comum, que lê os jornais, vai sabendo que o Congresso não votou em tempo próprio o Orçamento do exercício imediato.

Essa é uma prática inteiramente inadmissível, sobretudo pelos riscos que daí advêm para a fiscalização da Administração e, consequentemente, para a boa aplicação dos recursos públicos.

**O Sr. Arlindo Porto** – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** – V. Ex<sup>a</sup> tem o aparte.

**O Sr. Arlindo Porto** – Nobre Senador, ouço e analiso com atenção o pronunciamento lúcido de V. Ex<sup>a</sup>. Com a sua experiência, traz V. Ex<sup>a</sup> uma preocupação, não apenas do nobre Senador, mas, sem dúvida, do povo brasileiro. Vejo que a convocação do Congresso extraordinariamente mais uma vez é feita. Como alguém que está aqui apenas há um ano, procuro trazer a experiência de Minas Gerais e, principalmente, receber o conhecimento daqueles que aqui estão, dentre eles, o de V. Ex<sup>a</sup>. Fico a imaginar se o Congresso pode ser convocado apenas como um ato político, ponto este que V. Ex<sup>a</sup> levanta muito bem. Essa ação de convocação passa a ser apenas um ato político, o qual pode levar a sociedade e o povo brasileiro a uma análise? Há mais de cem milhões de brasileiros, e, naturalmente, cada um faz a sua avaliação de formas variadas. Fico a imaginar onde está o interesse nacional nos assuntos que estão sendo colocados em pauta, que é muito extensa. Sem dúvida alguma, ao longo deste ano de 1995, avaliamos, discutimos e votamos muitas matérias. Mas, ao se querer discutir, programar, planejar e votar uma pauta tão extensa em quarenta e cinco dias, o maior objetivo não foi o interesse nacional. A questão de urgência de temas inadiáveis deveria ser analisada ao se fazer essa pauta de convocação do Congresso Nacional. Enfim, a população espera, e nós Parlamentares também desejamos, que, ao final, sejam alcançados resultados práticos, ações concretas e fatos conclusivos, para que, a partir daí, possamos dar condições ao Poder Executivo e à Nação de momentos melhores. Para mim, fica uma dúvida quando louvo e cumprimento o nobre Senador pelo seu pronunciamento, e eu diria que, talvez, essa dúvida possa ser estendida a outros milhões de brasileiros. Qual será o resultado da convocação extraordinária deste Congresso? Eu apenas destacaria que poderemos avaliá-lo somente no dia 15 de fevereiro. Essa minha preocupação poderá durar até

essa data, mas, quem sabe, terei a certeza de que, mais uma vez, poderemos demonstrar à Nação que não estamos aqui para resolver as questões importantes do nosso País. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante pronunciamento.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. E atente, nobre Senador, que suas observações são tanto mais procedentes porque, feita a convocação, nela não está devidamente assinalada a matéria relativa ao Orçamento, como votação prioritária. A referência ao Orçamento, para ser votado neste período, vem, indiretamente, quando o Presidente da República diz que durante a convocação, entre outras matérias, serão cogitadas as dos arts. 62 e 166 da Constituição, isto é, as matérias relacionadas a planos plurianuais e a orçamentos, inclusive o Orçamento anual; mas não está, como deveria, entre as matérias prioritárias, a indicação do Orçamento.

Vê-se, portanto, que a convocação não obedeceu a um critério rigorosamente atento ao que a Constituição pressupõe para a convocação extraordinária.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** – Senador Josaphat Marinho, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** – Ouço-o com prazer, Senador Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** – Senador, como é uma tradição nesta Casa, estamos a ouvir um pronunciamento da mais alta importância sendo feito por V. Ex<sup>a</sup>, com a maestria de sua palavra, de sua inteligência e do seu equilíbrio. Na verdade, numa comunicação urgente e inadiável, nesta sessão, em nome do PSB, apresentei um protesto, dos mais veementes, diante desse ato, que considerei de deboche contra o Congresso Nacional. O Presidente da República encaminhou uma mensagem de convocação extraordinária do Congresso Nacional, incluindo matérias de forma difusa, não discriminando, como acentuou V. Ex<sup>a</sup>, algumas delas, como seria obrigatório fazê-lo, tendo em vista que a Constituição Federal assim o exige. O Senhor Presidente da República, a meu ver, cometeu um equívoco, porque não foi devidamente aconselhado não só pelos seus assessores mais próximos, mas principalmente pelas Lideranças do Congresso Nacional, que tinham e têm o dever de orientar Sua Excelência em ocasiões como essas. Até o dia 14 de fevereiro, quando se encerrará esse período de convocação extraordinária, sequer teremos apreciado ou deliberado sobre 10% do que nos foi encaminhado. Como receberá essa notícia a opinião pública do Brasil? Como a imprensa vai lidar com esse material negativo – digo negativo para a imagem do Poder Legisla-

tivo e também do Poder Executivo? Se as nossas lideranças falharam, o Poder Executivo muito mais, porque a iniciativa foi sua. De sorte, Senador Josaphat Marinho, que quero felicitá-lo e aproveitar este ensejo para apresentar mais uma vez o nosso protesto, porque o Presidente da República deveria ter maior consideração para com esta Casa. Todos sabem, especialmente ele que foi Senador da República, que seria impossível, de uma forma tão ampla, apreciarmos as matérias que foram por Sua Exceléncia encaminhadas. Senador Josaphat Marinho, tenho certeza absoluta de que, até o dia 15 de fevereiro, o Presidente da República vai ver o desgaste a que submeteu esta Casa e a ele próprio.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** – Quero agradecer-lhe o aparte, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, assinalando que V. Ex<sup>a</sup> já antes, efetivamente, havia tratado dessa matéria, ainda que em prazo mais breve, e o fez com a sua clareza de sempre.

Importante sempre assinalar é que o Congresso não pode aceitar a responsabilidade de não votar, de 8 de janeiro a 14 de fevereiro, todas essas matérias. É preciso fixar o absurdo da presunção constante da convocação para que não fiquemos mais responsáveis ainda diante da opinião pública, como já tem acontecido, Sr. Presidente.

**O Sr. Casildo Maldaner** – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Casildo Maldaner** – Senador Josaphat Marinho, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Ao longo do ano passado, acompanhamos de perto os seus pronunciamentos e a altivez com que sempre se coloca diante de tais temas. Temos o maior respeito por V. Ex<sup>a</sup>. Gostaria, neste instante, de recordar que, depois de passarmos o ano tentando fazer reformas e encontrar soluções para o País, devemos partir para outro capítulo, que seria a política de resultados. Não sei se será possível, durante a convocação, apreciarmos todas as matérias; não há tempo mesmo, e até a "tropa de choque" do Governo não está aqui presente para fazer com que os trabalhos andem. Talvez caiamos no descrédito, e isso não vai ficar bem para o Congresso Nacional. Conforme disse V. Ex<sup>a</sup>, não poderemos analisar todas as matérias até o dia 14 de fevereiro. Por que durante todo o ano passado a "tropa de choque" não esteve aqui dentro? Como vamos fazê-lo agora, neste curto espaço de tempo? Por isso a exposição que V. Ex<sup>a</sup> faz nesta tarde tem uma dimensão muito grande. Quero, encerrando o meu aparte, cumprimentá-lo, de todo o coração, pelo seu pronunciamento.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** – Sou-lhe grato, nobre Senador, pelas palavras de bondade e apoio.

Em verdade, Sr. Presidente, o que estamos hoje assinalando no início da convocação é que não podemos ficar com a responsabilidade exclusiva sobre a não-aprovação da maioria das questões que constam dessa pauta de convocação.

O Congresso precisa assumir sua posição de independência, sem embargo da harmonia com os outros Poderes. Mas não é admissível que continuemos respondendo pelas decisões do outro Poder. Se a responsabilidade afinal recai sobre o Congresso Nacional, incumbido da decisão, cabe-nos a ressalva própria, em tempo.

Eram estas as observações que queria fazer e que, talvez, venham a permitir outros comentários, para deixar bem posto perante a opinião pública que esta convocação extraordinária não foi feita em termos devidos nem, sobretudo, com o devido respeito à competência do Poder Legislativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva, que disporá de vinte minutos para o seu pronunciamento.

**A SRA. MARINA SILVA** (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, S<sup>rs</sup> e S<sup>rs</sup>. Senadores, gostaria de ser breve até porque está havendo uma reunião da Comissão do Sivam.

O assunto que me traz à tribuna na tarde de hoje é a assinatura da revisão do Decreto nº 22 pelo Governo. O Presidente da República assinou portarias que estabelecem mudanças que, sob meu ponto de vista, são prejudiciais à luta dos povos indígenas e contrários aos avanços que foram conseguidos no decorrer desses anos.

O Governo assinou uma portaria e em seu bojo foram assinadas 17 homologações e 10 portarias de demarcações de áreas indígenas nos mais diferentes Estados da federação.

Gostaria apenas de salientar que o Governo está dando com uma mão e tirando com a outra, na medida em que a portaria assinada estabelece a possibilidade de que supostos proprietários que se sintam prejudicados possam recorrer da decisão e, portanto, prejudicar as conquistas dos povos indígenas.

Segundo estudos de alguns juristas respeitados, como é o caso de Dalmo Dallari, o decreto do Governo é constitucional. É constitucional porque as terras indígenas têm prioridade sobre qualquer suposta propriedade privada, porque os índios já estão nessa terra historicamente, há um princípio de anterioridade; portanto, as terras não poderiam ser reclamadas, de acordo com a Constituição Federal. O

que o Governo Federal fez foi ceder às pressões de proprietários para instituir o princípio do contraditório.

Quero dizer, também, que era uma esperança dos povos indígenas, no Governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que tem ao seu lado a Dra Ruth Cardoso, uma pessoa que entende da questão indígena e que ocupa função importante dentro do Conselho de Comunidade Solidária, que houvesse uma ampla perspectiva de melhora no que se refere à problemática dos índios.

Infelizmente, não é isso que se está comprovando na prática. Setores conservadores, interesses de latifundiários, interesses escusos aos das comunidades indígenas são ouvidos pelo Governo em detrimento do reclamo de inúmeras entidades ligadas aos índios e, principalmente, dos próprios índios.

Estamos fazendo uma articulação entre várias entidades do movimento indígena, entidades não-governamentais e, também, entre vários Parlamentares. Estamos tentando uma audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso que havia se comprometido a nos ouvir antes de assinar a portaria. Ignorar os motivos, mas não foi possível essa audiência.

Considero que houve um retrocesso quanto à questão indígena no Brasil. É preciso que o Governo reavalie sua decisão, é preciso que as entidades ligadas aos povos indígenas façam ver que poderemos ver instalada no País uma verdadeira balbúrdia, porque terras que já estão homologadas, demarcadas, poderão ter seus registros revistos, o que poderia criar conflitos seriíssimos entre populações indígenas, proprietários e, até mesmo, comunidades de colonos e, por que não dizer, no bojo de tudo isso, garimpeiros.

Creio que temos uma situação grave e o Congresso deve refletir sobre esse tema e dar sua parcela de colaboração.

Sou uma pessoa que vem de uma região, como é o caso da Amazônia e, particularmente, do Acre, onde há inúmeras terras indígenas e um movimento indígena muito forte. E, por isso, gostaria de dizer que sou solidária aos índios e tenho posição contrária ao que foi feito pelo Governo Federal.

Admiro a obra do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o seu lado intelectual. Durante muito tempo, nós o chamamos de um cientista de esquerda. Com o decorrer do tempo, como ser de esquerda não estava na moda, passamos a chamá-lo de progressista. Seu governo sempre teve o adjetivo de progressista.

Isso, tendo em vista algumas atitudes do nosso Presidente, lembra-me uma parábola. Dizem que Alexandre, o Grande, tinha no seu Exército um jo-

vem que sempre criava alguns problemas. Um dia, ele chamou esse jovem à sua presença e perguntou-lhe qual era seu nome. Ele, tremendo de medo, respondeu: "Alexandre, senhor." Alexandre, o Grande, ficou muito irritado e perguntou de novo como o jovem se chamava. E ele disse: "Alexandre, senhor." Ele disse, então: "Pois, a partir de hoje, meu filho, ou você muda de atitude, ou muda de nome."

Nosso Presidente ou muda de atitude, ou terá de mudar de adjetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Com a palavra o Senador Lúdio Coelho. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Teotonio Vilela Filho. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

S. Ex<sup>a</sup> disporá de 20 minutos.

Adviro ao Plenário que o **quorum** é mínimo para prosseguir a sessão. Por isso este será o último orador a pronunciar-se na tarde de hoje.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (PMDB-SC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, matéria do ilustre jornalista Ruy Fabiano, publicada no **Correio Braziliense** no último dia 31 de dezembro, diz o seguinte:

Vera Fischer e Rafael Rabello.

Tragédia Carioca em Dois Tempos.

Num Rio de Janeiro, refém das drogas e da violência, gente jovem e bem-sucedida é alvo preferido dos traficantes. O violonista Rafael Rabello não sobreviveu. A atriz Vera Fischer escapa por pouco. Quem será o próximo?

Venho hoje a esta tribuna para requerer que conste nos Anais da Casa a íntegra dessa sensível e corajosa reportagem do jornalista Ruy Fabiano.

Em duas páginas, o jornalista denuncia os meandros do submundo das drogas e da violência no Rio de Janeiro, traçando as semelhanças do ocorrido com seu irmão, Rafael Rabello, considerado um dos maiores violonistas do mundo, morto em 27 de abril último, e a nossa conterrânea atriz Vera Fisher, que se encontra em tratamento de desintoxicação e recuperação psiquiátrica.

Nobres colegas, esse depoimento nos deixa, de certa forma, aterrorizados e impotentes diante do quadro apresentado, pois, a escalada dos chamados soldados do pó, infiltrados em todas as camadas sociais, não é um privilégio do Rio de Janeiro, mas de todos os Estados brasileiros. As famílias estão sobressaltadas. Alguma medida precisa ser adotada.

Gostaria, nesta oportunidade, de destacar algumas afirmativas do texto para que o Congresso Nacional, o Governo Federal e toda a sociedade reflitam sobre o seu papel participativo, em defesa da família, no combate ao narcotráfico.

"É a tragédia corrosiva das drogas legais (anfetaminas, barbitúricos e tranqüilizantes, servidos com irresponsável bonomia por médicos mercenários) e as ilegais, armazenadas nos "santuários" do narcotráfico (a expressão é do Secretário de Segurança do Rio), espalhados por numerosos bairros da ex-cidade maravilhosa."

Continua o texto:

"Em meio ao drama de Rafael Rabello, sua família buscou informar-se, junto a autoridades do Governo do Estado do Rio, a respeito dos riscos pessoais que ele poderia estar correndo, sob o assédio obsessivo dos soldados do pó".

Mais adiante diz:

"Não é, portanto, por falta de dados que a guerra contra o tráfico do Rio de Janeiro tem sido perdida.

Ao tempo em que a cidade estava sob a intervenção do Exército, ouvi de um general, envolvido com a operação, que não havia vontade política nem do Governo, nem da elite da sociedade carioca para que a missão fosse cumprida. Por fim, proferiu a frase, para mim definitiva:

- O comando do pó não está no morro. A cúpula do tráfico é branca como o pó – e mora no asfalto. No crime, como na vida real, os negros estão em posição subalterna, cumprindo ordens dos brancos."

Sr. Presidente, meus nobres Pares, esse estorrecedor depoimento está recheado de denúncias que devem merecer a atenção não só das autoridades estaduais, mas principalmente das federais, cujas ações são tímidas diante do quadro de violência que impera no país e cuja origem está nas drogas.

Vejam essas outras afirmativas do ilustre jornalista:

"Há a ação livre e plena dos traficantes em todos os níveis e camadas sociais, desde ambientes indefesos, como favelas e bairros pobres da periferia, até os corredores de instituições poderosas, como emissoras de televisão, universidades e meio artístico.

Há também a indiferença/conivência de pessoas influentes e com poder de decisão no plano institucional".

"Em torno desse circo de horrores, há uma poderosa indústria que explora as vítimas das drogas (legais e ilegais): clínicas de desintoxicação improvisadas (não são todas, claro); médicos inescrupulosos, que vendem receitas para remédios de tarja preta, tipo Hipotagin e Frontal, antidepressivos e inibidores de apetite; psiquiatras que recauchutam os pacientes e os devolvem para mais uma temporada no inferno. Lucra-se com as drogas – e tanto basta para que se mantenha toda uma lógica de perversão, que contamina autoridades e instituições. E devora pessoas."

Sr. Presidente, concluindo, gostaria de solidarizar-me com a família Rabello que, por meio da sua dor, presta este relevante serviço público à sociedade brasileira.

**O Sr. Ney Suassuna – V. Ex<sup>a</sup> permite-me um aparte?**

**O SR. CASILDO MALDANER –** Com prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Ney Suassuna – Convivo com V. Ex<sup>a</sup> e sei que não é usuário de drogas. Sei também que, se V. Ex<sup>a</sup> quisesse conseguir drogas, na Capital Federal ou em qualquer parte do Brasil, não levaria mais do que meia hora, perguntando até no meio da rua a pessoas que poderiam ter aspecto de usuários. Se V. Ex<sup>a</sup>, eu ou qualquer um, em meia hora, podemos chegar a um traficante, por que a polícia, que vive disso, que dispõe de polícia secreta, passa a vida toda e não consegue pegá-los? É óbvio que o jornalista está com toda a razão. É óbvio que há gente de peso envolvida, que não interessa e que não há vontade política de colocar na cadeia não só o traficante, mas o que financia o traficante e leva toda uma geração e toda uma juventude à apatia, à mediocridade, enfim, a todo esse embotamento a que a droga leva, quando não leva, finalmente, ao crime na tentativa de roubo para conseguir recursos para continuar usando drogas. Muito obrigado.

**O SR. CASILDO MALDANER –** Acolho, com satisfação o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ney Suassuna.

Peço, então, Sr. Presidente, a transcrição nos Anais dessas matérias que trazem estampadas as fotografias do grande artista e violonista Rabello e da atriz Vera Fisher, num estado que, na verdade, nos comove.

Precisamos refletir sobre esse problema e rever a legislação relativa a esse assunto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. CASILDO MALDANER EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

26 Brasília, domingo, 31 de dezembro de 1995

**NACIONAL**

VERA FISCHER E RAFAEL RABELLO

**TRAGÉDIA CARIOWCA  
EM DOIS TEMPOS**

*Num Rio de Janeiro refém das drogas e da violência, gente jovem e bem-sucedida é alvo preferido dos traficantes. O violonista Rafael Rabello não sobreviveu. A atriz Vera Fischer escapa por pouco. Quem será o próximo?*

Ruy Fabiano

O que há em comum entre a atriz Vera Fischer, internada em Buenos Aires para tratamento de desintoxicação e recuperação psiquiátrica, e Rafael Rabello, o músico carioca, morto em 27 de abril deste ano, no Rio de Janeiro, aos 32 anos — e considerado por instrumentistas como Paco de Lucia, Tom Jobim, Radionés Gnattali e Baden Powell um dos melhores violonistas do mundo?

Muito mais coisas certamente que a circunstância de serem ambos artistas talentosos, sensíveis e indefesos, devorados pelas drogas.

Rafael está morto, Vera Fischer está viva — e é essa diferença que me move, na qualidade de irmão de Rafael e profissional de imprensa, a fazer publicamente a analogia (para mim dolorosíssima) entre as duas tragédias.

Penso, ou pelo menos pretendo, com isto, estar prestando um serviço de utilidade pública. A história de ambos é a história do Rio de Janeiro desse fim de século — e é um pouco da história do Brasil urbano de hoje, já que o Rio ainda exerce papel fundamental de pólo irradiador de padrões de comportamento para todo o país.

Rafael Rabello chegou às drogas a partir de uma fatalidade que o marcou definitivamente: um desastre de carro, que o obrigou a receber transfusão de sangue que o contagiaria com o vírus da Aids. No desespero da situação, caiu nas mãos das drogas.

Vera Fischer chegou ao mesmo lugar por outras vias e razões, que desconheço. O importante é que, a partir de então, ambos tornaram-se reféns de sua própria classe social e meio profissional, onde o trânsito das drogas é absolutamente livre.

Vera Fischer e Rafael Rabello não são fenômenos isolados nem restritos ao meio artístico. Há numerosos outros Rafaelis Rabellos e Veras Fischer anônimos, que vivem a mesma tragédia no cotidiano das grandes metrópoles brasileiras, sobretudo no eixo Rio-São Paulo.

E a tragédia corrosiva das drogas, as legais (anfetaminas, barbitúricos e tranquilizantes, servidos com irresponsável bonomia por médicos mercenários) e as ilegais, armazenadas nos "santuários" do narcotráfico (a expressão é do secretário de Segurança do Rio), espalhados por numerosos bairros da ex-cidade maravilhosa.

**SEMELHANÇAS**

O ex-marido de Vera, o ator Perry Salles, disse ao *Jornal do Brasil* exatamente — e literalmente — o que nós, da família de Rafael Rabello, nos dissemos no curso de sua tragédia. Foram estas as palavras de Perry: "Ela (Vera Fischer) está como o Rio, doente, completamente alucinada, não tem mais visão nem sentido das coisas. Ela não consegue nem mais trabalhar".

E ainda Perry, descrevendo o comportamento da atriz depois que

se entregou ao consumo das drogas (legais e ilegais):

"Ela é ambivalente, tem as duas coisas: é uma deusa e é o diabo ao mesmo tempo. (...) Se te pega no momento em que está lúcida, é genial, uma pessoa de quem você não quer se desgrudar. Mas depois é uma loucura. Muda a personalidade, a peça, muda tudo. Nesses períodos, é alucinante, como se lhe pusessem uma venda nos olhos".

acompanhei, como quase todo o país, os lances da tragédia pessoal de Vera Fischer. E, pelo conjunto impressionante de coincidências — até a clínica em que inicialmente esteve internada, o Núcleo Integrado de Psiquiatria, da Barra da Tijuca. E a mesma em que Rafael morreu — revivo, ainda que não queira, a tragédia do meu irmão.

A impressionante semelhança do semblante de desespero de ambos — Rafael, na foto de capa de um dos últimos discos de Rafael ("Rei Lendo Dilemundo Reis") e Vera na foto principal da matéria de *Veja* de 20 de dezembro foi, para mim, a gota d'água.

Todas as minhas reservas de exposição pessoal e publicidade foram vencidas no impacto visual comparativo dessas duas fotos.

Telefonei para meus pais e irmãos no Rio e concordamos em que era necessário este depoimento, ainda que nos custe a dor de reabrir feridas. Trata-se, como foi dito, de um serviço de utilidade pública. E Rafael certamente apoiaaria esta iniciativa.

Ele sempre demonstrou, mesmo nos seus momentos finais, aguda

sensibilidade para questões sociais: seu último trabalho, um disco primoroso com a obra do compositor pernambucano Capiba, a ser lançado pela Fundação Cultural Banco do Brasil, terá, por vontade dele, parte da renda revertida para a campanha contra a fome, do Betinho.

## PAPEL DA IMPRENSA

Os ingredientes das duas tragédias são os mesmos. Há a ação livre e plena dos traficantes em todos os níveis e camadas sociais, desde ambientes indefesos, como favelas e bairros pobres da periferia, até os corredores de instituições poderosas, como emissoras de televisão, universidades e meio artístico.

Há também a indiferença/conivência de pessoas influentes e com poder de decisão no plano institucional.

Há, sobretudo, os sanguessugas e viciados da periferia do meio artístico que, não dispondo de recursos para comprar a droga, transformam-se em intermediários dos tra-

ficantes e empenham-se (inclusive por meio de ameaças) para que o colega continue no vício e para que sua família seja mantida a distância. São os chamados "soldados" do pó.

O vício do colega rico é a garantia de manutenção do seu, pago com droga, a título de comissão. O resultado o país está tendo a oportunidade de ver em Vera Fischer. Há um lado positivo na exposição pública de sua tragédia, em que pese o constrangimento inevitável para ela e sua família.

Sabendo o que acontece, público, colegas de trabalho e amigos têm a oportunidade não apenas de compreendê-la, como de auxiliá-la. E os soldados do pó, intimidados, mantêm-se à distância.

Com Rafael Rabello, infelizmente, não foi assim. A família, posta diante de idêntica situação, que lhe era inteiramente inédita, optou pelo silêncio, no intuito de preservá-lo e na ingênuas expectativas de que poderia encontrar uma saída por conta própria. Prefiriu amargar, enclausurada, sua tragédia, que se arrastou por quase dois anos.

Assistiu, impotente, à transformação de sua personalidade, que o levou a isolá-lo e privá-lo do convívio de gente amiga, ele que sempre desfrutou da grande estima no meio profissional, onde ingressou ainda de calças curtas, aos 12 anos. Era uma pessoa meiga, bem-humorada, que gostava de conversar e dar boas gargalhadas. Era o que se chama de um boa praça.

Também ele, como Vera Fischer, tornou-se irascível e instável, embora sem causar dano a ninguém. Em junho de 1994, a família, segundo conselhos médicos, decidiu interná-lo para tratamento de desintoxicação na Clínica Mariana, que fica em frente ao Maracanã, na rua Eurico Rabello.

Pois bem: dois dias depois, quando meus pais foram visitar Rafael, souberam, com espanto, que havia recebido alta. Não ficara nem 48 horas. E a família nem sequer fora informada, não obstante ter sido a iniciativa da internação e não obstante o visível estado de desequilíbrio e perturbação do paciente. Quem e por que lhe deu alta? Não houve explicações.

## Cena 1

Pizzaria Guanabara, Baixo Leblon, Rio de Janeiro, fim de noite, final de semana — qualquer final de semana, chove ou não. Do lado de dentro, mesas repletas de gente jovem e colorida, muitos rostos famosos do teatro, televisão e música popular: gente bonita vagando de um lado para o outro. Do lado de fora, número equivalente de pessoas.

Ali, como em tantos outros bares badalados, os **points** do Baixo Leblon carioca, o pó circula democraticamente. Pode ser adquirido com o flanelinha a base de R\$ 30, já na hora de estacionar. Basta perguntar: "Tem uma **parada** aí?" Quase sempre tem. A de melhor reputação vem da Mangueira e pode ser adquiri-

da também do lado de dentro do bar, só que por preço um pouco mais salgado, uns R\$ 50, embora com maior segurança e conforto.

Os soldados do pó confundem-se com os fregueses normais. São pessoas jovens e bonitas, bem entrosadas, que circulam pelas mesas com a maior desenvoltura. No morro, o saquinho da **parada** custa em torno de R\$ 5. Quem se dispuser a busca-lo, correndo todos os riscos, pode lucrar alto. A maioria, porém, o adquire mais caro no asfalto, trazido pelos **aviõezinhos** — os flanelinhos já mencionados.

A presença do pó é saudada com bom humor ou mesmo euforia: "Aí, galera! **vamo emburrar**!" E o entra-e-sai dos banheiros mostra a rota do buraco. Ali, a **jeunesse doré** carioca vive, sem saber, o holocausto das drogas, em seu Auschwitz risonho e franco, sem arames farpados e sem câmaras de gás. Mas igualmente letal.

Rafael saiu dali para o mesmo mundo de loucuras, em que traficantes bem apessoados (os Escadinhas são apenas a parte visível e, por isso mesmo, menos perigosa do mundo das drogas), circulam em ambientes chiques e restritos — o grand monde carioca — e se mostram compreensíveis com as vítimas que ainda têm o que lhes oferecer.

Estão sempre prontos a colaborar: "A cocaína está causando crises depressivas? Prossere o doutor fulano de tal, ele te dá umas receitas fantásticas. Isso é passageiro."

## INTERNAÇÃO E MORTE

Rafael morreu de enfarte, num quarto do Núcleo Integrado de Psiquiatria da Barra da Tijuca. A família não sabe de detalhes. Sabia que seu organismo estava profundamente enfraquecido pela ação contínua das drogas — anfetamina (droga legal), mais do que da cocaína. Na véspera, porém, de seu óbito, dia 26 de abril, os médicos informaram que seu quadro clínico era ótimo e que estava em plena recuperação. Não estava.

Encontramos, entre seus pertences, antes de interná-lo, numerosas receitas do medicamento Hipofagin, à base de anfetamina, aviadas sem qualquer critério. Não é infundado concluir que o médico que assim procedeu tem co-responsabilidade na construção da tragédia.

A família reserva-se o direito de por enquanto não revelar nomes, por cautela. Importa aqui dar o testemunho da tragédia, no que ela tem de útil à coletividade.

## BREVE ESCAPADA

Em junho de 94, um mês após a frustrada internação, na Clínica Mariana, Rafael deixou o Brasil. Surgira a chance que tanto esperara de uma carreira nos Estados Unidos. Foi, para todos nós, mais que a alegria pela expansão de sua carreira

profissional, um alívio sabê-lo a salvo das aves de rapina que o cercavam. Só um acontecimento dessa magnitude o faria sair do Rio.

Nos Estados Unidos, pelas mãos de Laurindo de Almeida, violonista brasileiro que para lá se transferiu nos anos 40, como músico de Carmen Miranda, e tornou-se um dos maiores instrumentistas de jazz, gravou seu primeiro disco, foi apresentado a gente influente do meio e começou a lecionar numa universidade de música, em Los Angeles, na cadeira de violão. O mais importante: começou a libertar-se das drogas.

Laurindo, que morreria meses depois de Rafael, o considerava um músico fora de série e apostava em seu triunfo internacional. Outro que se encantou com seu trabalho foi o compositor e cantor inglês Sting, que adquiriu no Brasil o disco "Todos os Tons", em que Rafael toca músicas de Tom Jobim por ele transcritas e arranjadas para violão.

Tudo parecia maravilhosamente encaminhado. Eis, porém, que Rafael precisou voltar ao Rio, em janeiro de 95, para um breve (e definitivo) trabalho. A Fundação Cultural Banco do Brasil aprovara antigo projeto seu de realizar um disco resgatando a obra do nonagenário compositor Capiba.

## RETORNO FATAL

Rafael voltou e, como já não residia no Rio, optou por ficar num hotel. Foi para o Hotel Sheraton, em São Conrado. Seus pais insistiram para que se hospedasse com eles — e assim ficara inicialmente acertado. Mas, desde o desembarque no aeroporto, Rafael foi envolvido pelo exército do pó, constituído sobretudo dos tais consumidores desabonados, que precisam das comissões de venda para sustentar o próprio vício.

Foi direto para o hotel e de lá só saía para o estúdio de gravação, sempre cercado pelas mesmas pessoas. Um carregava o seu violão, outro dirigia o carro. Todos muito prestativos e simpáticos com ele —

e hostis com todos que se atrevessem a aproximar-se.

Com a família, Rafael comunicava-se poucas vezes, sempre por iniciativa desta. As visitas eram penosas. A suíte em que se hospedava (sua condição econômica ainda era boa) era ampla e estava sempre cheia de gente. Copos e garrafas de bebidas espalhados por todos os lados, forte cheiro de acetona no ar, cinzeiros abarrotados de guimbas, um ambiente de festim e decadência.

Ali, refém de traficantes e de soldados do pó, o maior violonista brasileiro, com as portas do meio artístico internacional abertas à sua frente, viveu, aos 32 anos, seus últimos e desesperados dias.

Certa vez, uma irmã nossa o procurou no hotel e foi informada de que havia recado expresso para que não fosse permitido acesso da família a seu quarto. Minha irmã desafiou a proibição e foi vê-lo. Ele, com o aspecto de estresse profundo, simplesmente ignorava a tal proibição. Quem a fizera? Certamente, um dos muitos sanguessugas que o cercavam dia e noite — homens e mulheres, jovens e bem apessoados.

Confiram agora o que até aqui foi relatado com o que tem sido publicado nos jornais a respeito da tragédia de Vera Fischer. Não é parecido? Pois é: não é mera coincidência. É o Rio anos 90.

## PARADOXO

A elite carioca vive um paradoxo: quer livrar-se da condição de refém do crime organizado, cujo sustentáculo econômico, todos sabem, é o narcotráfico, mas o sustenta consumindo cocaína — vício caro, só acessível a quem tem dinheiro.

Roberto Pompeu de Toledo escreveu em *Veja*, de 6 de dezembro passado:

"Houve uma grande ausência na passeata de terça-feira passada no Rio de Janeiro (a Reage, Rio). Faltou uma palavra mágica, aquela que daria sentido a toda aquela manifestação. Foi como se nas manifestações pelas eleições diretas não se citasse a palavra 'diretas'. Ou, nas manifestações pelo impeachment,

não se proflunciisse a palavra "impeachment". A palavra que faltou é: DROGAS."

E ainda:

"A passeata era contra a violência. Ora, qual a causa magna da violência no Rio, a causa das causas? Resposta: drogas. (...) E, no entanto, na passeata de terça-feira, faltou dizer seu nome. Por quê?"

Eis aí um mistério cristalino. A resposta-síntese é uma só: cumplicidade. O delegado carioca Hélio Luz, diante das resistências que tem encontrado para sanear a polícia e estabelecer mecanismos eficazes na luta contra o crime na cidade, perguntou-se recentemente (a transcrição não é literal; é de memória): "Será que a elite quer mesmo viver dentro da honestidade e da lei? Será que agüenta?"

Em torno desse circo de horrores, há uma poderosa indústria que explora as vítimas das drogas (legais e ilegais): clínicas de desintoxicação improvisadas (não são todas, claro); médicos inescrupulosos, que vendem receitas para remédios de tarja preta, tipo Hipofagin e Frontal, anti-depressivos e inibidores de apetite; psiquiatras que recauchutam pacientes e os devolvem para mais uma temporada no inferno etc. Luta-se com as drogas — e tanto basta para que se mantenha toda uma lógica de perversão, que contamina autoridades e instituições. E devora pessoas.

Quando o torcedor do Santos, que foi assistir ao primeiro jogo da decisão contra o Botafogo, no Maracanã, há duas semanas, foi assassinado, por ter ido parar por equívoco num "santuário" do tráfico, a reação das autoridades foi de absoluta naturalidade. Algo do tipo "isso é normal, ele invadiu um santuário". Só faltou punir-se post mortem o indigitado personagem por invasão de propriedade alheia.

## TERAPIA DELICADA, EM ISOLAMENTO

O violonista Rafael Rabello foi internado no Núcleo Integrado de

Psiquiatria da Barra da Tijuca, em 21 de abril de 1995, para tratamento de desintoxicação. Tal como aconteceu com Vera Fischer, sua família foi mantida à distância.

Raros contatos nos três primeiros dias, até o isolamento total. Os médicos o exigem, nesse tipo de terapia, sob o argumento de que o paciente tentará induzir amigos e familiares a tirá-lo de lá ou a fornecer alguma quantidade da droga (legal ou ilegal). A crise de abstinência é dolorosa e enfrentada à base de sedativos, cuja aplicação requer pericia, dado o quadro de debilidade física (sobretudo cardíaca) da maioria dos pacientes nesse estado.

O paciente torna-se violento em alguns momentos e, em outros, torna-se sedutor. Diante de amigos e familiares, usa de todas as reservas de persuasão para tentar obter o que quer — no caso a droga ou a fuga para obtê-la.

Uma pessoa afetivamente ligada ao paciente fica em situação delicada: ou atende ao seu apelo, desatendendo ao tratamento, ou nega-lhe o pedido e submete-se a mais um estresse emocional. Daí a necessidade de isolamento, que previne também a visita de traficantes ou de seus soldados, segundo os médicos. Isolamento não quer dizer, no entanto, falta de informação. Nada impede que a família seja informada.

No caso de Vera Fischer, no terceiro dia de sua internação, os médicos a aconselharam a procurar tratamento mais sofisticado em clínica de Buenos Aires. No caso de Rafael, não houve a mesma avaliação. E ele morreu um dia após os médicos considerarem "ótimo" o seu estado de recuperação.

## OBRAS-PRIMAS

Desses dois anos finais (e fatais) de Rafael Rabello, há farto material musical, de primeiríssima qualidade, pronto para se transformar em muitos CDs — inclusive o disco-homenagem a Capiba, que tem a participação de gente como Caetano Veloso, Paulinho da Viola, Chico Buarque, Ney Matogrosso, Maria Bethânia, Gal Costa, Marisa Monte

e outros. Um disco primoroso, em que Rafael fez arranjos, produziu e tocou. Foi sua obra derradeira, que consumiu o resto de suas energias.

Rafael não morreu de Aids. A doença não chegou a se desenvolver nele. Basta ver que morreu com excesso de peso. Tirou-lhe, porém, o gosto de viver e enfraqueceu seu coração. Morreu de enfarte, após uma apneia (interrupção da respiração durante o sono), da qual não conseguiu sair. Mas, como sua história não foi contada naquele momento, surgiram versões diversas — e falsas: morreu de Aids, de overdose, suicidou-se e coisas do gênero. Alguns jornais (minoria, diga-se) exploraram maldosamente sua tragédia, tentando caricaturá-la, aumentá-la, profaná-la.

Ele não causou danos a terceiros — só a si mesmo. Seu sofrimento transmutou-se em arte pura, de primeiríssima qualidade, que o Brasil merece ver difundida em disco em breve. É patrimônio cultural e estético coletivo. Músicos respeitáveis como Francis Hime e Paulinho da Viola acreditam que ninguém jamais tocou violão como Rafael Rabello, em tempo algum e em parte nenhuma. Francis escreveu uma peça erudita especialmente para ele e, agora, não encontra quem possa executá-la. Mas essa é outra história.

Em seu enterro, poucos colegas. A notícia chocou a cidade. Poucos sabiam de sua tragédia particular. Falava-se em drogas. Os personagens que o cercavam nos últimos meses — e que infundiam medo a muitos — saíram completamente de cena.

Mas deixaram em torno ambiente de receio. Muita gente boa compareceu: Paulinho da Viola, Paulo César Pinheiro, João Bosco, Francis Hime, Paulo Moura (com que fez seu último show), Sonia Braga, Leo Gandelman, Luís Melodia, Beth Carvalho e alguns outros de cujo esquecimento me penitencio. Mas havia ausências que se contavam às dezenas, gente que esteve a seu lado no curso de toda a carreira. "A barra está pesada", disse-me um desses personagens, justificando sua ilustre ausência dos funerais.

# Cena 2

Praia de Ipanema, trecho entre as ruas Maria Quitéria e Vinícius de Moraes (ex-Montenegro, a famosa rua em que Vinícius e Tom compuseram "Garota de Ipanema"). Fim de semana de sol e praia lotada.

A PM dobra seu eletivo e intimida

consumidores de pó e maconha. Surge então a criativa reação da galera: o batalhão coletivo dos anarquistas. Seus integrantes, os frequentadores doidões do pedágio (eles assim se auto-denominam), decidem defender-se da "repressão policial".

Nunca se de apitos, os mesmos que a PM usa para pedir auxílio em suas operações. Quando a polícia se aproxima, a galera, espalhada pela praia, começa a apitar obsessivamente, de todos os pontos. O resto do público ri muito e vai a os policiais. Não há operação que sobreviva.

## Cidade sitiada

Em meio ao drama de Rafael Raballo, sua família buscou informar-se, junto a autoridades do governo do Estado do Rio, a respeito dos riscos pessoais que ele poderia estar correndo, sob assédio obsessivo dos soldados do pó.

Sabia-se que aqueles personagens o cercavam o tempo inteiro, não permitindo que ficasse a sós com ninguém. Nos dias de show ou de gravação, levavam-no ao teatro ou ao estúdio, aguardavam o término do espetáculo, ficavam à porta do camarim, não desgrudavam.

Ringiam prestar-lhe pequenos serviços de motorista, despachante

e coisas do gênero. Sabia-se, porém, que o interesse era outro. Colegas do meio sabiam do que se tratava. Prevalecia, porém, a lei do silêncio, tipo "não tenho nada com isso". O temor e a impotência dos colegas fizeram com que a família temesse pela segurança de Rafael. Quis saber então se ele corria riscos.

Uma alta autoridade, então procurada, ao ser posta diante do que acontecia, não hesitou:

— Olha, essa resposta só pode ser encontrada do outro lado.

O "outro lado", claro, é o lado do tráfico.

— Tem uma pessoa que pode examinar o que está acontecendo e dar uma posição mais ou menos exata. Vou averiguar — disse o personagem, procurado em seu majestoso gabinete de autoridade.

No dia seguinte, a posição exata foi dada:

— Nada a temer. É tudo gente boa. Não há hostilidade.

Claro, claro.

O ponto, porém, é: não foi difícil (nem demorado) saber, pelo menos para aquela autoridade, onde estava a informação exata e quem a possuía. Não é, portanto, por falta de

dados que a guerra contra o tráfico no Rio tem sido perdida.

Ao tempo em que a cidade estava sob intervenção do Exército, ouvi de um general, envolvido com a operação, que não havia vontade política nem do governo, nem da élite da sociedade carioca para que a missão fosse cumprida. Por fim, proferiu a frase, para mim definitiva:

— O comando do pó não está no morro. A cúpula do tráfico é branca como o pó — e mora no asfalto. No crime, como na vida real, os negros estão em posição subalterna, cumprindo ordens dos brancos.

## CORREIO BRAZILIENSE

### Um acidente detona o processo

Rafael Raballo chegou ao inferno das drogas (legais e ilegais) a partir de uma fatalidade — e a sua história nada tem a ver com a de Vera Fischer. Ele sofreu um acidente de carro, em 1989.

Num cruzamento movimentado do Leblon, bairro da zona sul da cidade, o táxi em que viajava ignorou o sinal vermelho (prática insana e criminosa incorporada à rotina do trânsito carioca). Um monstro que vinha pela via principal não conseguiu frear. Choçou-se contra a porta da parte traseira, em que Rafael estava, e esmagou seu braço direito.

Foi (mal) atendido num hospital público — o Miguel Couto —, levado numa maca suja de sangue e posto num corredor, enquanto aguardava socorro. Nada de espanto. É a rotina nos prontos-socorros brasileiros. Improvisada a assepsia (sabe-se lá como) e providenciada transfusão de sangue, o médico que o

examinou foi objetivo: a saída era a amputação do braço.

Sua esposa, que o acompanhava, conseguiu informar a família, que providenciou o tempo socorro médico privado. Removido para um hospital particular, foi operado e salvo. Voltou a tocar violão em seis meses, melhor que antes. Pôrém...

Dois anos depois, ao iniciar tratamento para perder peso, nova tragédia. O médico desconfia de seu hemograma e pede exame específico. Vem a confirmação: Rafael contraíra o vírus HIV por via transfusional.

Começa o seu inferno particular, do qual não emergiria. Achava que não teria tempo de realizar sua carreira e passou a viver em estado de urgência. Não queria dormir, nem enfrentar depressões. Tinha que trabalhar, trabalhar, trabalhar. Passava noites e dias insônes, em estúdios ou fazendo shows, viajando, compondo, tocando.

Pela porta do desespero, entrou no mundo das drogas: excitantes, tranquilizantes, cocaína, anfetaminas etc. Não lhe faltaram anfítiões, já que contou sua tragédia a várias pessoas. Aceitou desesperado o beijo da morte das drogas.

### O circuito da morte

O efeito básico da cocaína é o de transmitir sensação de força, onipotência e euforia. Sob seu efeito, tem-se a impressão de que nada é impossível e de que não existem obstáculos que não possam ser facilmente transponíveis. Provoca também sensação de enrijeimento do corpo, que induz o usuário a buscar efeito inverso (o amolecimento) com álcool.

Em geral, cheira-se e bebe-se (bebida forte) em sequência.

Passado o efeito do pó, adém a depressão. Ou recorre-se a novas dosagens ou a tranquilizantes. Também ali, há necessidade de aumentar dosagens ou migrar para medicamentos mais fortes. Chega-se aos remédios de tarja preta, aqueles que só podem ser vendidos com receita médica. Essa restrição, que visa a preservar o usuário, nem sempre é respeitada: muitos médicos fornecem receita sem maiores dificuldades, mediante pagamento de consulta.

A anfetamina, substância presente em numerosos desses medicamentos, é uma das drogas mais potentes no estímulo ao sistema nervoso central. Consumida com bebida alcoólica, produz barato, que gera dependência. Prolonga o estado de vigília, aumenta a concentração, a autoconfiança, a loquacidade e estimula o humor.

O efeito, porém, é passageiro. Ao final, volta-se ao fundo do poço, caindo-se então no círculo vicioso mortal: para voltar-se ao normal, busca-se nova dosagem, sempre crescente, que gera sequelas ao sistema nervoso central. A dosagem tóxica varia de organismo para organismo. Há pessoas que suportam até 300ml sem maiores problemas. Outras, com 2ml já se sentem mal. Mais uma razão para que a receita médica seja criteriosa.

No estado de dependência, o usuário começa a apresentar sinais de agressividade, delírio, paranóia, crises de afeto e confusão mental. E sofrimento, muito sofrimento. Mais uma vez, Vera Fischer e Rafael Raballo.

Brasília, domingo, 31 de dezembro de 1995 21

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – A Srª Senadora Marluce Pinto enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

**A SRA. MARLUCE PINTO** (PTB-RR) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, mais uma vez consolidou-se velho ditame popular de que a "justiça tarda, mas não falha".

Refiro-me à sábia e corajosa decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso em revogar o Decreto nº 22, de 1991, ao mesmo tempo em que permite a revisão de demarcações de áreas indígenas ainda não homologadas.

Este Decreto 22, felizmente revogado e que, aliás, jamais deveria ter existido na forma redigida, outorgava poderes quase ditoriais à Funai na questão do reconhecimento e na demarcação de áreas que considerasse indígenas. Tais poderes, nem sempre praticados com discernimento, trouxeram lamentáveis e angustiantes fatos, envolvendo índios e brancos que, antes de sua publicação, viviam tranqüila e harmoniosamente dividindo espaços.

Hoje, nesta Casa, registro minha satisfação e meu orgulho em dizer que fomos nós, o então Governador de Roraima Ottomar Pinto e eu própria, que primeiro empunhamos a bandeira do questionamento ao Decreto 22. E o fizemos com o apoio e a solidariedade de inúmeros Tuchauas, chefes de quase todas as comunidades indígenas roraimenses que, como nós, também anseiam e querem suas terras demarcadas de forma legal, sem conflitos e sem ferir os direitos das comunidades brancas com as quais convivem, há muito, em paz e harmonia.

À época, quando em Roraima vivíamos dias tensos diante do absurdo da pretensão de se demarcar Raposa/Serra do Sol em uma única área contínua, também as autoridades do Maranhão, do Pará e do Mato Grosso bradavam sua insatisfação com a Funai pelas demarcações, respectivamente, das áreas de Cricati, Baú e Maraiuapsede.

No caso de Roraima, a vasta região de Raposa/Serra do Sol, adentrada, desbravada, conquistada e colonizada por estóicos brasileiros que lá fincaram a bandeira nacional, sempre fora exemplo de uma convivência pacífica entre brancos e índios.

Em fazendas centenárias, famílias inteiras um dia lá se estabeleceram, representando marcos vivos numa fronteira inóspita. Isso, Srs e Srs. Senadores, ainda no século dezenove, conforme comprova farta documentação por nós catalogada e que fizemos questão de encaminhar às autoridades com-

petentes que hoje, felizmente, fazem justiça aos descendentes desses verdadeiros heróis roraimenses. A estes documentos, em setembro de 1994, juntamos bem elaborado Laudo Técnico assinado por antropólogos de renome e avalizado por dezenas de chefes indígenas, os Tuchauas, que desmistificaram e puseram por terra os argumentos insossos e desprovidos de conteúdo que a Fundação Nacional do Índio apresentara para justificar a demarcação.

Os fatos históricos são muitos, mas não delongarei em pormenores porque quero falar aqui da realidade hoje existente na região Raposa/Serra do Sol. Entretanto, coloco à disposição de V. Exªs, caso a história roraimense interesse a alguém em particular, essa documentação que, desde 1991, peregrinou por mãos de Presidentes da República, Ministros, Governadores, enfim, pelas autoridades competentes e aptas a dirimir o caos instalado em nosso Estado depois da equivocada assinatura do Decreto 22.

Como dizia, vou me apegar aos fatos atuais para demonstrar o quanto absurda era a pretensão da Funai em homologar algumas demarcações de áreas indígenas em Roraima; notadamente a de Raposa/Serra do Sol.

O Estado de Roraima possui uma superfície exata de 23 milhões, dez mil e 400 hectares. Destes, 84,4% são representados por mata amazônica, ou seja, representam reserva ecológica. São 19 milhões e 420 mil hectares praticamente intocáveis, salvo sob rigoroso e criterioso controle, cujas exigências impossibilitam a prática da atividade agropecuária, caracterizada basicamente pelo desmatamento para se ter a terra preparada. Resumimos, então, que Roraima possui livres, na realidade, apenas 3 milhões e 590 mil hectares, cuja formação são campos gerais ou "lavrados", como são conhecidos regionalmente. Nestes lavrados estão concentrados 87% da pecuária roraimense, principal atividade econômica do Estado. A Funai, meus nobres colegas, pretendia demarcar como terras indígenas, em cima destes lavrados, nada menos do que 2 milhões, 410 mil e 570 hectares. A população não indígena ficaria com os 1 milhão e 100 mil hectares restantes. Só Raposa/Serra do Sol representa 1 milhão, 332 mil e 110 hectares.

Especificamente na região Raposa/Serra do Sol, as propriedades rurais são responsáveis por um rebanho estimado em 250 mil cabeças, diversificados entre bovinos, equinos, ovinos, caprinos e suínos. A região conta, ainda, com 52 escolas de primeiro grau, atendendo a mais de 2.500 crianças; duas de segundo grau; 2 hospitais com um total de 60 leitos; 19 postos de saúde; 05 estradas estaduais

que totalizam aproximadamente 400 quilômetros, além de duas BR's que cruzam a região em 78 quilômetros. Mais ainda, meus nobres pares, o Governo Estadual vem, sistematicamente, investindo e ampliando o atendimento social na região, especialmente nas Vilas Uiramutã, Água Fria, Mutum e Socó. Inúmeras pontes de concreto já foram construídas; Postos da Polícia Militar já os temos, há muito, em pleno funcionamento. Benefícios sociais como Quadras de Esporte, Clubes de Mães, Casas de Apoio à Comunidade, Postos da Companhia de Água e Esgoto de Roraima, Rede Elétrica e Postos Telefônicos estão espalhados pelas vilas visando o conforto, a saúde, a educação e o desenvolvimento social das comunidades.

Esta, Srs e Srs. Senadores, é a realidade atual da região. Coisas, aliás, realizadas e implantadas no Governo Ottomar Pinto e continuadas pelo Governo Neudo Campos. Não creio ser necessário comentar a insensatez da Funai em sua pretensão.

Afirmo que as comunidades indígenas merecem nosso maior respeito. A elas prestamos nossas homenagens quando, em 1988, promulgamos a Constituição inserida de artigos que lhes garantem direitos inquestionáveis e inalienáveis. Os povos indígenas de Roraima apóiam nossa causa que visa uma demarcação em ilhas, não contínua. Afinal, também eles têm consciência da secular presença do branco, onde mutuamente se beneficiam e juntos compartilham alegrias. O salutar convívio entre índios e não índios é e sempre foi uma constante em Roraima. Juntos sempre procuraram superar as dificuldades naturais e geográficas, determinados a conquistar os benefícios sociais e culturais a que têm direito.

Encerro, Sr. Presidente, informando a V. Exª e aos colegas Senadores que, há muito, deixou de ser novidade em Roraima a diplomação de Vereadores, curadores e até mesmo Vice-Prefeito índios, eleitos diretamente pela vontade da maioria civilizada, índios e não índios, de nosso Estado.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

OF. GLPFL Nº 746/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para compor a Comissão Mista destinada a

apreciar a **Medida Provisória nº 1.218/95**, pelos seguintes:

**Titulares**

Vilson Kleinübing  
Francelino Pereira

**Suplentes**

Freitas Neto  
Romero Jucá

Atenciosamente. – Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 747/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.219/95**, pelos seguintes:

**Titulares**

Carlos Patrocínio  
Romero Jucá

**Suplentes**

Francelino Pereira  
Freitas Neto

Atenciosamente. – Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 748/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.220/95**, pelos seguintes:

**Titulares**

José Alves  
Edison Lobão

**Suplentes**

Guilherme Palmeira  
Romero Jucá

Atenciosamente. – Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 749/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.221/95**, pelos seguintes:

**Titulares**

Carlos Patrocínio  
Vilson Kleinübing

**Suplentes**

Joel de Hollanda  
Waldeck Omelas

Atenciosamente. – Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 750/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para compor a Comissão Mista destinada a

apreciar a Medida Provisória nº 1.222/95, pelos seguintes:

**Titulares**

Odacir Soares  
Jonas Pinheiro

**Suplentes**

Joel de Hollanda  
Vilson Kleinübing

Atenciosamente. – Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 751/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.223/95, pelos seguintes:

**Titulares**

José Alves  
José Agripino

**Suplentes**

Guilherme Palmeira  
Odacir Soares

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 752/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.224/95, pelos seguintes:

**Titulares**

Jonas Pinheiro  
Joel de Holanda

**Suplentes**

José Bianco  
José Alves

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 753/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senhores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.225/95, pelos seguintes:

**Titulares**

João Rocha  
Francelino Pereira

**Suplentes**

Joel de Hollanda  
José Alves

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 754/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada

a apreciar a Medida Provisória nº 1.226/95, pelos seguintes:

**Titulares**

José Bianco  
Waldeck Ornelas

**Suplentes**

Carlos Patrocínio  
Joel de Hollanda

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 755/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.227/95, pelos seguintes:

**Titulares**

Vilson Kleinübing  
Jonas Pinheiro

**Suplentes**

Bello Parga  
João Rocha

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 756/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.228/95, pelos seguintes:

**Titulares**

Guilherme Palmeira  
Júlio Campos

**Suplentes**

João Rocha  
Romero Jucá

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 757/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.229/95, pelos seguintes:

**Titulares**

Francelino Pereira  
Edison Lobão

**Suplentes**

Hugo Napoleão  
Waldeck Ornelas

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 758/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada

a apreciar a **Medida Provisória nº 1.230/95**, pelos seguintes:

**Titulares**

Francelino Pereira  
José Alves

**Suplentes**

Vilson Kleinübing  
Hugo Napoleão

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 759/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.231/95**, pelos seguintes:

**Titulares**

José Bianco  
Vilson Kleinübing

**Suplentes**

José Alves  
Carlos Patrocínio

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 760/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.233/95**, pelos seguintes:

**Titulares**

João Rocha  
José Agripino

**Suplentes**

Guilherme Palmeira  
José Bianco

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 761/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.234/95**, pelos seguintes:

**Titulares**

José Bianco  
Francelino Pereira

**Suplentes**

Carlos Patrocínio  
Hugo Napoleão

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 762/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada

a apreciar a **Medida Provisória nº 1.235/95**, pelos seguintes:

**Titulares**

Vilson Kleinubing  
João Rocha

**Suplentes**

Romero Jucá  
Hugo Napoleão

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 763/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.236/95**, pelos seguintes:

**Titulares**

Odacir Soares  
Francelino Pereira

**Suplentes**

Guilherme Palmeira  
Joel de Hollanda

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 764/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.237/95**, pelos seguintes:

**Titulares**

José Agripino  
José Bianco

**Suplentes**

Júlio Campos  
Francelino Pereira

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 765/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.238/95**, pelos seguintes:

**Titulares**

Joel de Hollanda  
Freitas Neto

**Suplentes**

José Alves  
Jonas Pinheiro

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 766/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada

a apreciar a **Medida Provisória nº 1.239/95**,-pelos seguintes:

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Vilson Kleinübing	Carlos Patrocínio
José Agripino	Edison Lobão

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 767/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.240/95**, pelos seguintes:

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Odacir Soares	Carlos Patrocínio
Romero Jucá	Hugo Napoleão

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 768/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.241/95**, pelos seguintes:

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
José Alves	Bello Parga
Freitas Neto	Joel de Hollanda

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 769/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.242/95**, pelos seguintes:

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Edison Lobão	Freitas Neto
Francelino Pereira	Joel de Hollanda

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 770/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada

a apreciar a **Medida Provisória nº 1.243/95**, pelos seguintes:

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Romero Jucá	Edison Lobão
Hugo Napoleão	João Rocha

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 771/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.244/95**, pelos seguintes:

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Joel de Hollanda	Francelino Pereira
Bello Parga	Freitas Neto

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 772/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.245/95**, pelos seguintes:

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Edison Lobão	Bello Parga
Freitas Neto	José Agripino

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 773/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1.246/95**, pelos seguintes:

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Júlio Campos	Bello Parga
Hugo Napoleão	Francelino Pereira

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPFL Nº 774/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Solicito sejam substituídos os Senadores indicados para comporem a Comissão Mista destinada



1995, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Vôo, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Gilberto Miranda	Sen. Coutinho Jorge
Sen. Flaviano Melo	Sen. Nabor Júnior

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 645/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em substituição aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.221**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Nabor Júnior	Sen. Gilberto Miranda
Sen. Ney Suassuna	Sen. José Fogaça

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 646/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em substituição aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.222**, de 14 de dezembro de 1995, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Coutinho Jorge	Sen. Flaviano Melo
Sen. Nabor Júnior	Sen. Ney Suassuna

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.

– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 647/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em substituição aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.223** de 14 de dezembro de 1995, que fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores, altera o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o § 1º, do art. 39 da Constituição, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Gilberto Miranda	Sen. Ney Suassuna
Sen. Coutinho Jorge	Sen. Fernando Bezerra

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 648/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em substituição aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.224**, de 14 de dezembro de 1995, que altera as leis nº 8.019, de 11 de abril de 1990 e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Jader Barbalho	Sen. Gerson Camata
Sen. Gilberto Miranda	Sen. Onofre Quinlan

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 649/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados,

em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.225** de 14 de dezembro de 1995, que cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade – GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.

**Titulares** **Suplentes**

Senador Ramez Tebet	Senador Flaviano Melo
Senador Ney Suassuna	Senador Nabor Júnior

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 650/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **Substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.226**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

**Titulares** **Suplentes**

Sen. Coutinho Jorge	Sen. Fernando Bezerra
Sen. Gilberto Miranda	Sen. Onofre Quinan

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 651/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.227**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre medidas reguladoras do abastecimento do mercado interno de produtos do setor sucroalcooleiro.

**Titulares** **Suplentes**

Sen. Ramez Tebet	Sen. Mauro Miranda
Sen. Marluce Pinto	Sen. Onofre Quinan

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 652/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.228**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.

**Titulares** **Suplentes**

Sen. Ney Suassuna	Sen. Gilvam Borges
Sen. José Fogaça	Sen. Fernando Bezerra

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 653/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.229**, de 14 de dezembro de 1995, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994.

**Titulares** **Suplentes**

Sen. Coutinho Jorge	Sen. Marluce Pinto
Sen. João França	Sen.r Gilberto Miranda

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 654/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à

**Medida Provisória nº 1.230**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Coutinho Jorge	Sen. r Carlos Bezerra
Sen. Ronaldo Cunha Lima	Sen. Gilvam Borges

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 655/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,  
Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.231**, de 14 de dezembro de 1995, que altera a redação de dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os décimos incorporados, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Nabor Júnior	Sen. Carlos Bezerra
Sen. João França	Sen. Ney Suassuna

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 656/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,  
Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.232**, de 14 de dezembro de 1995, que organiza os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Coutinho Jorge	Sen. Gilberto Miranda
Sen. Ronaldo C. Lima	Sen. Fernando Bezerra

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 657/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.233**, de 14 de dezembro de 1995, que altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Gerson Camata	Sen. Ramez Tebet
Sen. Mauro Miranda	Sen. Ronaldo Cunha Lima

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 658/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.234**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Carlos Bezerra	Sen. Ronaldo Cunha Lima
Sen. Ney Suassuna	Sen. Coutinho Jorge

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 659/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à

**Medida Provisória nº 1.235**, de 14 de dezembro de 1995, que reduz o Imposto de Importação para os produtos que especifica e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Fernando Bezerra	Sen. Gerson Camata
Sen. Coutinho Jorge	Sen. Gilvam Borges

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 660/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em substituição aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.236**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a instituição de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, para resarcimento do valor do PIS/Pasep e Cofins nos casos que especifica, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen Coutinho Jorge	Sen Ramez Tebet
Sen. Fernando Bezerra	Sen. Onofre Quinan

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 661/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em substituição aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.237**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Carlos Bezerra	Sen. Gerson Camata
Sen. Casildo Maldaner	Sen. Flaviano Melo

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 662/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em substituição aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.238**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional – NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.117, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera o art. 3º da Lei nº 8.249/91.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. José Fogaça	Sen. Fernando Bezerra
Sen. Ney Suassuna	Sen. Onofre Quinan

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 663/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em substituição aos membros designados pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.239**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Gilberto Miranda	Sen. Nabor Junior
Sen. Fernando Bezerra	Sen. Coutinho Jorge

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 664/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados,

em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.240**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.

**Titulares**

Sen. Coutinho Jorge  
Sen. Casildo Maldaner

**Suplentes**

Sen. Ney Suassuna  
Sen. Fernando Bezerra

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – **Senador Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 665/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos Membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.241**, de 14 de dezembro de 1995, que dá nova redação ao § 3º do art. 52 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

**Titulares**

Sen. Gilberto Miranda  
Sen. Carlos Bezerra

**Suplentes**

Sen. Flaviano Melo  
Sen. Mauro Miranda

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – **Senador Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 666/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos Membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.242**, de 14 de dezembro de 1995, que acresce parágrafo ao art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

**Titulares**

Sen. José Fogaça  
Sen. Gerson Camata

**Suplentes**

Sen. Flaviano Melo  
Sen. Gilvam Borges

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – **Senador Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 667/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.243**, de 14 de dezembro de 1995, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, e ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências.

**Titulares**

Senador Gilvam Borges  
Sen. Gerson Camata

**Suplentes**

Senador Ramez Tebet  
Sen. Renan Calheiros

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – **Senador Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 668/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.244**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.

**Titulares**

Sen. Humberto Lucena  
Sen. Roberto Requião

**Suplentes**

Sen. Ney Suassuna  
Sen. Nabor Júnior

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – **Senador Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 669/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados,

em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.245**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Ramez Tebet	Sen. Casildo Maldaner
Sen. Flaviano Melo	Sen. Ney Suassuna

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 670/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados, em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.246**, de 14 de dezembro de 1995, que cria a Gratificação de Condição Especial de Trabalho – CGET – para os servidores militares federais das Forças Armadas, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Senador Roberto Requião	Senador Ramez Tebet
Sen. Ney Suassuna	Sen. Coutinho Jorge

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 671/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.249**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. José Fogaça	Sen. Nabor Júnior
Sen. João França	Sen. Gerson Camata

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 672/95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.248**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a alocação de depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. Gilberto Miranda	Sen. Ramez Tebet
Sen. Ney Suassuna	Sen. Nabor Júnior

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Ronaldo Cunha Lima**, Vice-Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 673/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Senadores abaixo mencionados em **substituição** aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 1.247**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre os fundos que especifica e dá outras providências.

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Sen. José Fogaça'	Sen. Flaviano Melo
Sen. Gilvam Borges	Sen. João França

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.  
– Senador **Nabor Júnior**, Vice-Líder do PMDB.

OFÍCIO Nº 1.223-L-BL. PARL./95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex<sup>a</sup> que os Deputados Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abe-

lardo Lupion, deixam de fazer parte, na condição de Membros Efetivos e Suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.216**, de 13 de dezembro de 1995 que Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.995, de 24 de fevereiro de 1995, que autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a transferir à Companhia Fluminense de Trens Urbanos (FLUMITRENS) recursos para pagamento de pessoal.

Outrossim indico para as referidas vagas os Deputados Laura Carneiro, José Carlos Vieira, Rubem Medina e Arolde de Oliveira, como membros Efetivos e Suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.225-L-BL. PARL./95

Brasília, 18 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que os Deputados Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, na condição de Membros Efetivos e Suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.217**, de 13 de dezembro de 1995, que autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (LLOYDBRAS), e dá outras providências.

Outrossim, indico para as referidas vagas os Deputados Roberto Pessoa, José Carlos Coutinho, Rubem Medina e José Carlos Aleluia, como membros Efetivos e Suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.227-L-BL. PARL./95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad e Abelardo Lupion deixam de fazer parte, os dois primeiros como membros titulares e o terceiro como suplente, da **Medida Provisória nº 1.218**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre privatização de

instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-Lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Manoel Castro, Rubem Medina e Paulo Bornhausen, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.229-L-BL. PARL./95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da **Medida Provisória nº 1.219**, de 14 de dezembro de 1995, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Adauto Pereira, Efraim Morais, Maluly Netto e Corauchi Sobrinho, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.231-L-BL. PARL./95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia, deixam de fazer parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.220**, de 14 de dezembro de 1995, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Vôo, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Antônio dos Santos, Aroldo Cedraz, Maurício Najar e Carlos da Carbrás.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.233-BL. PARL./95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB, Inocêncio Oliveira,

Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.221**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Ney Lopes, Paulo Gouvea, Antônio dos Santos e Mauro Lopes, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.235-BL. PARL/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB, Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.222**, de 14 de dezembro de 1995, que Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Célia Mendes, Osmir Lima, Jairo Azi e Iberê Ferreira, membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.237-BL. PARL/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.223**, de 14 de dezembro de 1995, que fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores civis, altera o anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o parágrafo 1º do art. 39 da Constituição, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Jairo Carneiro, Jairo Azi, Werner Wanner e Benedito de Lira, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.239-BL. PARL/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.224**, de 14 de dezembro de 1995, que altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados César Bandeira, Ursicino Queiroz, Antônio Geraldo e Carlos Alberto.

Atenciosamente, — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.241-L-BI. Parl/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.225**, de 14 de dezembro de 1995, que cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade – GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Rubem Medina, José Jorge, Maurício Najar e José Múcio Monteiro, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.243-BI. Parl/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e su-

plentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.226**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Vilmar Rocha, Mendonça Filho, Maurício Najar e Heráclito Fortes, membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.245-L-BI. Parl/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.227**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre medidas reguladoras do abastecimento do mercado interno de produtos do setor sucroalcooleiro.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados José Múcio Monteiro, Benedito de Lira, Maluly Netto e Osvaldo Coelho, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.247-BL.PARL/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB, Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.229**, de 14 de dezembro de 1995, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Benito Gama, Átila Lins, Antônio Ueno e Roberto Pessoa, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente. – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.249-BL.PARL/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB, Inocêncio Oliveira,

Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.230**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Arolde de Oliveira, Costa Ferreira, Roberto Pessoa e Jonival Lucas, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente. – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.251-L-BI. Parl/95

Brasília 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.231**, de 14 de dezembro de 1995, que altera a redação de dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Manoel Castro, Maurício Najar, Átila Lins e Augusto Viveiros como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.253-L-BI. Parl/95

Brasília 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.232**, de 14 de dezembro de 1995, que organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados José Jorge, Ricardo Barros, Arolde de

Oliveira e Júlio César como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.255-L-BI. Parl/95

Brasília 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.233**, de 14 de dezembro de 1995, que altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados José Múcio Monteiro, Eliseu Moura, Osório Adriano e Benedito de Lira como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.257-L-BI. Parl/95

Brasília 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.234**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Jairo Carneiro, Marilu Guimarães, Laura Carneiro e Vic Pires Franco como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.259-L-BI. Parl/95

Brasília 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.235**, de 14 de dezembro de 1995, que reduz o Imposto de Importação para os produtos que especifica e dá outras providências.

nada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.235**, de 14 de dezembro de 1995, que reduz o Imposto de Importação para os produtos que especifica e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados José Carlos Aleluia, Paulo Lima, Ayres da Cunha e Cláudio Cajado como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.261-L-BL. PARL./95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.236**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a instituição de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, para resarcimento do valor do PIS/Pasep e Cofins nos casos que especifica, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Maluly Neto, Carlos Magno, Carlos Melles e Álvaro Gaudêncio como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.263-L-BL. PARL./95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.228**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Paes Landim, Roberto Jefferson, Betinho Rosado e Marilu Guimarães como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

## OFÍCIO Nº 1.265-L-BL. PARL./95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelênciia que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.237**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados João Maia, Jair Siqueira, Arolde de Oliveira e Antônio Ueno como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

## OFÍCIO Nº 1.267-L-BL. PARL./95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelênciia que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.238**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional (NTN), e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND), instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre as matérias constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera o art. 3º da Lei nº 8.249/91.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Abelardo Lupion, Alexandre Ceranto, Ciro Nogueira e Jaime Fernandes Filho como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

## OFÍCIO Nº 1.269-L-BL. PARL./95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelênciia que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira,

Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.239**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Manoel Castro, Osmir Lima, Átila Lins e João Mellão Neto como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

## OFÍCIO Nº 1.271-L-BI.PARL/95

Brasília, 29 de novembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelênciia que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB, Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.240**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre medidas complementares do Plano Real e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Efraim Moraes, Betinho Rosado, Luiz Braga e Couraci Sobrinho, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

## OFÍCIO Nº 1.273-L-BI.PARL/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelênciia que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB, Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.241**, de 14 de dezembro de 1995, que dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 52 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Antônio Ueno, Aracy de Paula, Osmir Lima e Efraim Moraes, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.275-L-BI.PARL/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelênciia que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB, Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.242**, de 14 de dezembro de 1995, que acresce parágrafo ao art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Heráclito Fortes, César Bandeira, Alexandre Ceranto e Jaime Fernandes Filho, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente. – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.277-L-BI.PARL/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelênciia que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB, Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.243**, de 14 de dezembro de 1995, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, e ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Jaime Martins, José Carlos Vieira, Raul Belém e Sérgio Barcellos, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente. – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.279-L-BI.PARL/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelênciia que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB, Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.244**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe so-

bre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Saulo Queiróz, José Santana de Vasconcelos, Raul Belém e Mauro Fecury, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente. – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.281-L-BI.PARL/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelênciia que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.245**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Roberto Fontes, Leur Lomanto, Adauto Pereira e Lael Varella.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.283-L-BI.PARL/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelênciia que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.246**, de 14 de dezembro de 1995, que cria a Gratificação de Condição Especial de Trabalho-GCET para os serviços militares federais das Forças Armadas, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Ronivon Santiago, José Mendonça Bezerra, José Santana de Vasconcelos e Leur Lomanto, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.285-L-BI.Parl/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.247**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre os fundos que especifica e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Augusto Viveiros, Carlos Alberto, Luciano Pizzatto e Mauro Lopes, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.286-L-BI.Parl/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.248**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Osmir Lima, Carlos Melles, Paulo Bornhausen e Costa Ferreira, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1.288-L-BI.Parl/95

Brasília, 19 de dezembro de 1995

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PTB Inocêncio Oliveira, Nelson Trad, José Carlos Aleluia e Abelardo Lupion, deixam de fazer parte, como membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 1.249**, de 14 de dezembro de 1995, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências.

Assim sendo, indico para as referidas vagas os Deputados Lael Varella, José Rocha, Antônio Joaquim Araújo e Célia Mendes, como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Serão feitas as substituições solicitadas

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h29min.)

**DISCURSO DO SR. EDUARDO SUPILCY, PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 09/01/96, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NA ANTERIOR.**

**O SR. EDUARDO SUPILCY** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotonio Vilela Filho) – Tem V. Exª a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (PT-SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a morte do político, líder carismático, um dos maiores estadistas europeus do século, François Mitterrand, chocou o mundo. Atingiu em cheio aqueles que acompanharam a trajetória vertiginosa de François Maurice Marie Mitterrand, filho do ferroviário Joseph, que passará à história como Presidente socialista que governou a França por 14 anos, ou dois mandatos inteiros. Ao morrer na manhã do último dia 08, muitos questionam a ambigüidade do seu governo, mas ninguém poderá deixar de reconhecer que Mitterrand tentou passar a imagem de verdadeiro socialista quando promoveu um programa de esquerda para seu país.

As rosas vermelhas que hoje evocam a sua morte representam, na memória dos franceses, os grandes avanços sociais conquistados com Mitterrand no poder. Quando venceu a primeira eleição presidencial na França, em 1981, Mitterrand apontou com decisões que indicavam o paraíso socialista: reduziu a jornada de trabalho, criou uma quinta semana de férias anuais remuneradas, baixou para 39 horas a semana útil, diminuiu a idade da aposentadoria de 65 para 60 anos, nacionalizou grandes grupos industriais, transferindo para o setor público bancos que não haviam sido nacionalizados pelo ex-Presidente De Gaulle. O seu governo também ficou mar-

cado pelo aumento do salário mínimo, o diálogo com os sindicatos e o fim da pena de morte.

Destacamos ainda outro feito no sentido de diminuir a desigualdade social. Em 01 de dezembro de 1988, o ex-Presidente François Mitterrand assinou o decreto que criou a Renda Mínima de Inserção na França. Por sua iniciativa e do Primeiro Ministro Michel Rocard, a Assembléia Nacional Francesa aprovou, sem qualquer voto contrário e com cerca de 10% de abstenções, o projeto que dá o direito a toda pessoa de 25 anos ou mais, cuja renda não atinge a pelo menos 2 mil e 600 francos, atualmente, a receber um complemento de renda. Não podemos deixar de mencionar, também, a verdadeira revolução cultural e arquitetônica que imprimiu na França.

O gosto pelo poder está latente na história da sua vida pública, que confunde-se com a própria história da França. Disputando a eleição por um pequeno movimento de esquerda surgido da Resistência, Mitterrand foi eleito em 1946 membro do Parlamento. Por 11 vezes foi Ministro, até a eleição para Presidência da República, em maio de 1981, derrotando Valéry Giscard d'Estaing, tornando-se o primeiro Presidente socialista da França com 51,75% dos votos. Em 1988, Mitterrand foi reconduzido ao cargo de Presidente da França ao derrotar Jacques Chirac com 54% dos votos. Antes de deixar o Governo, decidiu, em 1992, congelar os testes de armas nucleares francesas no Pacífico Sul.

Mitterrand morreu ao lado da mulher, Danielle, e dos filhos Jean-Christophe e Gilbert. O homem que por 50 anos esteve presente na vida política da França reconheceu ainda em vida, como filha natural, Mazarine, nascida de um romance com Anne Pingeot. Mesmo os seus adversários políticos admiraram a natureza e a dignidade com que enfrentou a doença nos últimos anos. "Se um homem ou uma mulher deixar de fazer o que tem por causa de uma dor imprevista que lhes atravessa o corpo não são dignos de nada", declarou o ex-Presidente, quando questionado pelos médicos que o assistiam. Na manhã do dia 8, Mitterrand tentava redigir o seu 14º livro sobre a política externa de seu governo, quando as forças lhe faltaram.

Em março último, tive a oportunidade, designado pelo Senado Federal, de assistir, em Copenhaga, o discurso do Presidente da República Francesa na abertura da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social. Ali estavam presentes Chefes de Estado de todos os países. Eu gostaria de aqui dizer algumas das próprias palavras deste que, naquele dia 11 de

março de 1995, estava como que dando o seu testemunho para a história, o seu testemunho de experiência extraordinária para o próximo século.

Eis as palavras de Mitterrand:

Assim como as Senhoras e Senhores, há muito tempo eu estava aguardando por este encontro de Copenhagen. Agradeço aqueles que tomaram a iniciativa, aqueles que o organizaram. No entanto, atrás de cada uma de nossas palavras, está a mesma indagação: qual a utilidade deste encontro?

Ao longo de extensa vida política, participei de uma infinidade de encontros como este, nos quais o simples fato de mencionar o social era uma extravagância. O social não tinha lugar nas discussões mantidas pelos dirigentes do planeta, como tinham a paz, o desarmamento, a economia: eram esses dois mundos distintos, como se o funcionamento dessa sociedade internacional fosse resultante, apenas, de mecanismos econômicos e financeiros, da correta regulagem das taxas de juros e de câmbio. Ora, esse não é meu modo de ver as coisas. São muitos os que, como eu, pensam que o homem, cada um de nós, cada um de vocês, cada um dos indivíduos que vivem na face da Terra deve ser o escopo supremo de qualquer estratégia política ou econômica, devendo essa estratégia passar pelo social.

Em 31 de janeiro de 1992, perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas, ali reunidos os Chefes de Estado, fiz o voto de que se realizasse uma primeira cúpula mundial para o desenvolvimento social; esse meu desejo – compartilhado com outros dirigentes – pretendia atender uma urgência, sanar uma anomalia.

Mas, talvez por lassidão, eu não depositava muita fé nesse projeto. Pensava, com meus botões: Será que vamos deixar que o mundo se transforme em um mercado global, sem outra lei que a do mais forte, sem outro objetivo além da realização do maior lucro possível no menor prazo possível, um mundo em que a especulação arruina, em horas, o trabalho de milhões de homens e mulheres e ameaça o resultado de demoradas negociações, como esta? Ficava eu pensando: Será que vamos entregar as gerações vindouras à ação dessas forças cegas? Saberemos construir uma ordem internacional fundamentada no progresso e, especialmente, no progresso social?

Sei muito bem que, aqui e acolá, há pessoas dispostas a ouvir o canto de outras sereias. Será que devemos abrir passagem àqueles cujo credo se resume em poucas palavras: desregulação, desmantelamento das garantias e, inclusive, esqueci-

mento do papel do Estado, que é moda atacar, quando é o cimento das sociedades democráticas? A necessidade que têm os países desenvolvidos de fazerem face ao risco de desagregação social que está ameaçando cada um deles não deve desviá-los de seus compromissos de solidariedade em relação aos países pobres. Nos países pobres, há muita gente pobre e algumas pessoas que não o são. Nos países ricos, temos muita gente abastada, mas também temos milhões de pessoas que vivem com dificuldade.

Alguns de nós – entre os quais eu mesmo, como chefe de meu país, há 14 anos – têm proposto inconsistentemente que 0,7% do PNB de cada país seja destinado à ajuda pública para os países em desenvolvimento. E, todas as vezes que eu voltei a mencionar esta regra, disseram-me: Isso não é nenhuma regra.

Tal regra foi ventilada aqui, talvez por ser um objetivo com o qual ninguém é realmente obrigado a comprometer-se. Mesmo assim, é com satisfação que vejo este objetivo constar de nossa declaração conjunta de hoje. Aliás, permito-me assinalar que a França, de ano em ano, se aproxima deste objetivo: já estamos em 0,63%.

Também me regozijo com os compromissos assumidos por esta cúpula em relação à África. Mas como poderia me furtar a externar minha preocupação ao ver que, a despeito das medidas adotadas para atraí-los, os capitais continuam evitando esse continente? Apenas 3% dos investimentos mundiais favorecem a África e a ajuda pública, naturalmente, não pode suprir tamanha insuficiência. Podem argumentar: Esse é, de fato, um continente menos dotado de riquezas naturais que os outros. Isso não é verdade. As sociedades desse continente são menos organizadas. Pode ser verdade, mas é cada vez menos verdade. E seria esse motivo suficiente para deixar a África para trás? Cada vez mais, na África, vão surgindo elites, constituindo-se estruturas que permitem que cada um desses países se organize para participar do desenvolvimento mundial.

Falou-se muito da dívida. Foi necessário dar um exemplo. Meu país começou cancelando a dívida de 39 estados, obviamente aqueles que estavam na pior situação. A seguir, tomamos medidas para beneficiar aqueles que são chamados de estados em situação intermediária. Não fomos os únicos nessa atitude: outros países fizeram como nós, e devo agradecer-lhos por isso, mas não se pode dizer que tenhamos sido seguido com entusiasmo pela maioria dos chamados países ricos do mundo.

Por isso pergunto, no que diz respeito às situações financeiras internacionais: não deveríamos fazer evoluir os espíritos e as políticas, adotando algumas medidas simples? Por exemplo, por que não zelar por que nenhuma decisão importante seja tomada sem prévia consulta dos atores sociais dos países interessados? Por exemplo, não seria necessário dar seu devido lugar, nos organismos internacionais, aos representantes dos trabalhadores e das empresas, tal como é praticado em muitos de nossos países?

Esta regra, no entanto, não é admitida por todos. Por isso, é preciso que os representantes dos trabalhadores se encontrem, para costurarem um acordo sobre o papel que se disporiam a desempenhar dentro de nossas instituições.

Com tudo isso, nossa declaração é marco de um progresso importante na definição dos direitos fundamentais dos trabalhadores do mundo, ao remover as ressalvas que os países em dificuldade ou em desenvolvimento têm tido em relação ao que chamavam, ao que era chamado de cláusula social. Essa cláusula social era vista como uma peia, quando na verdade a cláusula social – esqueçamos a expressão – deveria ter por único objetivo ajudar todos a acompanharem o movimento geral em direção ao progresso.

Para tornar efetivos esses direitos, proponho que se reflita sobre um método gradual e prático de apoio aos esforços dos Estados que pretendem assegurá-los, de maneira mais eficiente, a seus cidadãos, particularmente, a suas crianças.

Convido todos, assim, a celebrarem contratos de desenvolvimento social. Tais contratos seriam estabelecidos após uma negociação com a OIT e organizações internacionais ligadas, ou não ligadas, à ONU. Esses contratos permitiriam dar apoio financeiro aos esforços dos governos que se declaram dispostos a respeitar, de forma estrita, as convenções da OIT sobre os direitos dos trabalhadores. Senhoras e Senhores, isso é a base de tudo. O resto é discurso.

Para financiar tudo isso, por que não instituir uma taxa sobre as transações financeiras de curto prazo, como o propõe o Sr. Tobin? Uma taxa com alíquota infima produziria recursos enormes. Isso será muito difícil de obter, e não alimento ilusões quando se fala em transações financeiras.

No entanto, estarão vocês dispostos a assumir suas responsabilidades? Ou será que encontros como este não passam de uma fachada? Estaremos nós a desempenhar uma comédia para o mundo?

Ou estamos realmente dispostos a colocar o social no mesmo plano que a paz e a economia?

A organização da segurança coletiva, como a das trocas e das moedas, de que nos dotamos logo depois da Segunda Guerra Mundial, em San Francisco e em Bretton Woods, também precisam ser adaptadas, se é que ainda não foram destruídas. Creio que nosso mundo merece ser pensado outra vez, e que o será se introduzirmos o social nos principais pontos de nossas preocupações.

Senhoras e Senhores, permitam-me concluir com uma palavra mais pessoal. Durante 50 anos de minha vida, 49 exatamente, pude, na vida pública francesa e internacional, atuar para nos aproximarmos do ideal que é o seu, com três pensamentos principais no coração:

O primeiro: a Liberdade, a Igualdade – temos aí a revolução francesa de 1789, tomada por muitos como modelo – a Liberdade, a Igualdade mas, também, a Solidariedade, os Direitos do Homem, do cidadão, dos trabalhadores, a democracia, tudo isso é indissociável. Esses valores podem parecer difíceis de conciliar, e há quem receie que atravancem a marcha para o progresso. Mas, eu lhes digo, somente esses valores permitirão garantir a perenidade dos progressos registrados e a marcha para mais progressos. Todo o resto seria apenas um retrocesso trágico e, no fim, decadência!

O segundo pensamento: a pobreza, a exclusão, Senhoras e Senhores, não são fatalidades. resultam de mecanismos conhecidos e precisos, que devem ser denunciados e combatidos com educação, formação, pesquisa científica, com o desenvolvimento da igualdade de oportunidades, com a humanização das condições de vida e de trabalho, etc. Cada um de vocês poderia acrescentar sua proposta e, assim, contribuir para dar a nossa vida um novo sentido.

Finalmente, esta será minha última palavra, não se pode dar felicidade aos homens a sua revelia. É necessária a mobilização de todos. Deste ponto de vista, a presença de 2.000 ONGs em Copenhaga me parece um fato muito alentador. Não esqueçamos que nenhum dos países mais avançados conheceria seu atual nível de desenvolvimento se não tivesse uma vida democrática, partidos políticos, organizações sindicais e patronais, associações, ou seja, todo um trabalho conjunto, de que nenhuma categoria social foi excluída. Eis o que nos resta fazer. É algo imenso, mas a sua presença aqui prova que vocês estão dispostos a empreendê-lo, como nós também estamos dispostos.

**O Sr. Humberto Lucena** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPILY** - Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Humberto Lucena** - Desejo solidarizarme com V. Ex<sup>a</sup>, quando propõe ao Senado uma homenagem à memória do grande estadista que foi François Mitterrand. Sem dúvida, a França, a Europa e o mundo inteiro muito devem a seu desempenho à frente não só do governo da França por vários anos, mas sobretudo como homem público e exemplar que sempre foi. Desejo salientar sua trajetória, a extraordinária vitória que ele deu aos socialistas franceses que teve uma repercussão imensa, à época, em todo o mundo, sendo de notar que S. Ex<sup>a</sup>, tão logo foi batido nas urnas pelos conservadores, que fizeram maioria na Assembléia Nacional, não perdeu o fair-play, pelo contrário, procurou se compor em benefício da França e, muitos dos princípios que sempre defendeu e que constaram inclusive de sua plataforma, S. Ex<sup>a</sup> anuiu em que fossem reexaminados para o efeito de manter o equilíbrio na vida político administrativa da França. Quero também pôr em relevo um aspecto fundamental da vida pública do Presidente François Mitterrand, qual seja sua permanente atuação no campo internacional, sobretudo no que tange à economia, no sentido de contribuir para melhor situação dos países devedores, dos países do Terceiro Mundo; e nesse particular, penso que o Brasil lhe deve muito porque S. Ex<sup>a</sup> iniciou um movimento que não chegou a ter um êxito completo, mas deixou o testemunho da sua voz, do seu apoio às mudanças que sempre preconizou, por exemplo, junto ao Fundo Monetário Internacional: S. Ex<sup>a</sup> era favorável a nova Conferência de Bretton Woods, para que pudéssemos reverter essa situação que, afinal, aos poucos vai mudando, na medida em que, hoje, o próprio FMI já aceita certas colocações que antes absolutamente não admitia. Quero com isso deixar aqui meu preito de saudade ao grande Presidente François Mitterrand, ao que ele representou para a França, para o mundo e para todos nós.

**O SR. EDUARDO SUPILY** - Estou de pleno acordo com as palavras do Senador Humberto Lucena, que, Presidente que foi do Senado Federal, cita o Presidente François Mitterrand em sua devida dimensão.

Ainda hoje, Senador Humberto Lucena, recebi a visita de dois Parlamentares franceses que, embora não integrantes do Partido Socialista, deram seu testemunho do respeito que têm pela França e da dor dos franceses com a perda desse grande esta-

dista. Segundo disseram, ainda que em alguns momentos tenham discordado; ainda que tenham feito inúmeras críticas com respeito a problemas havidos durante seu Governo; ainda que, por exemplo, os gaullistas sempre discordassem das observações feitas por François Mitterrand a respeito de De Gaulle - uma vez que o qualificava como um golpista permanente na França -, ressaltaram algo importante dito por Mitterrand ao entrar, no primeiro dia, no Palácio de Governo da França, quando transmitiu que procuraria se adaptar ao posto que tinha sido ocupado tantas vezes por De Gaulle, que procuraria se adaptar à grandeza que o Presidente De Gaulle havia representado para a França.

Ressalto que o Presidente François Mitterrand, quando de sua segunda tentativa de se tornar Presidente por mais sete anos - na verdade, era a quarta tentativa, porque ele foi derrotado duas vezes, eleito em 1981 por sete anos, e novamente em 1988 se candidatou para um período de mais sete anos -, disse que introduziria na França, como um dos principais pontos de sua plataforma, um projeto que instituiria a renda mínima de inserção, segundo a qual nenhuma pessoa de 25 anos teria uma renda menor que um patamar que, na época, era de dois mil francos - e, atualmente, de dois mil e seiscentos francos.

E eis que tal projeto foi então apresentado pelo próprio Mitterrand, pelo Ministro Michel Rocard, sendo Ministro da Fazenda Lionel Stoleru, que esclareceu que esse projeto já estava pronto e apresentado desde 1974. Foram necessários quase quinze anos de amadurecimento, e quando de sua votação, em dezembro de 1988, a Assembléia Nacional francesa

o aprovou por unanimidade, havendo no máximo 10% de abstenção.

Assim, Sr. Presidente, registro o preito de pesar, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, a todo o povo francês.

Muito obrigado.

**ATA DA 1ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,  
REALIZADA EM 9 DE JANEIRO DE 1996**  
(Publicada no DSF, de 10 de janeiro de 1996)

#### **RETIFICAÇÃO**

Na página nº 63, 1ª coluna, na fala da Presidência referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1996,

**Onde se lê:**

**O SR. PRESIDENTE** (Antônio Carlos Valadares) - O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

**Lê-se:**

**O SR. PRESIDENTE** (Antônio Carlos Valadares) - O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente, onde terá a sua tramitação iniciada no dia 15 de fevereiro próximo.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL N° 12, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve nomear ROSEMANY BARROS RUY para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador José Ignácio Ferreira.

Senado Federal, 10 de janeiro de 1996. - Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

**MESA**  
**Presidente**  
 José Samey – PMDB – AP

**1º Vice-Presidente**  
 Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL

**2º Vice-Presidente**  
 Júlio Campos – PFL – MT

**1º Secretário**  
 Odacir Soares – PFL – RO

**2º Secretário**  
 Renan Calheiros – PMDB – AL

**3º Secretário**  
 Levy Dias – PPB – MS

**4º Secretário**  
 Ermandes Amorim – – RO

**Suplentes de Secretário**  
 Antonio Carlos Valadares – PSB – SE  
 José Eduardo Dutra – PT – SE  
 Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR  
 Ney Suassuna – PMDB – PB

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**Corregedor**  
 (Eleito em 16-3-95)  
 Romeu Tuma – – SP

**Corregedores Substitutos**  
 (Eleitos em 16-3-95)  
 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS  
 2º Senador Joel de Holland – PFL – PE  
 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
 (Designação: 16 e 23-11-95)  
 Nabor Júnior – PMDB – AC  
 Waldeck Ornelas – PFL – BA  
 Emilia Fernandes – PTB – RS  
 José Ignácio Ferreira – PSDB – ES  
 Lauro Campos – PT – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

**Líder**  
 Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**  
 José Roberto Arruda – PSDB-DF  
 Vilson Kleinübing – PFL-SC  
 Ramez Tebet – PMDB-MS  
 Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

**LIDERANÇA DO PMDB**

**Líder**  
 Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**  
 Ronaldo Cunha Lima  
 Nabor Júnior  
 Gerson Camata  
 Carlos Bezerra  
 Ney Suassuna  
 Gilvan Borges  
 Fernando Bezerra  
 Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL**

**Líder**  
 Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**  
 Edison Lobão  
 Francelino Pereira

**LIDERANÇA DO PSDB**

**Líder**  
 Sérgio Machado

**Vice-Líderes**  
 Geraldo Melo  
 José Ignácio Ferreira  
 Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB**

**Líder**  
 Epitácio Cafeteira

**Vice-Líderes**  
 Leomar Quintanilha  
 Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PDT**

**Líder**  
 Júnia Marise

**LIDERANÇA DO PT**

**Líder**  
 Eduardo Suplicy

**Vice-Líder**  
 Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB**

**Líder**  
 Valmir Campelo

**Vice-Líder**  
 Arlindo Porto

**LIDERANÇA DO PPS**

**Líder**  
 Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSB**

**Líder**  
 Ademir Andrade

## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente:

Vice-Presidente:

### Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lácio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Epitácio Cafeteira

1. Emilia Fernandes

1. Osmar Dias

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

### Suplentes

#### PMDB

1. Onofre Quinan
2. Gerrson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

#### PFL

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

#### PSDB

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

#### PPB

1. Lucídio Portella

#### PTB

1. Arlindo Porto

#### PP

1. Antônio Carlos Valadares

#### PT

1. Lauro Campos

#### PDT

1. Sebastião Rocha

Membro Nato  
Romeu Tuma (Corregedor)

## **SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

**Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO**

**Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095**

### **SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

**Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO**

**Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606**

**Secretários:** ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

### **SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

**Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ**

**Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512**

**Secretários:** EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

### **SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

**Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO**

**Ramais: 4638 - 3492**

**Secretários:** ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

# COMISSÕES PERMANENTES

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

### TITULARES

### SUPLENTES

#### PMDB

GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO Maldaner	SC-2141/42
RAMEZ TEbet	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

#### PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÁO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI-1504/05

#### PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02

#### PPR

ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA *4	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56

#### PT

LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSE EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA-2101/02

#### PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60

#### PP

JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL *8	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *9	DF-2011/12

#### PDT

JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
--------------	------------	-------------------	------------

\*1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - vaga cedida pelo PT

\*2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

\*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

\*4 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PPR/PPR, em 25/10/95

\*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*8 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

\*9 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÁS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON  
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**PMDB**

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	

**PFL**

ROMERO JUÇÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67

**PSDB**

BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87

**PPR**

LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN *4	SC-4206/07
LÚCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74

**PT**

MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	

**PP**

ANTÔNIO CARLOS VALADARES *6	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/17

**PTB**

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUÍZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60

**PDT**

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
---------------	------------	----------------	--------------

**PSB / PL / PPS**

VAGO		1-VAGO	
------	--	--------	--

\*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

\*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

\*3 - LÚCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*4 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

\*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA**  
**(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
IRIS REZENDE	GO-2031/37
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
RAMEZ TEBET	MS-2221/27
JADER BARBALHO	PA-3051/53
1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
6-CASILDO Maldaner	SC-2141/47
<b>PFL</b>	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
5-FREITAS NETO	PI-2131/37
6-ROMERO JUÁ	RR-2111/17
<b>PSDB</b>	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
JEFFERSON PERES	AM-2061/67
1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
2-BENI VERAS	CE-3242/43
3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
<b>PPR</b>	
ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4206/07
	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *4
	MA-4073/74
<b>PT</b>	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
	1-BENEDITA DA SILVA
	RJ-2171/77
<b>PP</b>	
BERNARDO CABRAL *5	AM-2081/87
	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES *6
	SE-2201/04
<b>PTB</b>	
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60
	1-ARLINDO PORTO
	MG-2321/27
<b>PDT</b>	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
	1-JÚNIA MARISE
	MG-4751/52
<b>PSB</b>	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07
	1-EDUARDO SUPLICY *1
	SP-3215/16
<b>PL</b>	
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57
	1-VAGO
<b>PPS</b>	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67
	1-VAGO

\*1 - EDUARDO SUPLICY (PT) - vaga cedida pelo PSB

\*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

\*3 - ESPIRIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PPR/PPR, em 25/10/95

\*4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB em 25/10/95

\*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
 FAX: 311-4315

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO  
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES  
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
5-vago	
6-vago	
7-vago	
<b>PFL</b>	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JOSE BIANCO	RO-2231/32
vago	
vago	
1-vago	
2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
5-BELLO PARGA	MA-3069/70
6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
7-vago	
<b>PSDB</b>	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
vago	
1-BENI VERAS	CE-3242/43
2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
4-vago	
<b>PPR</b>	
EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/72
1-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
2-ESPERIDIÃO AMIN *7	SC-4206/07
<b>PT</b>	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
<b>PP</b>	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/12
VAGO	
1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
2-BERNARDO CABRAL *9	AM-2081/82
<b>PTB</b>	
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201
1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
<b>PDT</b>	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

- \*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT
- \*2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95
- \*3 - MARLUCE PINTO - desligou-se do PTB em 1º/06/95
- \*4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- \*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PPR/PPR, em 25/10/95
- \*6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- \*7 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- \*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- \*9 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

**TITULARES****SUPLENTES****PMDB**

RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		

**PFL**

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		

**PSDB**

CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		

**PPR**

EPITÁCIO CAFETEIRA *1	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/72
-----------------------	------------	-------------------------	------------

**PT**

EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
-----------------	------------	----------------	------------

**PP**

ANTÔNIO CARLOS VALADARES*3	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA *4	RR-3067/68
----------------------------	------------	------------------	------------

**PTB**

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
--------------------------	------------	------------------	------------

**PDT**

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
---------------	------------

**PSB / PL / PPS**

vago

\*1 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

\*3 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*4 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS

SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO

TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254

FAX: 311-1095

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA  
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO  
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
6-VAGO	
<b>PFL</b>	
FREITAS NETO	PI-2131/2137
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132
VAGO	
1-CARLOS PATROCINIO	TO-4068/4069
2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
<b>PSDB</b>	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387
VAGO	
1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
<b>PPR</b>	
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/3057
	1-LEOMAR QUINTANILHA *5
	TO-2071/2077
<b>PP</b>	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *4	DF-2011/2017
	1-OSMAR DIAS *1
	PR-2121/2127
<b>PDT</b>	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247
	1-DARCY RIBEIRO
	RJ-4229/4231
<b>PTB</b>	
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321
	1-EMILIA FERNANDES
	RS-2331/2334
<b>PT</b>	
JOSE EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397
	1-MARINA SILVA
	AC-2181/2187
<b>PSB</b>	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107
	1-VAGO
<b>PL</b>	
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052
	1-VAGO
<b>PPS</b>	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162
	1-VAGO

\*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

\*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

\*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*4 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
<b>PMDB</b>			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
<b>PFL</b>			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
<b>PSDB</b>			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
<b>PPR</b>			
EPITÁCIO CAFETEIRA *2	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *3	TO-3055/57
<b>PT</b>			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
<b>PP</b>			
BERNARDO CABRAL *4	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES*5	SE-2201/04
<b>PTB</b>			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
<b>PDT</b>			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
<b>PSB / PL / PPS</b>			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

\*1 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

\*2 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*3 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

\*4 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

\*5 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
 SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
 FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL  
(SEÇÃO BRASILEIRA)**  
(Designada em 25-4-95)

**Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN**

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER  
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO  
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

**SENADORES**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
José Fogaça Casildo Maldaner	PMDB Marluce Pinto <sup>1</sup> Roberto Requião
Vilson Kleinübing Romero Jucá	PFL Joel de Hollanda Júlio Campos
Lúdio Coelho	PSDB Geraldo Melo
Esperidião Amin	PPB
Emilia Fernandes	PTB Dilceu Sperafico

Osmar Dias <sup>2</sup>	PP	
	PT	Benedita da Silva Eduardo Suplicy Lauro Campos
		<b>DEPUTADOS</b>
<b>Titulares</b>		
	<b>Suplentes</b>	
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto Paulo Bornhausen	PMDB	Antônio Ueno José Carlos Vieira
Paulo Ritzel Valdir Colatto	PSDB	Elias Abrahão Rivaldo Macari
Franco Montoro	PPB	Yeda Crusius
Rogério Silva	PP	João Pizzolatti
Dilceu Sperafico	PT	Augustinho Freitas
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

<sup>1</sup> Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

<sup>2</sup> Filiado ao PSDB em 22-6-95.



**EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS**